



ACADEMIA MILITAR

**O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E DA
GUARDIA CIVIL NO APOIO AOS IDOSOS: ESTUDO
COMPARATIVO**

Autor: Aspirante aluno de Infantaria da GNR Eduardo Miguel Pereira Magrinho

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019



ACADEMIA MILITAR

**O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E DA
GUARDIA CIVIL NO APOIO AOS IDOSOS: ESTUDO
COMPARATIVO**

Autor: Aspirante aluno de Infantaria da GNR Eduardo Miguel Pereira Magrinho

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro de 2019

EPÍGRAFE

“Saber envelhecer é a obra-prima da sabedoria e um dos capítulos mais difíceis na grande arte de viver”

Herman Melville

DEDICATÓRIA

À minha família, em especial aos meus avós, à minha namorada e aos meus amigos.

AGRADECIMENTOS

O presente estudo, apesar de ser de carácter individual, não seria possível de se realizar sem a ajuda e o contributo de várias pessoas, pelo que a sua disponibilidade e apoio merecem uma palavra de sentida gratidão, apreço e reconhecimento.

Em primeiro lugar ao meu Orientador Exmo. Sr. Professor Doutor José Fontes, pelos ensinamentos ao longo dos anos no decorrer da Academia Militar, pelo apoio demonstrado no decurso da investigação e pelas suas qualidades não só profissionais, mas também humanas, que o tornam uma pessoa exemplar e de grande carácter. Salientar também todos os conselhos e esclarecimentos dados no decorrer da investigação.

Ao Exmo. Sr. Tenente-Coronel Rogério Paulo Magro Copeto, meu coorientador, que esteve sempre disponível para me receber e esclarecer nas dúvidas e problemas que iam surgindo ao longo da investigação. Agradecer também pelo apoio e orientação durante o processo de redação e revisão do presente trabalho.

À Direção dos Cursos da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar, pelo apoio na obtenção da autorização das entrevistas e do trabalho de campo junto da *Guardia Civil* e pela constante preocupação no decorrer do trabalho.

A todos os entrevistados e inquiridos, um sincero e especial agradecimento, pelo seu contributo, colaboração e pelo tempo que despenderam na resposta às questões colocadas.

À *Guardia Civil* pela cooperação e disponibilidade na realização deste trabalho.

Às minhas professoras do Ensino Secundário, Ana Duarte e Elsa Garcia, das disciplinas de Espanhol e de Inglês, respetivamente, que me auxiliaram nas traduções necessárias para a realização deste trabalho.

Ao XXIV Curso de Oficiais da Guarda Nacional Republicana, por todos os bons momentos que passámos ao longo destes últimos anos.

À minha família e amigos pelo apoio ao longo de todo este percurso, em especial à minha mãe pela ajuda na revisão do presente estudo.

À minha namorada pela paciência, apoio, compreensão e ajuda na elaboração deste trabalho.

A todos vós, bem-haja!

RESUMO

O idoso elege-se como um elemento da população que devido à sua idade avançada apresenta determinadas vulnerabilidades. Deste modo, a Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil*, nos respetivos países, desenvolvem programas criados pelo Estado no sentido de apoiar este grupo da população.

A presente investigação tem como objetivo geral a comparação da atuação da Guarda Nacional Republicana e da *Guardia Civil* no âmbito do apoio aos idosos, na zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre e da *Compañia* de Badajoz. Foram ainda definidos objetivos específicos, designadamente, analisar se a formação dos militares é a necessária para a execução dos respetivos programas; compreender se o trabalho dos militares é afetado de algum modo; analisar, da perspetiva do idoso, qual a importância deste Policiamento Comunitário; avaliar quais são as dificuldades que mais afetam a segurança dos idosos; e, por fim, analisar as semelhanças e diferenças dos dois programas.

A metodologia empregue neste trabalho baseou-se no método hipotético-dedutivo, uma vez que foram formuladas hipóteses, focando-se na atuação da Guarda Nacional Republicana na zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre e da *Compañia* de Badajoz. Para tal, foi feita uma abordagem qualitativa, através de uma análise documental, bibliográfica e de entrevistas semidiretivas e, ainda, uma abordagem quantitativa com recurso a inquéritos por questionário.

Foi possível compreender as diferenças e semelhanças entre os dois programas, principalmente na forma de atuação. No caso da Guarda Nacional Republicana, os militares apostam mais num policiamento de proximidade e comunitário junto da população idosa. As visitas, que os militares executam, são potenciadoras de um aumento de confiança e do sentimento de segurança dos idosos, contribuindo muitas das vezes para a prevenção de crimes e/ou para a resolução dos mesmos. Por sua vez, na *Guardia Civil* a atuação dos militares no âmbito do apoio aos idosos, é feita através de uma reeducação dos idosos a partir de ações de sensibilização que abordam medidas de prevenção e de segurança.

Palavras-chave: Idoso; Policiamento; Guarda Nacional Republicana; *Guardia Civil*.

ABSTRACT

The elderly is elected as an element of the population that due to their advanced age present certain vulnerabilities. In this way, the *Guarda Nacional Republicana* and the *Guardia Civil* in their respective countries develop programs created by the State to support this group of the population.

The present research has as general objective the comparison of the performance of the *Guarda Nacional Republicana* and the *Guardia Civil* in the scope of the support to the elderly, in the zone of action of the *Destacamento Territorial de Portalegre* and of the *Compañía de Badajoz*. Specific objectives were also defined, namely to examine whether the training of military personnel is the necessary for the implementation of the respective programs; understand if the work of the military is affected in any way; analyze, from the perspective of the elderly, the importance of this Community Policing; assessing the difficulties that most affect the safety of the elderly; and, finally, to analyze the similarities and differences between the two programs.

The methodology employed in this work was based on the hypothetical-deductive method, since hypotheses were formulated, focusing on the work of the *Guarda Nacional Republicana* in the area of action of the *Destacamento Territorial de Portalegre* and the *Compañía de Badajoz*. To do this, a qualitative approach was taken through a documental, bibliographical and semi-directional analysis and a quantitative approach using questionnaires.

It was possible to understand the differences and similarities between the two programs, mainly in the form of performance. In the case of the *Guarda Nacional Republicana*, the military bet more on policing of proximity and community with the elderly population. The visits carried out by the military are conducive to an increase in the confidence and feeling of safety of the elderly, often contributing to crime prevention and / or resolution. On the other hand, in the *Guardia Civil*, the military's role in supporting older people is carried out through the re-education of the elderly through awareness-raising actions that address prevention and security measures.

Keywords: Eldery; Policing; *Guarda Nacional Republicana*; *Guardia Civil*.

ÍNDICE GERAL

EPIÍGRAFE	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT	v
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
ÍNDICE DE QUADROS	xi
ÍNDICE DE TABELAS	xiii
LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 — ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	4
1.1. O Envelhecimento populacional.....	4
1.1.1. Caracterização de Portugal e Espanha	5
1.2. O Idoso.....	6
1.2.1. Vulnerabilidades ao crime e perfil da vítima idosa.....	7
1.3. Conceito de Segurança.....	8
1.3.1. Políticas Públicas de Segurança	10
1.4. Policiamento de Proximidade e o Policiamento Comunitário	11
1.4.1. A Guarda Nacional Republicana e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança	13
1.4.2. A Guardia Civil e o Plan Mayor Seguridad.....	18
CAPÍTULO 2 — METODOLOGIA	23
2.1. Introdução	23
2.2. Modelo de Análise	24
2.3. Procedimento científico e métodos de abordagem	25
2.4. Métodos e técnicas de recolha de dados	25
2.5. Amostra.....	27
2.6. Tratamento e análise de dados	28
2.7. Data e local da recolha de dados.....	29

CAPÍTULO 3 — APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

.....	30
3.1. Apresentação, análise e discussão dos inquéritos por entrevista	30
3.1.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1.....	30
3.1.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2.....	31
3.1.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3.....	32
3.1.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4.....	32
3.1.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5.....	33
3.1.6. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6.....	34
3.1.7. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7.....	35
3.1.8. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8.....	36
3.1.9. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9.....	37
3.1.10. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10.....	38
3.1.11. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 11.....	39
3.1.12. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 12.....	39
3.1.13. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 13.....	40
3.1.14. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 14.....	41
3.2. Apresentação, análise e discussão dos inquéritos por questionário.....	42
3.2.1. Tipologias dos Crimes mais frequentes	43
3.2.2. Comunicação dos crimes.....	44
3.2.3. Policiamento de Proximidade e Policiamento Comunitário	46
3.2.4. Sentimento de Segurança	50
3.3. Verificação das Hipóteses formuladas.....	51
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	54
BIBLIOGRAFIA	60
APÊNDICES	I
Apêndice A — Modelo de Análise.....	II
Apêndice B — Relação de Entrevistados	III
Apêndice C — Quadro de Relação para a elaboração das Entrevistas.....	IV
Apêndice D — Guião de Entrevista n.º 1	VI
Apêndice E — Guião de Entrevista n.º 2.....	X
Apêndice F — Inquérito por Questionário n.º 1	XIV

Apêndice G — Inquérito por Questionário n.º 2	XVIII
Apêndice H — Análise aos Inquéritos por Entrevista	XXII
Apêndice I — Matriz SWOT	XLIV
ANEXOS	XLVI
Anexo A — Instrucción 3/2010	XLVII
Anexo B — Instrucción 1/2014	LVII

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 1 — População com 65 ou mais anos (%), 2017	6
Figura n.º 2 — Resultados da Operação Censos Sénior da GNR – Agregado Total Nacional 2011-2018.....	18
Figura n.º 3 — Resultados do Plan Mayor Seguridad – Total Nacional no ano de 2013....	21
Figura n.º 4 — Percentagem de idosos que já sofreram crimes na área da GNR e tipologia do crime	43
Figura n.º 5 — Percentagem de idosos que já sofreram crimes na área da Guardia Civil e tipologia do crime.....	43
Figura n.º 6 — Percentagem de idosos que sabem qual o número que devem ligar para contactar com a GNR	44
Figura n.º 7 — Percentagem de idosos que sabem qual o número que devem ligar para contactar com a Guardia Civil.....	44
Figura n.º 8 — Percentagem de idosos que fizeram queixa do crime que sofreram na área da GNR.....	45
Figura n.º 9 — Percentagem de idosos relativamente ao motivo pelo qual não fizeram queixa, na área da GNR.....	45
Figura n.º 10 — Percentagem de idosos que fizeram queixa do crime que sofreram na área da Guardia Civil	45
Figura n.º 11 — Percentagem de idosos que receberam visitas por parte dos militares da GNR.....	46
Figura n.º 12 — Sentimento produzido pelas visitas realizadas pelos militares da GNR...	46
Figura n.º 13 — Percentagem de idosos que receberam visitas por parte dos militares da Guardia Civil	47
Figura n.º 14 — Sentimento produzido pelas visitas realizadas pelos militares da Guardia Civil	47
Figura n.º 15 — Percentagem de idosos que gostavam de ver com mais frequência os militares da GNR.....	48
Figura n.º 16 — Percentagem de idosos que gostavam de ver com mais frequência os militares da Guardia Civil	48
Figura n.º 17 — Percentagem de idosos que já estiveram presentes em ações de sensibilização por parte dos militares da GNR.....	48

Figura n.º 18 — Importância das ações de sensibilização realizadas pela GNR.....	48
Figura n.º 19 — Percentagem de idosos que já estiveram presentes em ações de sensibilização por parte dos militares da Guardia Civil	49
Figura n.º 20 — Importância das ações de sensibilização realizadas pela Guardia Civil ...	49
Figura n.º 21 — Avaliação do grau de satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido pela GNR	50
Figura n.º 22 — Avaliação do grau de satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido pela Guardia Civil.....	50
Figura n.º 23 — Modelo de Análise	II

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 1 — Relação de Entrevistados	III
Quadro n.º 2 — Quadro de Relação para a elaboração das Entrevistas (Guião n.º 1)	IV
Quadro n.º 3 — Quadro de Relação para a elaboração das Entrevistas (Guião n.º 2)	V
Quadro n.º 4 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 1	XXII
Quadro n.º 5 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 1	XXIII
Quadro n.º 6 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 2	XXIV
Quadro n.º 7 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 2	XXV
Quadro n.º 8 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 3	XXVI
Quadro n.º 9 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 3	XXVII
Quadro n.º 10 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 4	XXVII
Quadro n.º 11 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 4	XXVIII
Quadro n.º 12 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 5	XXIX
Quadro n.º 13 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 5	XXX
Quadro n.º 14 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 6	XXXI
Quadro n.º 15 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 6	XXXI
Quadro n.º 16 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 7	XXXII
Quadro n.º 17 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 7	XXXIII
Quadro n.º 18 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 8	XXXIII
Quadro n.º 19 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 8	XXXIV
Quadro n.º 20 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 9	XXXV
Quadro n.º 21 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 9	XXXVI
Quadro n.º 22 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 10	XXXVI
Quadro n.º 23 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 10	XXXVII
Quadro n.º 24 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 11	XXXVIII
Quadro n.º 25 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 11	XXXVIII
Quadro n.º 26 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 12	XXXIX
Quadro n.º 27 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 12	XL
Quadro n.º 28 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 13	XLI
Quadro n.º 29 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 13	XLI
Quadro n.º 30 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 14	XLII
Quadro n.º 31 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 14	XLIII

Quadro n.º 32 — Matriz SWOT (Apoio 65 - Idosos em Segurança).....	XLIV
Quadro n.º 33 — Matriz SWOT (Plan Mayor Seguridad)	XLV

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela n.º 1 — Resultados do Plan Mayor Seguridad – Total Nacional 2014-2016	22
--	----

LISTA DE APÊNDICES E ANEXOS

APÊNDICES

Apêndice A	Modelo de Análise
Apêndice B	Relação de Entrevistados
Apêndice C	Quadro de Relação para a elaboração das Entrevistas
Apêndice D	Guião de Entrevista n.º 1
Apêndice E	Guião de Entrevista n.º 2
Apêndice F	Inquérito por questionário n.º 1
Apêndice G	Inquérito por questionário n.º 2
Apêndice H	Análise aos inquéritos por entrevista
Apêndice I	Matriz SWOT

ANEXOS

Anexo A	Instrucción 3/2010
Anexo B	Instrucción 1/2014

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
Art.º	Artigo
Cf.	Conforme/Confronte
<i>Cit. in</i>	Citado em
CRP	Constituição da República Portuguesa
E	Entrevistado
Et al.	“ <i>et aliae</i> ” - E outros (para pessoas)
FCS	<i>Fuerzas y Cuerpos de seguridad</i>
FSS	Forças e Serviços de Segurança
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese
MAI	Ministério da Administração Interna
MI	<i>Ministerio del Interior</i>
n.º	Número
NEP	Norma de Execução Permanente
NES	Núcleo Escola Segura
NIS	Núcleo Idoso em Segurança
NPE	Núcleo de Programas Especiais
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OMS	Organização Mundial de Saúde
p.	Página
PD	Pergunta Derivada
PP	Pergunta de Partida
SEPNA	Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente
SPC	Secção de Prevenção Criminal Policiamento Comunitário
SPE	Secção de Programas Especiais
SSPC	Subsecção de Prevenção Criminal Policiamento Comunitário

INTRODUÇÃO

O envelhecimento da população é algo inevitável e que faz parte do ciclo da vida de um cidadão. Segundo Silva (2006), existiu um crescimento da população, associado a uma “maior longevidade humana, a melhores condições de vida e a diversidade de estilos de vida” (Silva, 2006, p. 11). Este crescimento, relacionado também com “a vitalidade, as condições sociais e os recursos de que dispõe a maioria dos homens e mulheres” (Fernandes & Botelho, 2007, p. 13), é diferente do antigamente. Ora todos estes fatores, em especial o da longevidade humana, resultam num consequente aumento da população idosa.

Segundo Beauvoir (1990, p. 17) “a velhice não é um facto estático, é o resultado e o prolongamento de um processo”, porém acarreta consigo determinadas “debilidades físicas, psíquicas e sociais” (Silva, 2006, p. 11), tornando as pessoas “mais vulneráveis para o confronto com acontecimentos súbitos e imprevisíveis” (Rosas, 2015, p. 5). As vulnerabilidades dos idosos surgem não só a nível social, jurídico, cultural e económico, como também ao nível da segurança (Rosas, 2015).

Face às vulnerabilidades apresentadas, uma vez que o idoso possui personalidade jurídica de gozo e exercício de direitos, é da responsabilidade do Estado a segurança desta população-alvo. É necessário que se gerem condições para responder a estas carências particulares, de forma a garantir o direito a envelhecer com dignidade e segurança (Rosas, 2015). Nesse sentido, cabe ao Estado a capacidade de se adaptar e desenvolver métodos e estruturas capazes de surtir esta problemática.

Surgem então as políticas públicas como medidas do Estado que visam a resolução de um problema que afeta a sociedade, ou um setor específico da mesma (Oliveira, 2006). Tendo em conta que a segurança é algo prioritário naquilo que pauta o funcionamento de um Estado, desenvolveram-se “diretrizes para enfrentar um problema público” (Secchi, 2010, p. 124), neste caso em concreto relativamente à segurança, que são denominadas de Políticas Públicas de Segurança. Estas políticas foram desenvolvidas através de diversos programas, que procuravam responder e colmatar determinadas falhas na segurança. Os programas eram executados através das Forças e Serviços de Segurança (FSS), visto que previa um policiamento e um acompanhamento mais próximo junto daqueles que mais vulnerabilidades apresentavam.

Posto isto, a presente investigação subordinada ao tema “*O papel da Guarda Nacional Republicana e da Guardia Civil no apoio aos idosos: estudo comparativo*”, surge

uma vez que no Distrito de Portalegre a faixa etária da população, que mais se faz sentir, são os idosos. A proximidade e convivência que existe nesta zona do Alentejo foi um dos principais motivos, para compreender o que está a ser feito para garantir a segurança desta parte da população mais envelhecida. Além disso, a elaboração de uma recensão crítica no decorrer do Curso de Formação de Oficiais na Academia Militar, alusiva ao artigo “*Community Policing/Policing and Communities: some historical perspectives*”¹ de Clive Emsley² permitiu uma maior reflexão e posterior escolha do tema. Contudo, a escolha do tema de uma investigação depreende fatores como gostar e “ter capacidade para obter e tratar dados” (Sarmiento, 2013, p. 6).

Por conseguinte, no ano de 2018 houve uma alteração interna na Guarda Nacional Republicana (GNR), ao nível dos programas especiais, pelo que a análise desta nova Norma de Execução Permanente (NEP) se demonstrou como uma oportunidade para esta investigação. Não obstante a pertinência do tema como também o envelhecimento e o bem-estar dos idosos são sempre fatores a ter em conta na sociedade.

Deste modo, pretende-se que esta investigação, no âmbito do mestrado de Ciências Militares, na Especialidade de Segurança seja proveitosa para a GNR na medida em que, ao se analisar comparativamente os dois programas, se consiga perceber quais os pontos fortes e fracos dos mesmos, com o intuito de melhorar a atuação desta FSS.

A problemática desta investigação visa a análise comparativa dos programas de apoio aos idosos implementados pelas duas forças congéneres, GNR e *Guardia Civil*. Para tal, foi estabelecido como objetivo geral (OG): comparar a atuação da GNR e da *Guardia Civil* no âmbito do apoio aos Idosos, na zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre e da *Compañia* de Badajoz. E posteriormente definidos cinco objetivos específicos (OE): (OE₁) analisar se a formação dos militares é a necessária para a execução dos respetivos programas; (OE₂) compreender se o trabalho dos militares é afetado de algum modo; (OE₃) analisar, da perspetiva do idoso, qual a importância deste Policiamento Comunitário; (OE₄) avaliar quais

¹ O artigo “*Community Policing/Policing and Communities: Some Historical Perspectives*” tem como principal objetivo a análise do conceito de policiamento comunitário, sendo que numa primeira instância, o autor Clive Emsley destaca a evolução do mesmo desde o século XIX em Inglaterra. Após a análise da aplicabilidade do conceito de policiamento de proximidade em Inglaterra, onde o autor considera que o policiamento vem do povo para o povo, é feita uma comparação do conceito com as estruturas europeias da altura. Por fim, aborda o conceito moderno no Pós Segunda Guerra Mundial, onde as polícias necessitaram de acompanhar o avanço tecnológico e alterar, de certa forma, a sua atuação em determinadas situações.

² Clive Emsley é um criminologista e historiador britânico, nascido em 1944. Atualmente é diretor do Centro Europeu para o Estudo do Policiamento e codiretor do Centro Internacional de Pesquisa Criminológica Comparada. Como principais publicações destacam-se: *The English Police: A Political and Social History* (1996), *Gendarmes and the State in Nineteenth-Century Europe* (1999) e *The Great British Bobby: A history of British policing from the 18th century to the present* (2010).

são as dificuldades que mais afetam a segurança dos idosos; (OE₅) analisar as semelhanças e diferenças dos dois programas.

Assim, de forma a “saber aonde nos dirigimos” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 36), foi estabelecida a seguinte pergunta de partida (PP): “Qual é o impacto dos programas especiais implementados pelas duas forças congéneres, na área do Destacamento Territorial de Portalegre e na *Compañia* de Badajoz?”. Por sua vez, foram também formuladas cinco perguntas derivadas (PD), mencionadas no Capítulo 2 — Metodologia, no sentido de auxiliar a investigação.

Quanto à estrutura deste relatório científico foi elaborado seguindo as diretrizes da NEP 522/1^a da Academia Militar (AM), aprovada pelo Exmo. Comandante a 20 de janeiro de 2016, sendo que se encontra dividido em três capítulos interligados de forma lógica.

No primeiro capítulo, denominado de Enquadramento Teórico, é abordado os conceitos de envelhecimento, idoso, segurança, políticas públicas, policiamento de proximidade e comunitário, com o objetivo de enquadrar a problemática. Posteriormente, são analisados de forma individual os dois programas implementados pela GNR e *Guardia Civil*, Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança e *Plan Mayor Seguridad*, respetivamente.

O segundo capítulo aborda a temática da metodologia empregue para a realização deste relatório científico, onde serão enunciados o modelo de análise utilizado, o procedimento científico e os métodos de abordagem. Quanto ao contexto de observação no tempo e no espaço serão descritos os métodos e técnicas de recolha de dados, a amostra selecionada, como foi realizado o tratamento e análise dos dados e, por fim, a data e local da recolha dos mesmos.

No terceiro e último capítulo serão apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos, através dos inquéritos por entrevista e dos inquéritos por questionário realizados, confrontando-os com a análise realizada no Capítulo 1 — Enquadramento Teórico. Ainda neste capítulo, foram verificadas as hipóteses (H) formuladas no Capítulo 2 — Metodologia.

Por fim, serão tecidas conclusões relativamente ao estudo elaborado, bem como as limitações e dificuldades encontradas para a realização do mesmo. Serão também mencionadas algumas recomendações relativas ao estudo, bem como sugestões para investigações futuras.

CAPÍTULO 1 — ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. O Envelhecimento populacional

O envelhecimento da população é considerado um dos maiores triunfos da humanidade, mas também um dos seus maiores desafios (World Health Organization [WHO], 2002a). Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), o envelhecimento da população a nível mundial irá impor aos países, maiores demandas económicas e sociais (WHO, 2002a). Reconhece-se assim, que o envelhecimento da população mundial é algo inevitável, sendo mutável conforme a região do globo, tendo em conta a estrutura demográfica do país (Valente, 2013).

O conceito de envelhecimento é caracterizado por um processo que se encontra condicionado por fatores distintos, sendo eles os biológicos, sociais, económicos, culturais, ambientais e históricos (WHO, 2015 *cit. in* Direção-Geral da Saúde [DGS] 2017). Neste existe uma diminuição na proporção de crianças e jovens e um aumento na proporção de pessoas com 60 anos ou mais (WHO, 2002a), ou seja, há um “progressivo decréscimo da representatividade da população mais jovem em detrimento do aumento da população mais idosa” (Valente, 2013, p. 35).

Em 2002, a OMS tinha previsto que cerca de 400 milhões de pessoas com mais de 60 anos viviam no mundo e que esse número aumentaria para 840 milhões em 2025 (WHO, 2002a). Porém, em 2015 já existiam 900 milhões de pessoas idosas no mundo e estima-se que em 2050 esse número seja elevado para dois biliões de pessoas (WHO, 2017). A interpretação destes dados não deve perspetivar que o envelhecimento de um indivíduo seja considerado como um dilema, mas sim como algo que pertence a um ciclo, ao ciclo de vida (Bernardo, 2014).

A OMS argumenta que os países poderão enfrentar o envelhecimento se os governos, organizações internacionais e a sociedade civil promulgarem políticas e programas de forma a melhorarem a saúde, a participação e a segurança dos idosos (WHO, 2002a). Assim, “o impacto do envelhecimento da população na sociedade vai depender, em parte, da natureza das políticas que vão dar resposta a esta nova realidade” (WHO, 1999; WHO, 2012; Bloom et al., 2015 *cit. in* DGS, 2017, p. 8).

1.1.1. Caracterização de Portugal e Espanha

O envelhecimento das populações surge devido ao aumento da esperança média de vida, aumentando consequentemente a população idosa. Face a este aumento do número de idosos, surgem novos problemas sociais o que provoca um interesse superior nas diversas áreas do conhecimento, desenvolvendo assim ações que visam proporcionar ao idoso uma melhor qualidade de vida e maior longevidade da mesma (Ferreira-Alves & Novo, 2006).

Em termos de crescimento da população, Portugal durante o período de 2007-2016 registou valores sempre baixos e negativos desde 2010, sendo que no ano de 2016 houve um decréscimo populacional. No que respeita ao país vizinho, este no mesmo período registou um crescimento de 19,6%, sendo que no ano de 2016 esse crescimento foi apenas de 1,9% (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2018a). Quanto a projeções para o futuro, segundo o Eurostat³ perspetiva-se que no período de 2020-2080 haja uma redução da população portuguesa e uma ligeira subida da espanhola (INE, 2018a).

No que diz respeito à população idosa, Portugal destaca-se na União Europeia como um dos países mais envelhecidos no ano de 2016, sendo apenas superado pela Alemanha, Grécia e Itália (INE, 2018a). Em números, 20,7% da população portuguesa tinha idade igual ou superior a 65 anos. Já Espanha registava uma percentagem inferior à média da União Europeia (19,2%), cerca de 18,2% (INE, 2018a).

Em Portugal, em termos regionais, o Alentejo (24,7%) e o Centro (23,3%) são as regiões mais envelhecidas e em Espanha, três regiões com uma percentagem acima dos 24% - a Galiza, o Principado de Astúrias e Castilla y León (INE, 2018a), como é apresentado na figura n.º 1.

Em termos da atuação das duas forças congéneres, na zona de ação do Destacamento de Portalegre, há 32 119 pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, enquanto que na zona de ação da *Compañia* de Badajoz, esta possui uma população idosa de 128 843 pessoas (INE, 2018b; INE, 2018c).

³ “Serviço de Estatística da União Europeia responsável pela publicação de estatísticas e indicadores de elevada qualidade a nível europeu que permite a comparação entre países e regiões” (Comissão Europeia, 2019).

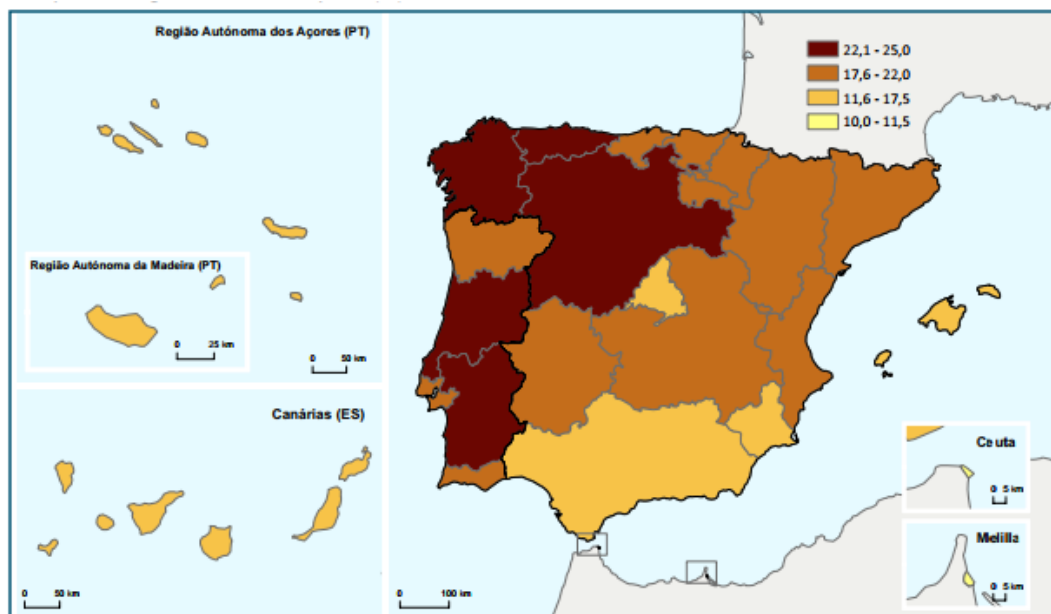


Figura n.º 1 — População com 65 ou mais anos (%), 2017
 Fonte: (INE, 2018a)

1.2. O Idoso

Envelhecer segundo a perspetiva de Chau, Soares, Fialho e Sacadura (2012, p. 18) “é um processo heterogéneo e diferenciado, na medida em que cada um(a) vive em contextos físicos, sociais e humanos diferentes e é portador(a) de vivências e projetos de vida idiossincráticos”. A denominação de “idoso” é aquela que se dá à pessoa que atravessa este processo.

O idoso ou *anciano*, em espanhol, tem sido encarado de diversas formas ao longo dos tempos, variando de cultura para cultura. Nas sociedades Orientais, é-lhe atribuído uma função de dirigente face à sua experiência e sabedoria; enquanto que nas sociedades Ocidentais, o seu papel como elemento fundamental na sociedade tem diminuído, face às perdas das suas capacidades num contexto de produtividade (Martins & Santos, 2008).

A definição de idoso está então relacionada como alguém que, ou quem, tem idade avançada (Priberam, 2018). Sendo que a OMS define idoso tendo em conta a idade cronológica e as características do país onde o mesmo habita, ou seja, idoso é aquela pessoa com 60 anos ou mais, em países em desenvolvimento e com 65 anos ou mais em países desenvolvidos. Por sua vez, a Organização das Nações Unidas utiliza a faixa etária dos 60 anos para delimitar a definição do conceito de idoso (Organização das Nações Unidas [ONU], 2019).

Nesta investigação, o conceito adotado será o da OMS, definindo então que os idosos são as pessoas com 65 anos ou mais.

1.2.1. Vulnerabilidades ao crime e perfil da vítima idosa

Com o avançar da idade é natural que surjam novas realidades na população idosa, como o isolamento, vulnerabilidades físicas, sociais e financeiras, perdas de autonomia, insegurança e riscos de vitimização e violência (Valente, 2013).

O processo de envelhecimento de uma pessoa está normalmente associado a fatores que limitam a sua resistência, como a diminuição da força física e da agilidade, o que pode “originar danos graves e talvez permanentes nas vítimas mais idosas, para além do enorme impacto psicológico que aquelas lesões podem acarretar” (Valente, 2013, p. 46). Este impacto pode variar consoante a idade da pessoa, contudo interfere mais incisivamente no bem-estar dos idosos. Assim, o processo de envelhecimento acarreta consigo três tipos de vulnerabilidades: físicas, financeiras e sociais (Valente, 2013).

No que concerne à capacidade física, esta vai diminuindo naturalmente ao longo do tempo, efetivando-se como uma dificuldade perante um eventual agressor, uma vez que os torna alvos mais acessíveis (Valente, 2013). Ao nível financeiro, os reduzidos rendimentos que auferem, implica que qualquer perda de recursos venha a ter consequências graves na vida dos idosos (Valente, 2013). Por fim, a perda gradual de autonomia e interação social, fará com que a pessoa idosa se isole, “colocando-se numa situação de isolamento social e dependência que podem aumentar os riscos de ocorrência de determinados tipos de crime e respetivos impactos – como, por exemplo, maus-tratos” (Valente, 2013, p. 47).

Assim, as vulnerabilidades referem-se ao risco de ser afetado o bem-estar pessoal, moral, psíquico ou material, implicando necessariamente uma situação de risco, ou seja, a possibilidade de causar dano (Pérez, 2017). Porém, varia de idoso para idoso, dependendo sempre de diversos fatores como “a saúde, o género, o local geográfico de residência e as circunstâncias socioeconómicas” (Valente, 2013, p. 46).

Por fim, cumulativamente a estas vulnerabilidades, a pessoa idosa nem sempre denuncia às autoridades judiciais os crimes a que é sujeita, muitas das vezes, fruto da sua falta de conhecimentos, de informação ou medo do procedimento correto a adotar (Valente, 2013). Além disso, um idoso, vítima de crime, poderá hesitar em recorrer a ajudas comunitárias disponíveis para se proteger e aconselhar, sendo que “a mesma relutância à denuncia sucede quando a pessoa idosa é vítima de um abuso infligido por outra pessoa que lhe é próxima (familiar ou cuidador)” (Valente, 2013, p. 47).

Analisando os dados recolhidos pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) no “*Relatório Anual de 2018*”, constata-se que o perfil da vítima idosa se encontra

definido em seis fatores. Nos crimes cometidos contra vítimas idosas, 76,5% são mulheres, a idade média encontra-se nos 75 anos, 43,4% são casados/as e 24% viúvos/as, 70,1% são reformados, 29,6% possuem uma família nuclear com filhos e apenas 7,5% como nível de escolaridade o 1º ciclo. Recorrendo ao relatório da APAV “*Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência 2013-2017*”, os crimes mais comuns na população idosa são os crimes de violência doméstica⁴, nomeadamente maus-tratos físicos e maus-tratos psíquicos. Devido a estas problemáticas, prevalece o tipo de vitimização continuada em cerca de 79% das situações, com uma duração média entre os dois e os seis anos (9,4%). Sendo que, em mais de 53% das situações, o local escolhido para a ocorrência dos crimes são as residências comuns. Quanto às queixas/denúncias registadas estas ficam-se nos 32,9% face ao total de autores de crime assinalados.

1.3. Conceito de Segurança

A palavra segurança tem várias aceções, sendo que a sua origem vem do latim *securitas*, que indica a ausência de perigo (Alves, 2010). Para Maslow (1943), a segurança constitui-se como a segunda necessidade mais importante da sua pirâmide, daí que “praticamente tudo aparenta ser menos importante do que a segurança” (Maslow, 1943, p. 379).

Neste sentido, podemos constatar que o conceito de segurança é algo vasto e que se considera uma necessidade essencial para a vida dos cidadãos, uma vez que abrange também as ameaças e perigos que a sociedade enfrenta (Omand, Bartlett & Miller, 2012).

Assim, a segurança, como primeiro dever de um Estado, destaca-se como a sua política central (Hobbes, 2005), estando-lhe a vertente da defesa inerente (Silva, 2010). Porém, deve também existir uma cooperação com outros domínios, nomeadamente, a política, a saúde, o ambiente, a diplomacia, a economia, entre outros. Deste modo, devem ser reunidas energias com o intuito de mitigar os riscos e ameaças que ocorrem tanto a nível mundial como no quotidiano de um cidadão (Silva, 2010). Ou seja, é requerido ao Estado que se adapte e que adequa os seus meios e mecanismos de resposta com o intuito de dirimir estes novos desafios (Garcia, 2006).

Sendo a segurança essencial num Estado e na vida em sociedade, a Constituição da República Portuguesa (CRP) introduz esse aspeto no n.º 1 do seu artigo 27.º, onde refere que “todos têm direito à liberdade e à segurança”. Porém, este artigo não invalida que a

⁴ Cf. artigo 152.º do Código Penal.

criminalidade se propague e que afete o denominado sentimento de segurança. Aliás, “a violência assume contornos multifacetados ao longo da história da humanidade, tendo uma grande influência nas relações sociais e na qualidade de vida da população, tanto no âmbito individual como no comunitário” (Fonseca, 2013, p. 24).

Esta insegurança que é criada a partir da criminalidade, afeta a sociedade e as instituições competentes, uma vez que é delas a responsabilidade de solucionar esta questão (Roché, 1993). Neste sentido, o facto de haver essa falta de segurança pode colocar em questão os princípios criadores de uma nação, nomeadamente o da coesão social que possibilita a vida em sociedade (Roché, 1993).

O sentimento de insegurança é algo que resulta de preocupação pela ordem social que acaba por perturbar ou inquietar a vida dos cidadãos, fazendo com que os mesmos se manifestem tanto a nível individual e/ou coletivo (Lourenço, 2015). Porém, cabe ao Estado e às suas instituições suprimir a insegurança e fomentar o sentimento de segurança, sendo que as FSS e as *Fuerzas y Cuerpos de seguridad*⁵ (FCS) desempenham um papel fulcral com vista a atingir esse objetivo, estando também isso explanado no n.º 1 do artigo 272.º da CRP⁶ e no n.º 1 do artigo 104.º da *Constitución Española*⁷, respetivamente.

Em suma, a segurança assume-se como um conceito abrangente, incorporando não só a segurança individual, mas também global, provocando uma “redefinição dos sistemas de informações e o papel das FSS” (Amaro, 2008, p. 87). E, tal como referido anteriormente, a coesão social é o que possibilita a vida em sociedade (Roché, 1993); e as FSS/FCS são as instituições da sociedade que asseguram essa mesma coesão (Bayle, 1992). Além disso, cabe também à população confiar na capacidade que as FSS/FCS têm para minimizar o sentimento de insegurança por ela contestada, visto que é fundamental que as políticas públicas de segurança que se adotam sejam trabalhadas nesse sentido (Inácio, 2010).

⁵ Cf. o artigo 2.º da *Ley Orgánica 2/1986, de 13 de marzo*, são Forças e Corpos de Segurança as seguintes: as Forças e Corpos de Segurança do Estado dependentes do Governo (onde se insere a *Guardia Civil*); os Corpos de Polícia dependentes das Comunidades Autónomas; os Corpos de Polícia dependente das Corporações Locais.

⁶ “A polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos”, segundo o n.º 1 do artigo 272.º da CRP.

⁷ “*Las Fuerzas y Cuerpos de seguridad, bajo la dependencia del Gobierno, tendrán como misión proteger el libre ejercicio de los derechos y libertades y garantizar la seguridad ciudadana*”, segundo o n.º 1 do artigo 104.º da *Constitución Española*.

1.3.1. Políticas Públicas de Segurança

O conceito de política pública é algo complexo, uma vez que não existe uma teoria definida, mas sim diferentes noções que originam o que pode ser transposto como política pública (Gianezini et al., 2017). Segundo Santos (2010 *cit. in* Júnior, 2016, p. 12), as políticas públicas “são disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais para o bem comum”, ou seja, o “somatório das ações governamentais realizadas por agentes políticos que atuam de forma direta, influenciando a vida dos cidadãos” (Peters, 1986 *cit. in* Gianezini et al., 2017, p. 1071).

Elencando as perspetivas de outros autores, segundo Lynn (1980 *cit. in* Gianezini et al., 2017, p. 1071) as políticas públicas são um “conjunto de ações governamentais que poderão produzir efeitos peculiares”, enquanto que Mead (1995 *cit. in* Gianezini et al., 2017, p. 1071) considera que são medidas “ponderadas como um campo dentro do estudo da política que visa analisar o governo por meio de problemas de ordem pública”.

Neste sentido podemos concluir que as políticas públicas são ações tomadas pelo Estado que visam a resolução de um determinado problema da sociedade, e adotando a perspetiva de Müller (2004 *cit. in* Oliveira, 2006, p. 75), uma política pública “é um processo de mediação social, na medida em que o objeto de cada política pública é resolver os desajustamentos que podem existir entre um sector e os outros sectores ou, ainda, um sector e a sociedade global”.

No que diz respeito à questão da segurança, também são desenvolvidas ações por parte do Estado, sendo que as mesmas sejam direcionadas para a “prevenção, mediação, proximidade e parcerias” (Inácio, 2010, p. 67). Ora, as políticas públicas de segurança surgem uma vez que existem “necessidades de segurança despoletadas pela sociedade e provocadas pelo sentimento de insegurança” (Inácio, 2010, p. 67). Assim, as políticas públicas de segurança são um conjunto de medidas tomadas pelos decisores políticos, que visam mobilizar as instituições de segurança, de âmbito social e outras instituições públicas e privadas, com vista a responder às variadas tipologias de insegurança (Dieu, 1999).

Transpondo as políticas públicas de segurança no âmbito desta investigação, entende-se que os Estados, nomeadamente o Ministério da Administração Interna (MAI) em Portugal e o *Ministerio del Interior*⁸ (MI) em Espanha, são os principais responsáveis pela implementação das mesmas.

⁸ “Corresponde al Ministro del Interior la administración general de la seguridad ciudadana”, segundo o artigo 10.º da *Ley Orgánica 2/1986, de 13 de marzo*.

Nesse sentido, a GNR e a *Guardia Civil* desempenham um papel fundamental no seu país, na execução de determinadas medidas no âmbito da prevenção de crimes, uma vez que “uma política pública de segurança credível é aquela que responde às necessidades dos cidadãos, da população e reconhece os principais problemas que são colocados” (Serrano, 2006, *cit. in* Inácio, 2010).

Assim, foram desenvolvidos na GNR programas orientados para um grupo específico de cidadãos que apresentam certas vulnerabilidades, tais como Abastecimento Seguro, Apoio a Pessoas com Deficiência, Chave Direta, Comércio Seguro, Escola Segura, Farmácia Segura, Igreja Segura, Operação Azeitona Segura, Residência Segura, Transporte Seguro de Tabaco, SOS Azulejo, Táxi Seguro, Turismo Seguro e Apoio 65 – Idoso em Segurança.

Na *Guardia Civil* programas como *Plan Turismo Seguro*, *Plan Mayor Seguridad* e o *Plan Director*, foram também criados com o intuito de suprimir as vulnerabilidades de determinados setores da população (*Guardia Civil*, 2018).

1.4. Policiamento de Proximidade e o Policiamento Comunitário

A globalização e os problemas que surgem, criando a insegurança nas populações, forçam a que seja desenvolvido um “novo quadro institucional e a definição de novas políticas de segurança pública, nomeadamente de proximidade às populações, para a qual a legitimidade e a confiança nas polícias são elementos indissociáveis” (Lourenço, 2012, p. 183).

As medidas aplicadas, que resultaram na criação dos programas anteriormente falados são demonstrações dessa mudança, uma vez que visavam essencialmente a prevenção e a proximidade para com o cidadão (Martins, 2016). Sendo estes programas uma preocupação constante, a prevenção constitui-se como “função integradora da responsabilidade coletiva e individual dos cidadãos com o trabalho desenvolvido pelas FSS” (Martins, 2016, p. 8), uma vez que os programas desenvolvidos pretendem que as atividades de polícia sejam o mais perto das populações, indo ao encontro de uma política de visibilidade e de capacidade para resolver os problemas dos cidadãos (Martins, 2016). Assim, as políticas no âmbito da prevenção requerem uma cooperação entre todas as instituições, “devendo a prevenção da criminalidade ser tratada a todos os níveis” (Martins, 2016, p.7).

A proximidade abordada apresenta-se como um dos motivos que levaram a estas reformas na administração pública, contribuindo para isso “uma relação mais aberta e

orientada para as pessoas, com exigências de desburocratização e expectativas de participação na gestão e nas decisões comunitárias” (Oliveira, 2006 *cit. in* Ferreira, 2014, p. 3).

Neste sentido surgem duas perspetivas agregadas ao conceito de policiamento - o policiamento de proximidade e o policiamento comunitário - sendo que a resolução de problemas e minimização dos riscos culminem para uma melhoria da qualidade de vida da comunidade (Fonseca, 2013).

O primeiro, policiamento de proximidade,

“reflete uma necessidade de descentralização e aproximação aos cidadãos, por parte das instituições estatais, caracterizadas por uma estrutura de cariz vertical, com o poder de decisão a emanar diretamente do Estado, ficando reservado aos cidadãos um papel de recetores das políticas públicas em matéria de segurança” (Ferreira, 2014, p. 3).

Apesar disso, a comunidade continua a ter um papel fundamental, nomeadamente, nas ligações que estabelece com as FSS/FCS, sendo estas as responsáveis pela manutenção da segurança e ordem pública (McArdle & Erzen, 2001). Contudo, esta ligação que se estabelece entre polícia-cidadão, não coloca em causa a missão das FSS/FCS, apenas existe uma priorização de objetivos sobre outros (Rosenbaum, 2002).

Assim, o policiamento de proximidade pretende o “desenvolvimento e implementação de novas formas de organização policial, técnicas de proximidade e visibilidade e estabelecer programas específicos focados em problemas concretos e em grupos mais vulneráveis” (Martins, 2016, p. 12), fomentando um maior sentimento de segurança e confiança.

No que respeita ao policiamento comunitário, este “caracteriza-se pela descentralização e por uma estrutura horizontal das instituições, onde a polícia surge como um ator entre outros” (Ferreira, 2014, p. 3). Este tipo de policiamento,

“baseia-se no princípio de que os problemas sociais terão soluções cada vez mais efetivas na medida em que haja a participação de todos na sua identificação, análise, discussão e definição de soluções de acordo com as competências organizacionais envolvidas na resolução das diferentes situações” (SSI, 2014, p. 136 *cit. in* Martins, 2016, p. 12).

Neste tipo de policiamento, pretende-se que a comunidade tenha um papel mais ativo, tanto na identificação do problema como na priorização da ação, com vista a resolvê-lo (Ferreira, 2014). Desta forma, este género de policiamento torna-se mais abrangente, uma vez que a responsabilidade não é só das FSS/FCS e dos decisores políticos, mas também de outras entidades e em particular da população/comunidade (Ferreira, 2014).

O policiamento comunitário demonstra-se como um paradigma em que a população desempenha uma função importante e ativa nas questões da segurança, estabelecendo prioridades nas FSS/FCS no que diz respeito ao desenvolvimento de novas atuações e procedimentos na comunidade, com vista a que esta promova e cumpra a lei e mantenha a ordem pública (Bayley & Skolnick, 2006).

Assim, pretende-se criar um compromisso de cooperação entre a polícia e a população, de modo a que se consiga identificar os principais problemas que afetam os cidadãos e conseqüentemente procurar quais as soluções possíveis para a resolução do mesmo e promover uma maior qualidade de vida (Bayley & Skolnick, 2002).

1.4.1. A Guarda Nacional Republicana e o Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança

A GNR, conforme o artigo n.º 1 da Lei n.º 63/2007, de 6 de novembro, constitui-se como uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa, tendo como missão, “assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, bem como colaborar na execução da política de defesa nacional, nos termos da Constituição e da lei” (Assembleia da República [AR], 2007, p. 8043).

A GNR quanto à sua estrutura⁹ encontra-se organizada em estruturas de comando, unidades e estabelecimento de ensino (Escola da Guarda). As estruturas de comando, segundo o artigo 21.º, compreendem “o Comando da Guarda e os órgãos superiores de comando e direção”. Como unidades possui o Comando-Geral, o Comandos Territoriais¹⁰, as Unidades Especializadas¹¹, a Unidade de Segurança e Honras de Estado e a Unidade de Intervenção.

Nos dias que correm, a sociedade demonstra cada vez mais uma maior exigência, particularmente no que diz respeito à sua segurança (GNR, 2017a). Segundo Copeto (2011), a GNR tem de direcionar a sua atuação consoante a necessidade que as comunidades locais demonstram, nomeadamente, ao nível da segurança. Para tal, a GNR faz uso do policiamento de proximidade como ferramenta para cumprir com as missões supramencionadas na sua Lei Orgânica e promover o sentimento de segurança (Valente, 2002). Existe assim uma necessidade de transmitir apoio e informação não só à comunidade idosa, como também a

⁹ Cf. artigo 20.º da Lei n.º 63/2007.

¹⁰ Os Comandos Territoriais são constituídos por destacamentos, que se articulam em subdestacamentos ou postos, segundo o n.º 1 do artigo 39.º da Lei n.º 63/2007.

¹¹ Unidade de Controlo Costeiro, a Unidade de Ação Fiscal e a Unidade Nacional de Trânsito, segundo a alínea c), do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 63/2007.

outras vertentes, nomeadamente o comércio, violência doméstica, crianças e jovens (Copeto, 2011). De forma a concretizar essas necessidades, o MAI desenvolveu a criação de programas específicos, com o intuito de responder às necessidades de determinada população alvo (Valente, 2002).

A primeira iniciativa para a realização destes programas, surge em 1992 através de um protocolo celebrado entre o Ministério da Educação e o MAI, com a criação do programa Escola Segura e consequentemente do Núcleo Escola Segura (NES) na GNR (Copeto, 2011).

No que concerne ao programa em estudo nesta investigação, Apoio 65 – Idosos em Segurança surgiu em 1996 através de uma iniciativa do MAI, face ao isolamento social, vulnerabilidades e limitações inerentes à faixa etária da população idosa (Simão, 2009), sendo implementada através do Despacho Ministerial n.º 56/96, de 21 de outubro. O programa iniciou como projeto piloto na freguesia da Esperança (pertencente ao Posto Territorial de Arronches, do Destacamento Territorial de Portalegre, do Comando Territorial de Portalegre), sendo posteriormente alargado a todo o território nacional (Valente, 2013).

O projeto Apoio 65 – Idosos em Segurança, direcionado então para a população idosa, tinha como principais metas a atingir a criação de “relações de confiança essenciais a uma efetiva promoção e garantia das suas condições de segurança e tranquilidade, bem como prevenir e evitar situações de risco, além de promover o conhecimento do trabalho da GNR” (Valente, 2013, p. 57). Em termos operacionais, o programa pretendia o reforço do policiamento em locais públicos que sejam mais frequentados por idosos, o enfoque no estabelecimento de contactos entre idosos e GNR em casos de necessidade, a instalação de telefones nas habitações dos idosos que vivem isolados e ainda a colaboração com outras entidades responsáveis pelo auxílio à população idosa (Valente, 2013).

De forma a executar os diferentes programas e a existir um maior controlo e organização, a GNR através da sua Lei Orgânica criou a Repartição de Programas Especiais pertencente à Divisão de Emprego Operacional da Direção de Operações, do Comando Operacional (Copeto, 2011). O foco desta repartição seria o planeamento, coordenação e supervisão de toda a atividade no âmbito da prevenção criminal e do policiamento de proximidade. Esta nova mudança culminou também na alteração dos NES, para a uma nova denominação – Núcleos de Programas Especiais (NPE) – mantendo as mesmas missões e atribuições (Copeto, 2011).

Porém, no ano de 2011, com a NEP 3.58 que regulamentava os Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR, surge uma nova denominação para os NPE, passando a designar-se de Secções de Programas Especiais (SPE), que continuavam

integradas nos Destacamentos Territoriais, estando na dependência direta dos Comandantes do mesmo (GNR, 2011). Estas Secções passavam a englobar não só o antigo NES, como também o Núcleo Comércio Seguro e o Núcleo Idosos em Segurança (NIS) (GNR, 2011), não obstante a criação de outros núcleos mediante as necessidades das Zonas de Ação dos respetivos Destacamentos (Copeto, 2011).

As SPE pertencentes a cada Destacamento Territorial estariam dependentes da Secção de Operações de Informações Treino e Relações Públicas do Comando Territorial, que tinha como competências garantir o cumprimento das diretivas e orientação providas do Comando Geral, no âmbito da prevenção criminal e dos programas especiais; bem como a coordenação e supervisão de dados estatísticos e a execução de missões respeitantes aos programas especiais (GNR, 2011).

No que diz respeito às principais competências da SPE, esta seria responsável por “desenvolver atividades no âmbito dos Programas Especiais” (GNR, 2011, p. 6), bem como tornar-se um contacto regular com a comunidade local. O Chefe desta secção teria como seus principais encargos o planeamento, organização e empenhamento dos militares e monitorizar a atividades dos Núcleos que integram a SPE (GNR, 2011).

Os militares das SPE, “não devem ser desviados para a prossecução de serviços que não os orientados para o desenvolvimento do Policiamento de Proximidade” (GNR, 2011, p. 10), ou seja, “as funções desempenhadas pelos militares da SPE, não deverão ser acumuláveis com quaisquer outras funções orgânicas” (GNR, 2011, p. 12). A permanência destes militares nestas funções seria de num mínimo um período de dois anos, sendo que apenas poderiam ser transferidos para funções idênticas (GNR, 2011).

Em relação ao recrutamento destes militares, este obedece a cinco requisitos:

“mínimo de dois anos de serviço num Posto Territorial /Fiscal/Trânsito, não ter pendente pedido de transferência, possuir carta de condução de categoria A e B, ter conhecimentos de informática..., ter frequentado a ação de formação Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social” (GNR, 2011, p. 11-12).

No sentido de se compreender qual a atuação e impacto dos Programas, é elaborado um Relatório de Operações, enviado à Repartição de Programas Especiais, de forma a poder contabilizar os resultados das ações desempenhadas (GNR, 2011).

Tal como foi mencionado anteriormente, as SPE encontravam-se divididas em três núcleos diferentes, por sua vez o NIS será abordado mais pormenorizadamente.

O NIS, consoante a NEP 3.58 de 2011, tinha como competências a promoção do sentimento de segurança nos idosos, através de garantias de segurança e tranquilidade públicas; difundir o trabalho que a GNR desenvolve; prevenir situações de risco, bem como

detetar/prevenir situações de maus-tratos, cooperar com entidades responsáveis pelo apoio à população idosa, sinalizar idosos que necessitam de apoio social e informar as entidades competentes, desenvolver iniciativas de forma a alertar os idosos a potenciais crimes, entre outras explanadas na alínea *f*), do n.º 4 da NEP 3.58 de 2011.

O ano de 2017 foi um ano de mudança, no que concerne aos Programas Especiais na GNR. Esta FSS, fruto das mudanças da sociedade, viu-se também induzida a alterar as suas formas de atuação. Os programas especiais estabelecem-se como intervenções de carácter policial que visam a resolução de determinados problemas de segurança, de modo a assentar num modelo de Policiamento Comunitário ou de Proximidade (GNR, 2017a). Nesta nova fase da GNR pretende-se uma associação polícia-cidadão, onde a relação de ambos é benéfica no sentido de reduzir os problemas ou mesmo cessá-los, adotando-se assim uma política de Policiamento Comunitário (GNR, 2017a).

Destarte, no dia 1 de janeiro de 2018, entrou em vigor a NEP 3.58 de dezembro de 2017, revogando desta forma a anterior NEP 3.58 de abril de 2011. Esta nova diretiva interna visava “regular o funcionamento da estrutura que desenvolve a Prevenção Criminal e o Policiamento Comunitário da GNR” (GNR, 2017a, p. 3).

Relativamente à sua estrutura, a Repartição de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário, pertencente à Divisão de Emprego Operacional da Direção de Operações do Comando Operacional, seria a responsável pelo estudo e apresentação de novas propostas no âmbito da Prevenção Criminal e do Policiamento Comunitário, coordenando, supervisionando e planeando missões respeitantes às temáticas da “prevenção criminal, policiamento comunitário, policiamento de proximidade e programas especiais” (GNR, 2017a, p. 4).

A nível territorial, nomeadamente nos Comandos Territoriais e Destacamentos Territoriais, estão definidas a Subsecção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SSPC) e a Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário (SPC), respetivamente. Quanto à SSPC, as suas competências abrangem a coordenação, supervisionamento e elaboração de dados estatísticos relativamente à atividade desenvolvida na sua Zona de Ação, bem como a execução de missões no âmbito das temáticas prevenção criminal, policiamento comunitário, policiamento de proximidade e programas especiais (GNR, 2017a).

Face à revogação da NEP 3.58 de 2011, as SPE são então substituídas pelas SPC, que deixam de estar divididas nos diferentes núcleos anteriormente mencionados. Porém, de entre as diversas competências da SPC, como o patrulhamento preventivo, promover o

contacto com a população, manter atualizado e sinalizar idosos e pessoas que vivem isolados, realizar ações de sensibilização e esclarecimento à população, dar apoio a vítimas vulneráveis; tem também como missão a divulgação dos Programas Especiais que a GNR concretiza (GNR, 2017a).

Quanto ao recrutamento de militares para as SPC ocorre de forma voluntária ou por convite, porém dar-se-á primazia a militares com a formação específica em “Prevenção Criminal, Policiamento Comunitário e Direitos Humanos” (GNR, 2017a, p. 8). Os militares que integrarem a secção, comparativamente à anterior norma, continuam exclusivamente responsáveis pela execução destas missões, sendo que durante três anos não poderão ser movidos das suas funções (GNR, 2017a).

Por fim, nesta nova NEP 3.58 de 2017 é apresentado uma nova forma de desenvolver medidas de prevenção criminal, baseadas em cinco fases: “Identificação do problema; Análise; Modalidades de Ação; Implementação do Programa; Avaliação do Programa” (GNR, 2017a, p. 9).

Em suma, a GNR tem vindo a acompanhar as mudanças que a sociedade apresenta, desenvolvendo os seus projetos para garantir a segurança e conferir uma maior qualidade de vida na população (Martins, 2016). Exemplo disso e direcionando para o objetivo deste estudo, são diversas as ações que se tem vindo a desenvolver no apoio aos idosos, nomeadamente a realização de ações de sensibilização abordando as problemáticas que mais afetam esta faixa etária, materializando-se na Operação Idosos em Segurança (Copeto, 2011; Valente, 2013).

Importa ainda referir a Operação Censos Sénior que decorre anualmente, onde se pretende registar os idosos que vivem isolados ou sozinhos, bem como sinalizar aqueles que apresentam situações de especial vulnerabilidade (GNR, 2016; Copeto, 2018). O facto desta operação se realizar todos os anos, permite atualizar os dados da população mais idosa, minimizando situações de potencial perigo (GNR, 2016). Esta atividade é desenvolvida com a cooperação das instituições que trabalham com idosos (Copeto, 2018), sendo que a mesma não é executada em exclusivo por militares das SPC, mas sim de todo o dispositivo territorial (Copeto, 2011).

Em termos de resultados obtidos desde 2011¹², realça-se o aumento de idosos sinalizados (figura n.º 2), não deixando de ser uma situação negativa no aspeto pessoal da vida dos mesmos. Porém, este aumento simboliza a capacidade que a GNR tem tido na sua

¹² Ano em que se iniciou a Operação Censos Sénior (Copeto, 2016).

forma de atuação e de se aproximar da população, prevenindo assim possíveis problemas e garantindo a segurança desta faixa etária da população, fomentando o sentimento de segurança (Copeto, 2016).



Figura n.º 2 — Resultados da Operação Censos Sénior da GNR – Agregado Total Nacional 2011-2018
 Fonte: Adaptado de Cardoso, 2016; GNR, 2017b; GNR, 2018

1.4.2. A Guardia Civil e o Plan Mayor Seguridad

A *Guardia Civil* conforme a sua *Ley Orgánica 2/1986*, de 13 de março, constitui-se como um instituto armado de natureza militar, dependente do MI em situações que a lei prevê e, dependente do *Ministro de Defensa* no cumprimento de missões de carácter militar¹³, possuindo assim as características de uma força *gendarmarie*¹⁴.

Esta força congénere da GNR tem como principais missões garantir a proteção e livre exercícios dos direitos dos cidadãos, asseverando a segurança dos mesmos e o cumprimento das leis¹⁵.

A *Guardia Civil* encontra-se dividida em termos territoriais em *Zonas*, que por sua vez possuem *Comandancias*. Em cada *Comandancia* estão integradas *Compañias*, que são constituídas por *Puestos*.¹⁶

¹³ Cf. o artigo 9.º da *Ley Orgánica 2/1986*, de 13 de marzo.

¹⁴ “organizações de segurança com uma combinação de características e tarefas policiais e militares” (Weger, 2009, p. 7).

¹⁵ Cf. o n.º 1 do artigo 11.º da *Ley Orgánica 2/1986*, de 13 de marzo.

¹⁶ Cf. o n.º 9 do artigo 4.º do *Real Decreto 952/2018*.

Face ao aumento da esperança média de vida, bem como a diminuição das taxas de natalidade é previsível um gradual envelhecimento da população. O envelhecimento, apesar de se caracterizar por algo natural na vida dos cidadãos, produz certos impactos na vida dos mesmos, tornando-os vulneráveis (MI, 2010).

O isolamento social, a necessidade de dependência de alguém, as vulnerabilidades que apresentam suscetíveis de serem expostos a crimes, foram fatores que resultaram numa intervenção por parte do MI de Espanha, de forma a dirimir os problemas de segurança da população idosa. Assim, em 2010, através da *Instrucción 3/2010 de la Secretaria de Estado de Seguridad*¹⁷, foi criado o *Plan Mayor Seguridad*, entrando em vigor a partir do dia 10 de julho de 2010 (MI, 2010).

O *Plan Mayor Seguridad*, conforme a sua *instrucción* n.º 1, compreendia três objetivos gerais: a prevenção de determinadas ameaças à segurança dos idosos, nomeadamente os crimes de maus-tratos, roubos, furtos e de burla; pretendia incrementar nos idosos um sentimento de confiança nas FCS, a fim de promover a denúncia de situações e crimes a que possam ser sujeitos; e o terceiro objetivo tencionava aperfeiçoar a resposta policial na atuação com pessoas idosas.

De forma a concretizar os três objetivos supramencionados, foi atribuído às FCS a responsabilidade de realizar palestras informativas/ações de sensibilização em centros de dia, lares e outras instituições responsáveis por idosos, com o intuito de transmitir a informação necessária à segurança da população em questão. Estas palestras informativas/ações de sensibilização visavam elucidar os idosos para determinadas medidas de prevenção, relacionadas com os crimes de maus-tratos no seio familiar ou em instituições e sobre os crimes mais suscetíveis de acontecer (roubo ou furto nas suas casas e os crimes de burla) (MI, 2010).

O *Plan Mayor Seguridad*, através da sua *instrucción* n.º 4, pretendia não só a concretização dos seus objetivos gerais, como a criação de “mecanismos de comunicação e colaboração com as pessoas responsáveis pelos idosos” (MI, 2010, p. 4), de forma a garantir uma assistência e apoio a essas pessoas, no âmbito da segurança dos idosos. Esta via de comunicação, visava também a sinalização prévia de situações de risco e possíveis crimes a que os idosos poderiam estar sujeitos (MI, 2010).

Todavia, com o desígnio de garantir que as palestras informativas/ações de sensibilização cumpriam com os objetivos gerais do *Plan Mayor Seguridad*, era necessário

¹⁷ Ver Anexo A.

que houvesse uma uniformidade nos procedimentos adotados, pelo que a responsabilidade de formar os militares e civis competia às FCS respetivamente (MI, 2010).

Com os objetivos delineados pelo MI, foi necessário adotar uma estrutura específica de forma a implementar e executar estas medidas (MI, 2010). Assim sendo, segundo a *instrucción* n.º 6 da *Instrucción 3/2010 de la Secretaria de Estado de Seguridad*, no que à *Guardia Civil* diz respeito, esta nomearia um responsável a nível nacional que se encarregaria da execução do plano. De modo a existir um maior controlo, em cada província espanhola seria também nomeado um delegado responsável, sendo que este seria o ponto de contacto com as instituições do Governo nessas áreas. Este procedimento adotado pela *Guardia Civil* seria também seguido pelas outras FCS (MI, 2010).

No sentido de se compreender qual a dimensão da aplicação do *Plan Mayor Seguridad*, na sua *instrucción* n.º 8 da *Instrucción 3/2010*, encontra-se também previsto a contabilização que deve ser feita por todas as FCS “antes de 20 de janeiro depois de cada ano expirado” (MI, 2010, p. 8). Todos os responsáveis pela execução do *Plan Mayor Seguridad* devem informar sobre o número de atividades concretizadas, de incidentes mais relevantes, de problemas detetados, bem como de propostas de melhoria, antes do dia referido. (MI, 2010). Esta recolha de dados será depois tratada e analisada, resultando num relatório denominado de “*Memoria Anual de Seguimiento de la Ejecución del Plan Mayor Seguridad*” (MI, 2010, p. 9).

Contudo, a vigência do *Plan* seria apenas de dois anos, cessando no dia 31 de dezembro de 2012¹⁸. Porém, mediante a *Instrucción 3/2013* o *Plan* seria renovado por um período idêntico.

No ano de 2014, o MI conclui que a percentagem de idosos que foram vítimas de crimes não difere muito de outros setores populacionais, porém a sua vulnerabilidade é muito superior. Pelo que é importante dar continuidade ao *Plan* iniciado em 2010 de forma a prevenir e a melhorar a segurança da população idosa (MI, 2014a).

A experiência adquirida nos quatro anos de execução do *Plan* aliada à satisfação e valorização por parte de quem necessita destas intervenções, justificou a importância desta medida adotada pelo MI (MI, 2014a). Exemplo disso é a figura seguinte (figura n.º 3), que demonstra o empenhamento dos responsáveis pela execução do *Plan Mayor Seguridad*, onde se destaca o número de palestras informativas/ações de sensibilização (2 216) e onde estiveram presentes 26 272 idosos.

¹⁸ Cf. a instrução n.º 10 da *Instrucción 3/2010 de la Secretaria de Estado de Seguridad*.

	Total Plan
Información a Mayores	
Número de charlas	2.216
Número de asistentes	26.272
Número de centros	2.031
Medidas de comunicación y colaboración con el entorno de los mayores	
Profesionales	5.662
Otras instituciones	952
Intervenciones asistenciales a personas mayores	11.440
Actividades complementarias	1.187

Figura n.º 3 — Resultados do *Plan Mayor Seguridad* – Total Nacional no ano de 2013
 Fonte: MI (2014b)

Face aos resultados obtidos, o MI prolongou o vínculo do *Plan Mayor Seguridad*, conferindo-lhe uma vigência por carácter indefinido, através da *Instrucción 1/2014 de la Secretaria de Estado de Seguridad para dar continuidad al del “Plan Mayor Seguridad”*¹⁹ (MI, 2014a). Fruto da experiência adquirida, surgiram algumas alterações comparativamente à primeira e segunda *Instrucción* emanada pelo MI, *Instrucción 3/2010 e Instrucción 3/2013*, respetivamente.

No que concerne aos riscos que mais podem afetar os idosos, na *instrucción* n.º 3 da *Instrucción 1/2014*, foi adicionado como tema a incidir nas palestras informativas/ações de sensibilização, quais as medidas de prevenção a adotar, relativamente, ao uso da Internet e das novas tecnologias e os seus riscos inerentes (MI, 2014a). Uma outra alteração relevante foi a adoção de uma tabela base²⁰ para o preenchimento da informação, que deve ser transmitida ao *Gabinete de Coordinación y Estudios*²¹ da Secretaria de Estado.

Analisando os dados recolhidos (tabela n.º 1) é possível observar o crescimento e o impacto do *Plan Mayor Seguridad*, destacando o número de palestras dadas em apenas três anos (7 416) e as 212 416 pessoas idosas a quem o *Plan* conseguiu chegar e transmitir as medidas preventivas mencionadas na *Instrucción 1/2014*.

¹⁹ Ver Anexo B.

²⁰ Ver Anexo B.

²¹ Gabinete responsável pela análise dos dados obtidos através do *Plan Mayor Seguridad*, conforme o n.º 1 da *instrucción* n.º 9 da *Instrucción 1/2014*.

Tabela n.º 1 — Resultados do *Plan Mayor Seguridad* – Total Nacional 2014-2016

	TOTAL 2014	TOTAL 2015	TOTAL 2016	TOTAL 2014- 2016
Información a Mayores				
Número de Charlas	2 333	2 114	2 969	7 416
Número de asistentes	66 312	62 316	83 788	212 416
Número de centros	1 956	1 762	2 005	5 723
Medidas de comunicación y colaboración con el entorno de los mayores				
Profesionales	5 571	4 742	6 445	16 758
Otras instituciones	776	683	1 158	2 617
Intervenciones asistenciales a personas mayores				
Intervenciones asistenciales a personas mayores	10 990	17 279	15 242	43 511
Actividades complementarias	9 898	1 650	2 750	14 298

Fonte: Adaptado de MI, 2015; MI, 2016; MI, 2017

CAPÍTULO 2 — METODOLOGIA

2.1. Introdução

Nesta fase do estudo pretende-se abordar qual a metodologia empregue para a realização da investigação. Irá ser exposto a metodologia base que foi utilizada, juntamente com o modelo de análise, pergunta de partida, perguntas derivadas e as hipóteses, fundamentando todas as opções tomadas.

Uma investigação científica é “um processo sistemático que permite examinar fenómenos com vista a obter respostas para questões precisas que merecem uma investigação” (Fortin, 1999, p. 17), por conseguinte nesta investigação pretende-se perceber qual o papel que a GNR e a *Guardia Civil* têm no apoio aos idosos, comparando as suas atuações.

Com o objetivo de garantir a elaboração desta investigação científica foram necessários “um conjunto de procedimentos e normas que permitem produzir conhecimento” (Sarmiento, 2013, p. 7), ou seja, um método científico.

Assim, de forma a resumir a estrutura que levou à realização da presente investigação elaborou-se um esquema²², uma vez que “a escolha, a elaboração e a organização dos processos de trabalho variam com cada investigação específica” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 18).

²²Ver Apêndice A.

2.2. Modelo de Análise

Numa investigação científica, segundo Quivy & Campenhoudt (2013) deve iniciar-se pela construção de uma PP, relativamente àquilo que se procura investigar. Assim sendo, a PP que surgiu e que já foi precedentemente mencionada é:

PP — Qual é o impacto dos programas especiais implementados pelas duas congéneres, na área do Destacamento Territorial de Portalegre e na *Compañia de Badajoz?*, pretende-se então perceber se a atuação das duas forças congéneres se adequa às necessidades dos idosos, bem como compará-las.

Resultantes da PP e com o intento de responder aos objetivos previamente estabelecidos, foram elaboradas as seguintes PD:

PD₁ — Será adequada a formação dos militares que concretizam os programas especiais da respetiva congénere?

PD₂ — O desempenho da função de policiamento comunitário, por parte dos militares das duas congéneres é afetado de algum modo?

PD₃ — O sentimento de segurança produzido nos idosos, das respetivas áreas de atuação das duas congéneres, é o pretendido?

PD₄ — Quais as problemáticas que mais afetam a segurança dos idosos nas respetivas áreas de atuação das duas congéneres?

PD₅ — Quais são as principais semelhanças e diferenças entre os dois programas de apoio aos idosos?

Consequentemente, e derivado da abordagem que se pretendeu dar ao estudo, foram levantadas diversas H:

H₁ — Os militares possuem a formação adequada para o cumprimento dos respetivos programas.

H₂ — Os meios atuais são suficientes para o cumprimento da missão por parte das duas congéneres.

H₃ — O policiamento comunitário contribui para o sentimento de segurança dos idosos.

H₄ — A segurança dos idosos é principalmente afetada pela prática de crimes de burla.

H₅ — Existem idosos identificados como vulneráveis, contribuindo assim para uma vigilância maior por parte dos militares.

2.3. Procedimento científico e métodos de abordagem

A metodologia consiste num processo que visa o emprego de diversos métodos e técnicas de forma a reunir o maior número de dados (Oliveira, 2005), produzindo *a posteriori* o conhecimento científico (Quivy & Campenhoudt, 2013). Assim, o procedimento científico é então “uma forma de progredir em direção a um objetivo” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 25), permitindo alcançar conhecimentos válidos e verdadeiros (Marconi & Lakatos, 2003).

O método constitui-se como um “conjunto de processos ou operações mentais que devemos empregar na investigação”, que se torna a “linha de raciocínio adotada no processo de pesquisa” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 126). Deste modo, utilizou-se o método hipotético-dedutivo, que se desenvolve a partir de “um problema (...) no conhecimento científico, passando pela formulação de hipóteses e por um processo de inferência dedutiva, o qual testa a predição da ocorrência de fenómenos abrangidos pela referida hipótese” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 32).

Porém, segundo Prodanov & Freitas (2013, p. 36), “nem sempre um único método é suficiente para orientar todos os procedimentos a serem desenvolvidos ao longo da investigação”, pelo que foi necessário adotar outro tipo de métodos, nomeadamente o método comparativo²³, o método inquisitivo²⁴ e o método analítico²⁵.

2.4. Métodos e técnicas de recolha de dados

A presente investigação, de forma a ser concretizada, recorreu a diferentes métodos e técnicas de recolha de dados, no entanto não há uns “melhores do que outros: tudo depende dos objetivos, do modelo de análise e das características do campo de análise” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 20).

Após a escolha do seu tema, deu-se início à obtenção de dados de forma a construir o Capítulo 1 — Enquadramento Teórico da problemática, sendo que foram “utilizados três

²³ O método comparativo “procede pela investigação de indivíduos, classes, fenómenos ou factos, com vista a ressaltar as diferenças e as similaridades entre eles” (Gil, 2008 *cit. in* Prodanov & Freitas, 2013), empregue em estudos qualitativos e/ou quantitativos (Marconi & Lakatos, 2003).

²⁴ O método inquisitivo consiste na aplicação de entrevistas e de inquéritos por questionário (Sarmiento, 2013).

²⁵ O método analítico “procura entrar na complexidade dos fenómenos, detalhando-os” (Sarmiento, 2013, p. 7).

procedimentos: pesquisa documental²⁶, pesquisa bibliográfica²⁷ e contactos diretos²⁸” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 158), específicos da temática da investigação. Foi então feita uma análise documental, tanto em formato físico como em suporte informático, de documentos legais da temática da investigação, bem como de livros, revistas, artigos, bases de dados disponíveis online, teses de mestrado e de doutoramento.

Posteriormente, com o intuito de se desenvolver o Capítulo 3 — Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados, foram concretizadas entrevistas semidiretivas²⁹ aos intervenientes e responsáveis pelos programas implementados nas duas forças congéneres (GNR e *Guardia Civil*)³⁰. Este instrumento de observação, neste caso observação indireta³¹ (Quivy & Campenhoudt, 2013), justifica-se devido ao propósito das mesmas, ou seja, “obtenção de informações de um entrevistado sobre determinado assunto ou problema” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 106).

Foram também realizados inquéritos por questionário com o intuito de perceber qual o sentimento de segurança das populações idosas residentes na zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre e na zona de ação da *Companhia* de Badajoz. O inquérito por questionário “é um instrumento de pesquisa, que permite recolher os dados, os quais após a sua introdução numa base de dados e a aplicação adequada de métodos de análise, originam informações, que se consubstanciam em resultados” (Sarmiento, 2013, p. 67). Este inquérito é realizado “a um conjunto de inquiridos, geralmente representativo de uma população” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 20), sendo realizado “uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 20).

²⁶ A pesquisa documental consiste na análise de fontes primárias (dados históricos, bibliográficos e estatísticos) e fontes secundárias (imprensa em geral e obras literárias) (Marconi & Lakatos, 2003).

²⁷ A pesquisa bibliográfica consiste num “apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 158).

²⁸ Os contactos diretos “são realizados com pessoas que podem fornecer dados ou sugerir possíveis fontes de informações úteis” (Marconi & Lakatos, 2003, p. 159).

²⁹ Entrevistas semidiretivas são entrevistas onde o “investigador dispõe de uma série de perguntas-guias (...) a propósito das quais é imperativo receber uma informação (...). Tanto quanto possível deixará andar o entrevistado para que este possa falar abertamente. (...) O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 192-193).

³⁰ Ver Apêndice C.

³¹ Na observação indireta, “o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada. Ao responder às perguntas, o sujeito intervém na produção da informação. Há aqui dois intermediários entre a informação procurada e a obtida: o sujeito observado e o instrumento de observação (guião de entrevista)” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 19).

Quanto à caracterização dos questionários, os mesmos foram realizados utilizando o método de administração indireta do inquérito, ou seja, o próprio inquiridor preencheu o questionário em função das respostas dadas pelo inquirido, fruto das limitações físicas e, por vezes, da incapacidade de ler ou escrever por parte da população idosa (Sarmiento, 2013). O inquérito era composto por 13 perguntas fechadas, nove perguntas de múltipla escolha e duas perguntas abertas, onde o inquirido podia livremente dar a sua opinião (Prodanov & Freitas, 2013).

Estas duas técnicas de recolha de dados, inquérito por entrevista e inquérito por questionário, permitem complementar a análise elaborada (Quivy & Campenhoudt, 2013), neste caso no Capítulo 1 — Enquadramento Teórico.

2.5. Amostra

Face às limitações temporais e materiais, não foi possível realizar os inquéritos por entrevista e os inquéritos por questionário a todos os intervenientes nos dois programas em estudo, pelo que foi necessário “trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 97). Portanto, houve uma delimitação do estudo de forma a reuni-la. A investigação incidiu na implementação do programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança” da GNR, na área do Destacamento Territorial de Portalegre e na implementação do programa “*Plan Mayor Seguridad*” da *Guardia Civil*, na área da *Compañia* de Badajoz.

A amostra “refere-se ao subconjunto do universo ou da população, por meio do qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população” (Prodanov & Freitas, 2013, p. 98), pois a mesma constitui-se como uma amostra não probabilística, uma vez que não foi definida de forma aleatória (Marconi & Lakatos, 2003).

Assim, uma vez que a problemática em estudo se refere aos dois programas de apoio aos idosos nas duas forças gendármicas na área do Destacamento Territorial de Portalegre e da *Compañia* de Badajoz, foram selecionados seis elementos da GNR e três elementos da *Guardia Civil* a quem foram dirigidas as entrevistas³². Porém, face aos diferentes idiomas, as entrevistas foram divididas em dois grupos: o grupo A referente aos militares da GNR responsáveis pelo Programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança” e o grupo B referente aos militares da *Guardia Civil* que executam o “*Plan Mayor Seguridad*”. Apesar desta divisão, com o intuito de facilitar a comparação de respostas, os dois grupos de entrevistados

³² Ver Apêndice B.

responderam ao mesmo conjunto de perguntas adaptado à sua realidade institucional (Guião n.º 1³³ e Guião n.º 2³⁴).

No que respeita aos inquéritos por questionário, uma vez que não foi possível inquirir toda a população idosa tanto em Portugal como em Espanha, face à sua dimensão e dispersão, houve necessidade visitar centros de dia, lares de idosos e alguns domicílios, onde foram aplicados aos idosos que se voluntariaram para responder. Neste sentido foi adotada uma amostra não probabilística, com equivalência a uma amostragem probabilística face à impossibilidade de aceder a toda a população (Sarmiento, 2013). Foram então realizados 237 inquéritos por questionário à população idosa da zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre³⁵ e 60 inquéritos por questionário à população idosa da zona de ação da *Compañia* de Badajoz³⁶.

2.6. Tratamento e análise de dados

A análise documental permitiu a elaboração do Capítulo 1 — Enquadramento Teórico, onde, principalmente, foram estudados os documentos legais que deram origem aos dois programas em estudo.

Relativamente às entrevistas, estas estão “sempre associadas a um método de análise de conteúdo” (Quivy & Campenhoudt, 2013, p. 195). Assim, no Capítulo 3 — Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados, foram construídos quadros de análise do conteúdo³⁷ referente a cada questão e a respetiva resposta dos entrevistados. Nestes quadros, apenas é exibido um resumo dos assuntos abordados na entrevista, sendo que a veracidade do conteúdo e o discurso dos entrevistados não foi adulterado (Guerra, 2006).

O processamento e o tratamento dos dados dos inquéritos por questionário foram efetuados recorrendo ao *Microsoft Office Excel* versão 2016, sendo que na apresentação, análise e discussão dos resultados, presentes no Capítulo 3 foram estabelecidas quatro vertentes de análise.

As entrevistas referentes aos militares da GNR e da *Guardia Civil*, bem como os inquéritos por questionário permitiram, ainda, a realização de matrizes *SWOT*³⁸

³³ Ver Apêndice D.

³⁴ Ver Apêndice E.

³⁵ Ver Apêndice F.

³⁶ Ver Apêndice G.

³⁷ Ver Apêndice H.

³⁸ Ver Apêndice I. A Matriz *SWOT* é um meio de diagnóstico estratégico que se encontra integrado num processo de melhoria contínua, permitindo a avaliação de uma determinada área. A palavra *SWOT* é uma sigla que é constituída pelas iniciais das palavras, em inglês: *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos),

relativamente ao programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança” e “*Plan Mayor Seguridad*”, da GNR e da *Guardia Civil*, respetivamente.

2.7. Data e local da recolha de dados

A presente investigação teve início em 2018, no mês de outubro com a elaboração da proposta de tema e do projeto de investigação, tendo sido finalizada no mês de maio de 2019.

A recolha de dados, nomeadamente a pesquisa bibliográfica, efetivou-se na Biblioteca da Escola da Guarda, na Biblioteca da Academia Militar, na Biblioteca Municipal de Portalegre e em repositórios científicos virtuais. Esta pesquisa foi complementada através da análise de dados, disponíveis em sites estatísticos.

A recolha de dados através das entrevistas decorreu entre os dias 7 de março e 3 de abril de 2019, em território nacional e espanhol, respetivamente no Comando Territorial de Portalegre e nas instalações da *Comandancia* de Badajoz.

Relativamente aos inquéritos por questionário, foram realizados aos idosos presencialmente em diversos domicílios, lares e centros de dia, entre os dias 5 de novembro de 2018 e 28 de março de 2019.

Opportunities (oportunidades) e *Threats* (ameaças) (CS/11 & GT2, 2014). “Tem como objetivos reduzir as áreas de incerteza, aumentar as probabilidades de sucesso e permitir um planeamento estratégico, destacando os fatores dominantes e determinantes, internos e externos da organização, que podem influenciar o seu desempenho e produzir alterações estratégicas relevantes”. (Serra, 2015, p. 4).

CAPÍTULO 3 — APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O capítulo seguinte apresenta os dados recolhidos pelo autor durante o trabalho de campo realizado. Será feita uma análise e discussão dos mesmos, comparando-os e complementando a revisão de literatura elaborada no Capítulo 1 — Enquadramento Teórico.

3.1. Apresentação, análise e discussão dos inquéritos por entrevista

Neste subcapítulo será explanado a apresentação, análise e discussão de cada questão dos inquéritos por entrevista realizados, utilizando uma grelha de análise qualitativa. Assim, pretende-se realçar o que mais relevante se obteve dos resultados, tal como o seu significado, utilizando os quadros de análise de conteúdo como ferramenta de análise.

3.1.1. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 1

A primeira questão visa compreender quais as formas de recrutamento adotadas nas duas congéneres, que seleciona os militares executantes do programa Apoio 65 – Idosos em Segurança e do *Plan Mayor Seguridad*, da GNR e da *Guardia Civil*, respetivamente.

Relativamente ao recrutamento na GNR, os entrevistados do grupo A (E1, E2, E3, E4, E5 e E6) referem que o mesmo se faz através de um convite que é dirigido aos militares do dispositivo territorial, podendo os mesmos concorrer de forma voluntária. O recrutamento pode ser dividido em três fases: convite geral, provas de seleção e entrevista (E3). Após o convite, os militares são submetidos às provas de seleção, mas para as poderem fazer, devem cumprir os requisitos predefinidos (E1, E2, E3, E4 e E5). Exemplo desses requisitos são a idade dos militares, o seu tempo de serviço, o seu género, entre outros (E1, E3 e E5). As provas de seleção ou critérios de aptidão socioprofissionais (E1) baseiam-se num teste relacionado com legislação e conhecimentos informáticos (E1, E2, E3, E4, E5 e E6). Para completar o recrutamento dos militares para a SPC (secção responsável pela execução do programa Apoio 65 – Idosos em Segurança) é realizada uma entrevista pelo Comandante de Destacamento Territorial (E2) a fim de se perceber se o militar tem perfil para o tipo de missão que poderá vir a desempenhar (E3).

Quanto ao recrutamento na *Guardia Civil*, encontram-se algumas similaridades uma vez que os militares também se voluntariam para este tipo de missão (E7, E8 e E9). Porém,

não são selecionados consoante requisitos predefinidos, nem sujeitos a provas de seleção. No recrutamento destes militares, os mesmos são alvo de uma entrevista individual (E7 e E8) onde se pretende apurar se o militar tem perfil para dar palestras aos idosos (E7 e E9). Após a entrevista, realizam uma formação onde são apresentadas algumas diretrizes, documentação e circulares referentes ao *Plan Mayor Seguridad* (E7 e E8), bem como a uniformização da estrutura das palestras e como devem ser ministradas (E8).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 4 e n.º 5, apresentados no Apêndice H.

3.1.2. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 2

Esta questão tem por objetivo perceber se a formação é necessária para a implementação dos dois programas.

No caso português, os entrevistados E1, E2, E3, E4, E5 e E6 consideram que a formação é algo imprescindível e bastante importante nos militares, uma vez que estes trabalham com pessoas com determinadas vulnerabilidades que precisam de uma atuação diferenciada. E1 acrescenta que se estes militares devem ter uma atuação distinta, os mesmos devem ter instruções de como o devem fazer, ou seja, “não pode integrar uma SPC qualquer militar, tem de se ter uma formação específica” (E5). Embora os militares sejam selecionados e recrutados na perspetiva de serem os mais adequados nesse tipo de missão, uma formação nesse sentido seria uma mais-valia (E2).

No subcapítulo 1.4.1 foi abordada a NEP 3.58 de 2011, que introduz a formação Programas Especiais de Polícia e Responsabilidade Social. A mesma não foi concretizada, no entanto os militares entrevistados possuem conhecimentos baseados na autoformação (E4) ou em formações tiradas ao nível externo (E3 e E5). Porém, a nova NEP 3.58 de 2017 já salvaguarda a existência de uma formação específica (E4), apesar da mesma não ter sido realizada até ao momento.

Comparativamente, em Espanha os entrevistados E7, E8 e E9 consideram também que a formação é algo importante no apoio aos idosos, não só porque com o avanço das novas tecnologias surgem novos crimes (E7), ou porque surgem novas diretrizes ou novas pedagogias (E8). Além disso, a formação é importante, porque diferentes públicos requerem técnicas diferentes de abordagem (E9). No subcapítulo 1.4.2. foi possível comprovar que a formação é algo relevante neste programa e que cabe à *Guardia Civil* a formação dos militares nesse âmbito (MI, 2010).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 6 e n.º 7, apresentados no Apêndice H.

3.1.3. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 3

A questão n.º 3 averigua se os militares que não executam os programas implementados pelas duas congéneres necessitam de uma formação específica, uma vez que os mesmos se podem deparar com situações que envolvem idosos.

A resposta a esta questão foi consensual no que concerne aos entrevistados E1, E3, E4, E5 e E6, sendo que os mesmos consideraram que não deveria existir uma formação específica para os militares que não executam o programa. Apesar da formação ser uma mais valia (E3 e E6), sobrecarregar os militares com mais uma formação que não se enquadra na área deles não seria de todo o mais correto (E3).

Porém, o entrevistado E2 considera que deveria existir, apesar de o policiamento mais próximo que advém não ser possível de realizar, face aos constrangimentos do dispositivo territorial.

Segundo E1, “o verdadeiro *know-how*, o *core business*” da GNR é a segurança das populações e essa faz-se com proximidade, assim não se pretende que haja uma formação específica dos militares, mas sim um despertar e uma maior sensibilidade para as problemáticas que afetam os idosos (E1, E3, E4, E5 e E6).

Quanto aos entrevistados do Grupo B, os mesmos partilham da mesma opinião, todos na *Guardia Civil* devem estar cientes das problemáticas que os idosos enfrentam (E7, E8 e E9), mas os militares que executam o *Plan Mayor Seguridad* é que devem estar qualificados e com capacidades para a execução do programa (E8).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 8 e n.º 9, apresentados no Apêndice H.

3.1.4. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 4

A quarta questão pretende compreender se os militares das duas congéneres estão unicamente adstritos às atividades dos programas respetivos ou se desempenham outras funções.

A NEP 3.58 de 2017 define que os militares da SPC “atuam em exclusividade em ações de prevenção criminal, policiamento comunitário e policiamento de proximidade” (GNR, 2017a, p. 7), não devendo “ser desviados para a prossecução de serviços que não os

orientados, ações de Policiamento Comunitário ou no desenvolvimento dos Programas Especiais” (GNR, 2017a, p. 7).

Assim, segundo os entrevistados do Grupo A, todos os militares pertencentes à SPC executam apenas funções no âmbito do Policiamento Comunitário e dos programas especiais, à exceção dos serviços de escala que são obrigatórios (E2, E3, E4 e E5) ou algum reforço a operações de grande envergadura (E1). No subcapítulo 1.3.1. foram abordados os programas que a GNR desenvolve consoante um grupo específico de cidadãos que detenham determinadas vulnerabilidades, no entanto cabe aos militares do SPC, o Policiamento Comunitário nesse âmbito e a aplicação não só do programa Apoio 65 – Idosos em Segurança como de todos os outros programas especiais (E1, E2, E4, E5 e E6).

Comparativamente na *Guardia Civil*, os militares para além das funções no âmbito do *Plan Mayor Seguridad*, os mesmos detêm outras responsabilidades, têm o seu serviço diário (E9). Segundo E8, “no meu caso sou coordenador do *Plan Mayor Seguridad* na *Comandancia* de Badajoz, mas também desempenho funções no Gabinete Periférico de Comunicação”. O coordenador é alguém nomeado pelas FCS, neste caso pela *Guardia Civil*, que coordena a execução do plano ao nível da província, nomeadamente da província de Badajoz (MI, 2014a). Assim, os militares após a formação inicial que recebem por integrarem a bolsa de formadores do *Plan Mayor Seguridad*, são nomeados consoante as solicitações de palestras que existirem (E9), deste modo as “atividades do *Plan Mayor Seguridad*, são apenas mais uma missão que estes militares têm” (E7).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 10 e n.º 11, apresentados no Apêndice H.

3.1.5. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 5

O objetivo desta questão visa entender como é realizado o planeamento por parte das duas congéneres no âmbito dos dois programas, bem como perceber qual a disponibilidade dos militares para a execução dos mesmos.

Na GNR, o planeamento é sempre feito consoante as diretrizes do próprio programa, sendo que o planeamento operacional é da responsabilidade do Comandante de Destacamento (E1). Contudo, devido ao maior conhecimento da área e das problemáticas que afetam os idosos são os militares que propõem as atividades a realizar (E1, E2 e E3) e que elaboram o planeamento abrangendo não só o Apoio 65 – Idosos em Segurança, como também o Programa Escola Seguro e o Programa Comércio Seguro (E2, E3 e E6), que depois

é proposto ao Chefe da SPC que, por sua vez, em articulação com o Comandante de Destacamento, avalia esse mesmo planeamento (E2 e E3). Se surgir necessidade, o mesmo poderá ser ajustado ou revisto pelo chefe da SSPC (E3).

Por norma, no âmbito do apoio aos idosos, os militares dispõem semanalmente de dois dias para a execução do programa (E4, E5 e E6). Este planeamento não é estanque, uma vez que ao longo do ano surgem necessidades de incidir num ou noutra plano em específico, fruto das características da população ou por ordens superiores (E2 e E3).

Na *Guardia Civil* encontram-se algumas diferenças, uma vez que as atividades referentes ao *Plan Mayor Seguridad* dependem da quantidade de pedidos ou solicitações que são feitos à *Guardia Civil* (E7, E8 e E9). Ou seja, sempre que surja um pedido para a realização de uma palestra, este é analisado pelo coordenador do plano, que consoante a localização da instituição que fez a solicitação, nomeia o militar (E7, E8 e E9). Podemos concluir que o planeamento depende sempre do número de pedidos que são recebidos pela *Guardia Civil* (E8).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 12 e n.º 13, apresentados no Apêndice H.

3.1.6. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 6

A sexta questão pretende perceber se existem algumas dificuldades na execução dos dois programas das duas forças congéneres, respetivamente.

No que diz respeito à GNR, as respostas por parte dos entrevistados do Grupo A são variadas. Segundo os entrevistados E2 e E3, o efetivo prende-se como uma das principais dificuldades para a execução do programa. Na ótica de E1, apesar do isolamento social ser o problema que os militares da SPC mais tentam combater, este também é uma dificuldade na execução do programa, uma vez que “o tempo que os militares dispõem para visitar os idosos é reduzido, e face à distância a que os mesmos vivem das localidades, por vezes em sítios remotos, limita a atuação dos militares e o tempo dessas visitas”.

Segundo E4 e E6, a principal dificuldade relaciona-se com a mentalidade dos idosos. Por vezes, os militares tentam ajudar na resolução dos problemas ou encaminhar o idoso para um lar ou centro de dia, fruto das condições onde vivem, mas o mesmo não aceita (E4 e E6). Este encaminhamento dos idosos nem sempre acontece, não por culpa da GNR, mas de algumas instituições, uma vez que, por vezes, os militares sinalizam e o trabalho que vem a seguir não é tão bem conseguido (E5).

No que concerne à *Guardia Civil*, dois dos entrevistados partilham da mesma opinião relativamente à procura de ações de sensibilização, por parte das instituições. E8 e E9 defendem que quando existem muitas solicitações para palestras, torna-se difícil dar resposta a todas, porém acaba-se sempre por dar uma resposta positiva. Quanto a E7, este destaca a existência de poucos militares com a formação para desenvolver as atividades do *Plan Mayor Seguridad*, o que leva a que o número de divulgações seja menor.

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 14 e n.º 15, apresentados no Apêndice H.

3.1.7. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 7

Nesta questão pretende-se analisar se os militares possuem os meios humanos e materiais necessários para o cumprimento da missão, no âmbito dos respetivos programas das duas congéneres.

Relativamente aos meios da SPC do Destacamento Territorial de Portalegre, os mesmos são os necessários, sendo que se houvesse mais meios poder-se-ia chegar a um maior número de idosos (E1). Contudo, na opinião de E4, E5 e E6, os meios é algo importante no desenvolvimento das atividades do programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, pois são apenas quatro militares que abrangem uma área de quatro conselhos, com apenas “uma viatura” (E1, E2, E4 e E6). Além disso, não permanecem em exclusividade com o programa especial no âmbito do apoio aos idosos (E5).

Porém, os meios são os que existem, são os que têm ao seu dispor e o trabalho é desenvolvido na mesma, fruto de alguns ajustes do planeamento (E2), não afetando o cumprimento da missão (E1, E2, E3 e E4).

Em suma, os meios são os necessários para o cumprimento da missão, mas um aumento significativo, daria um maior aprofundamento aos programas especiais (E2).

A *Guardia Civil*, segundo os entrevistados E7, E8 e E9, possuem os meios humanos necessários para o cumprimento da missão, pois têm 34 militares na *Comandancia* com formação para darem palestras no âmbito do *Plan Mayor Seguridad*, seis deles na zona da *Compañia* de Badajoz (E8). Segundo E9, todos os militares “têm capacidade de dar as palestras e de passar a mensagem e os conselhos pretendidos”, estando acima de tudo “motivados, dedicados e preparados” (E8).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 16 e n.º 17, apresentados no Apêndice H.

3.1.8. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 8

A oitava questão pretende entender se os idosos comunicam/denunciam sempre à GNR e à *Guardia Civil* quando são sujeitos a um crime. E se não o fazem, o porquê de isso não acontecer.

Anteriormente abordado no subcapítulo 1.2.1., Valente (2013) defende que o idoso nem sempre comunica às autoridades os crimes a que é sujeito, devido à sua falta de conhecimentos, de informação ou medo de não conseguir adotar o procedimento correto. E4 aborda isso mesmo, dizendo que o idoso nem sempre comunica, talvez por medo ou “por achar que ninguém faz nada, que não dão importância”.

Outro fator que condiciona a comunicação dos crimes é a questão familiar. Segundo E1 e E3, quando os crimes são dentro do seio familiar, ou seja, crimes cometidos por familiares mais diretos, há uma dificuldade na comunicação, uma vez que o idoso sente uma necessidade de proteger a sua família. Indo assim, ao encontro com o que tinha sido abordado no subcapítulo 1.2.1. em que, segundo Valente (2013, p. 47) “a mesma relutância à denuncia sucede quando a pessoa idosa é vítima de um abuso infligido por outra pessoa que lhe é próxima (familiar ou cuidador)”.

Na opinião dos restantes entrevistados do Grupo A, a comunicação dos crimes não acontece sempre, mas a sua denúncia está a aumentar (E2), fruto das visitas regulares que são feitas, contribuindo para uma maior confiança entre o idoso e os militares (E2, E4, E5 e E6). Não obstante o trabalho que os militares da SPC têm desenvolvido, incentivando os idosos a denunciar os crimes (E4 e E5), bem como a distribuição dos números de telefone da GNR, facilitando assim a comunicação (E5).

Esta comunicação é importante uma vez que se pretende uma cooperação entre GNR-idoso, no sentido de reduzir os problemas ou até mesmo cessá-los (GNR, 2017a), promovendo uma maior qualidade de vida (Bayley & Skolnick, 2002).

Quanto aos entrevistados pertencentes à *Guardia Civil*, a exceção que é levantada pelos mesmos, deve-se à não comunicação de crimes de burla, devido ao sentimento de vergonha que os idosos sentem, levando a que não participem os crimes (E7 e E8). No cômputo geral, a opinião é consensual entre todos os entrevistados do Grupo B, na maioria das vezes existe a comunicação dos crimes, podendo então haver exceções (E7, E8 e E9). Por vezes, a comunicação pode não vir diretamente do ofendido, acabando por ser os familiares da vítima a denunciar às autoridades (E9). Constata-se assim, que um dos principais objetivos definidos pelo MI (2010) – incrementar nos idosos um sentimento de

confiança, a fim de promover a denúncia de situações e crimes a que possam ser sujeitos – é cumprido.

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 18 e n.º 19, apresentados no Apêndice H.

3.1.9. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 9

Esta questão prende-se com a análise do impacto do Policiamento Comunitário que é feito no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança na GNR e nas atividades desenvolvidas pelo *Plan Mayor Seguridad* na *Guardia Civil*.

O Policiamento Comunitário desenvolvido pela GNR, no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança foca-se numa faixa etária mais vulnerável e que necessita de um tratamento diferenciado (E3 e E4). Na maioria dos casos a quem a GNR faz este policiamento, os militares são as únicas pessoas com quem os idosos têm algum contacto (E2), criando um sentimento de confiança na população (E1, E4) e, até mesmo, de felicidade (E6). Estes militares, por vezes, são os únicos amigos que estes idosos têm (E5) ou, até mesmo, a sua família (E2).

Na opinião dos entrevistados do Grupo A, o impacto deste policiamento é “muito positivo”, “fundamental na comunidade” e “muito importante na vida dos idosos”, “permitindo demonstrar que a GNR está presente na vida deles e que os pode ajudar”, “gerando um sentimento de segurança na vida dos idosos”, sendo a prova disso “os louvores verbais que são feitos aos militares”.

Relativamente aos entrevistados E7, E8 e E9, os mesmos defendem que o impacto das atividades desenvolvidas pelo *Plan Mayor Seguridad* é positivo, contribuindo para um aumento da confiança entre o idoso e a *Guardia Civil*. E7 salienta que as palestras são ainda “instrumentos importantes que conseguem ajudar na prevenção de vários crimes”, promovendo a confiança anteriormente abordada (E7, E8 e E9). Segundo E8, esta confiança é deveras importante, uma vez que “se a população idosa tiver algum problema sabe que a *Guardia Civil* tem capacidade para solucionar ou resolver”. Ademais, as palestras permitem uma maior proximidade entre o cidadão e a *Guardia Civil* (E9), contribuindo assim para um aumento do sentimento de segurança (E8).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 20 e n.º 21, apresentados no Apêndice H.

3.1.10. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 10

A questão dez, tem como intuito analisar se são desenvolvidas ações de sensibilização junto dos idosos e quais os temas mais abordados.

Segundo os entrevistados do Grupo A, a GNR desenvolve várias ações de sensibilização. Estas podem ser divididas em duas vertentes: para idosos que estejam institucionalizados e para idosos que não estejam institucionalizados (E1 e E3). No caso de idosos institucionalizados procura-se “ao longo do ano fazer palestras de forma a abordar temas que previnam determinados crimes que entendemos que sejam mais prováveis de ocorrer” (E3), por exemplo no caso dos incêndios, estas podem ser em conjunto com o Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente (SEPNA) (E2, E3 e E4). Se os idosos não estiverem institucionalizados, tenta-se reunir o máximo de pessoas possíveis junto das Juntas de Freguesia e através de meios audiovisuais transmite-se a palestra (E1, E2 e E6). Quando não é possível, os militares adotam uma sensibilização porta a porta, onde os temas abordados são os mesmos que nas palestras em grupo (E1 e E3).

Os temas abordados, por vezes, surgem de “diretivas superiores” (E5) ou são escolhidos através de um plano anual que é feito pelos militares, em sintonia com essas mesmas diretivas (E6). São então abordadas temáticas como os crimes de burla, de furto, de maus tratos, prevenção de incêndios, medidas de segurança no domicílio e na rua (E2, E3, E4, E5 e E6).

Relativamente à *Guardia Civil*, “a principal função do plano é a prevenção através de palestras” (E6 e E7). Segundo E7, “na assistência aos idosos fazemos Jornadas de Consciencialização, campanhas publicitárias por diversos meios de comunicação e todos os folhetos informativos que temos disponíveis nos nossos quartéis”. As palestras são aquilo que os militares mais desenvolvem no *Plan Mayor Seguridad*, pois é o método que mais os aproxima dos idosos (E9). Os principais temas abordados não diferem muito dos abordados pelos militares da GNR, sendo eles crimes que podem ocorrer no domicílio, na via pública, crimes de maltrato e como identificar e prevenir possíveis burlas (E8 e E9).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 22 e n.º 23, apresentados no Apêndice H.

3.1.11. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 11

Esta questão elenca as problemáticas que mais afetam os idosos na Zona de Ação do Destacamento de Portalegre, no que respeita a GNR e na Zona de Ação da *Compañia* de Badajoz, no que concerne à *Guardia Civil*.

Quanto à Zona de Ação do Destacamento de Portalegre, os entrevistados E1, E2, E4, E5 e E6 enunciam o isolamento social como a problemática mais preocupante. Este isolamento resulta da própria caracterização geográfica do distrito de Portalegre (E1), onde existem várias localidades muito dispersas e a Serra de São Mamede (E2). Segundo E4, o isolamento não é só social e geográfico, mas também familiar. Muitos dos idosos já não têm família ou a mesma não quer saber deles (E4). Para além do isolamento, verifica-se ainda outras problemáticas como as pequenas burlas e pequenos furtos (E3), bem como problemas como a falta de higiene e condições para se viver (E6).

A realidade na Zona de Ação da *Compañia* de Badajoz difere um pouco, sendo os incêndios no interior da residência, que surgem a partir de braseiras, aquecedores e fogões, como o problema que mais afeta os idosos (E8 e E9). Ademais, E7, E8 e E9, salientam ainda os crimes de furto, roubo e burla como outros dos problemas que mais afetam a segurança deste grupo da população.

Assim, como referiu Valente (2013) com o avançar da idade, surgem novas realidades para os idosos, tais como o isolamento, vulnerabilidades físicas, sociais e perdas de autonomia.

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 24 e n.º 25, apresentados no Apêndice H.

3.1.12. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 12

A questão doze pretende analisar de que forma a GNR e a *Guardia Civil* atuam para prevenir e reprimir as problemáticas supramencionadas.

Existindo este sentimento de insegurança, provocado pelas problemáticas anteriormente referidas, tal como Lourenço (2015) mencionou, cabe à FSS/FCS, neste caso pertence à GNR e à *Guardia Civil* suprimir essas ameaças. Assim, segundo Inácio (2010) são desenvolvidas ações direcionadas para a prevenção, mediação, proximidade e parcerias, tal como tinha sido mencionado no subcapítulo 1.3.1.

Na perspetiva de E1, apoiada por E4, E5 e E6 a melhor forma de combater este isolamento é através de visitas regulares aos idosos, falar com eles, explicar-lhes alguns problemas que existam e como preveni-los ou resolvê-los.

Além do mais, o aumento significativo que houve no efetivo da SPC melhorou a qualidade do serviço, uma vez que permitiu um maior acompanhamento e abrangência dos programas (E2). O principal objetivo é que, através deste acompanhamento que é feito pelos militares da SPC, se consiga prevenir e reprimir as problemáticas apresentadas (E3), bem como identificar e encaminhar possíveis idosos em risco (E5). Através destas visitas, é também criado um sentimento de confiança entre o idoso e o militar (E3), que se revela importante tanto na resolução de problemas como na identificação dos mesmos (E3, E4 e E6). Ou seja, a aposta num policiamento comunitário, corrobora a definição apresentada por Ferreira (2014) no subcapítulo 1.4. que afirma que a comunidade tem um papel importante na identificação e na resolução do problema.

Na *Guardia Civil*, as palestras são o principal meio que os militares, que executam o *Plan Mayor Seguridad*, utilizam (E7, E8 e E9). A atuação destes militares centra-se mais na prevenção do que na repressão (E7, E8 e E9), uma vez que um dos principais objetivos do *Plan Mayor Seguridad* é a prevenção de determinadas ameaças à segurança dos idosos, nomeadamente crimes de maus-tratos, roubos, furtos, burlas e o uso da Internet e das novas tecnologias (MI, 2010; MI, 2014a). É através das palestras que são ministrados conselhos e medidas que auxiliam os idosos na prevenção e/ou resolução dos problemas (E7, E8 e E9).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 26 e n.º 27, apresentados no Apêndice H.

3.1.13. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 13

O objetivo desta questão visa compreender se no âmbito destes programas existe cooperação com entidades externas.

Relativamente aos entrevistados E1, E2, E4 e E5, a resposta foi consensual “existe muita e boa cooperação”. Esta cooperação é feita com instituições tanto públicas como privadas (E1 e E3). Existe, assim, cooperação com os Tribunais, Segurança Social, Centros de Saúde, Hospital, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, Santa Casa da Misericórdia, Centros de Dia, Lares e com Empresas, como a EDP (E1, E2, E3, E4, E5 e E6). A cooperação estabelecida com estas instituições é importante tanto em ações de sensibilização (E2), como em trocas de informação (E4 e E6), como também em visitas conjuntas (E6); e, acima de

tudo “quando existe uma sinalização de um idoso é através desta cooperação que o conseguimos encaminhar para resolver o seu problema” (E1), “seja para receber cuidados de saúde, seja para ser institucionalizado” (E2).

Comparativamente em Espanha, a resposta dos entrevistados E7, E8 e E9 não difere daquilo que foi mencionado anteriormente. Estes realçam a boa cooperação não só com instituições e entidades como, os *Ministerios del Interior y el de Sanidad, Consumo y Bienestar Social*, os *Ayuntamientos*, Lares de idosos, Centros de Dia, Centros de Saúde e Hospitais, mas também “existe coordenação com as outras forças de segurança (Policia Local e Policia Nacional)” (E9).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 28 e n.º 29, apresentados no Apêndice H.

3.1.14. Apresentação, análise e discussão da questão n.º 14

Nesta última questão pretende-se averiguar se as duas congéneres realizam uma sinalização e um acompanhamento dos idosos que vivem isolados.

A resposta dada a esta pergunta é bastante consensual no que concerne aos entrevistados do Grupo A. Quando se deteta um idoso que vive nessas condições, regista-se numa base dados do próprio programa (E1 e E2) e numa lista que foi criada pelos militares com esse propósito (E2). Neste registo são descritas “quais são as suas principais carências e necessidades, por exemplo, problemas de saúde, problemas económicos” (E1), para depois serem encaminhados a quem melhor os pode ajudar (E1, E4 e E6).

Apesar de haver esta sinalização e posterior encaminhamento para as entidades competentes, os militares continuam a realizar visitas regulares aos idosos sinalizados (E2, E3, E4 e E5). Sempre que se faz uma visita, esta é inserida na lista criada pelos militares, de forma a contabilizar e a gerir as mesmas. Esta listagem ajuda no planeamento tentando colmatar essas falhas e prevenir e minimizar o isolamento desses idosos (E2).

Neste tipo de acompanhamento e sinalização realça-se também a importância da cooperação com outras instituições, uma vez que se realizam visitas conjuntas (E5) e se pedem informações às Juntas de Freguesia, por exemplo, “sobre idosos que vivam em condições mais vulneráveis” (E6).

Quanto à resposta dos entrevistados do Grupo B, esta difere muito da apresentada pelos entrevistados do Grupo A. A atuação dos militares do *Plan Mayor Seguridad* não se equipara à atuação dos militares da SPC da GNR.

Os militares da *Guardia Civil* que executam o *Plan Mayor Seguridad* não desenvolvem o seu trabalho no acompanhamento e sinalização dos idosos que vivem isolados (E7, E8 e E9), “essa é uma função das assistentes sociais” (E9). A função destes militares remete-se à prevenção de crimes e outros problemas que afetam os idosos através da realização de palestras (E8), porém se houver um problema maior, os mesmos ajudam na resolução, mas essa missão não lhes está atribuída (E9). Assim, no caso de idosos isolados, cabe aos militares dos *Puestos* ter uma maior atenção e preocupação para assistir estes idosos e encaminhá-los para as entidades competentes (E7 e E8).

A análise foi elaborada com base nos Quadro n.º 30 e n.º 31, apresentados no Apêndice H.

3.2. Apresentação, análise e discussão dos inquéritos por questionário

O presente estudo visa não só compreender quais as semelhanças e diferenças dos programas de apoio aos idosos, implementados pela GNR e pela *Guardia Civil*, como também o impacto que os mesmos têm na vida dos idosos. Desta forma, ao serem inquiridos os principais afetados por estes programas, pretende-se entender se as atividades desenvolvidas pelos mesmos surtem os efeitos pretendidos.

A realização dos questionários tem também como objetivo auxiliar nas respostas às hipóteses elaboradas, mas também complementar ou refutar as opiniões e informações obtidas na análise feita no Capítulo 1 — Enquadramento Teórico e através dos inquéritos por entrevista, analisados no subcapítulo anterior.

Assim, apesar de o questionário realizado ter sido composto por 24 questões, apenas foram utilizadas 11, sendo que para a apresentação, análise e discussão desses resultados serão abordadas quatro vertentes: quais as tipologias de crimes que mais afetam os idosos (questões n.º 15 e n.º 16); se existe a comunicação dos mesmos (questões n.º 17 e n.º 18); se o policiamento de proximidade e/ou comunitário surtem os efeitos desejados (questões n.º 12, n.º 13, n.º 14, n.º 19 e n.º 20); e qual o sentimento de segurança produzido pelas duas forças congêneres nos idosos (questão n.º 23).

3.2.1. Tipologias dos Crimes mais frequentes

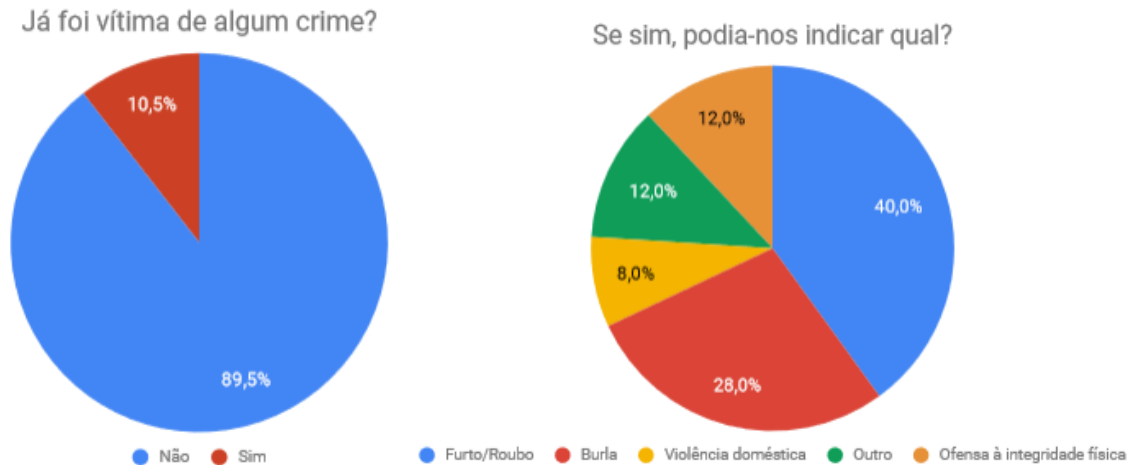


Figura n.º 4 — Percentagem de idosos que já sofreram crimes na área da GNR e tipologia do crime
Fonte: Autor

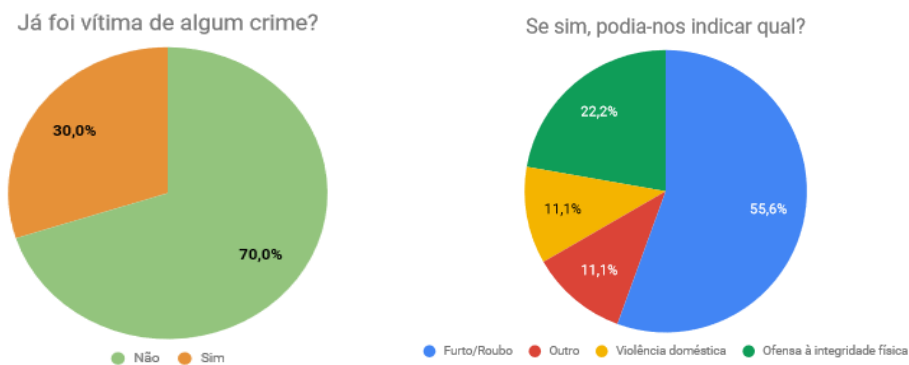


Figura n.º 5 — Percentagem de idosos que já sofreram crimes na área da *Guardia Civil* e tipologia do crime
Fonte: Autor

Analisando as duas figuras, verificamos que a percentagem de idosos que já foram vítimas de crimes é superior na área da *Compañia* de Badajoz do que na área do Destacamento de Portalegre, por conseguinte o crime mais frequente em ambas as zonas de ação é o de furto/roubo com 40% na área da GNR e 55,6% na área da *Guardia Civil*. Estes valores, são relevantes, uma vez que segundo dados do relatório da APAV “*Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência 2013-2017*”, os crimes mais comuns são os de violência doméstica, o que não se verificou nesta recolha de dados.

Porém, estes resultados complementam as informações obtidas pelos inquiridos por entrevista, onde tanto os entrevistados do Grupo A como do Grupo B, salientaram como problemáticas que mais afetam os idosos os crimes de furto/roubo (E3, E7, E8 e E9).

3.2.2. Comunicação dos crimes

Sabe qual o número que deve ligar para contactar com a GNR? Sabe qual o número que deve ligar para contactar com a Guardia Civil?

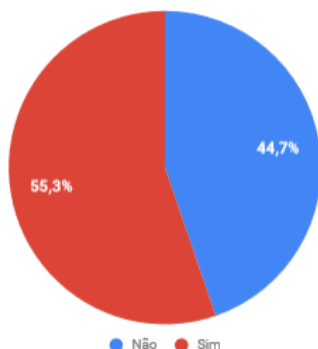


Figura n.º 6 — Percentagem de idosos que sabem qual o número que devem ligar para contactar com a GNR
Fonte: Autor

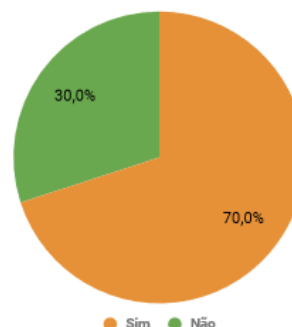


Figura n.º 7 — Percentagem de idosos que sabem qual o número que devem ligar para contactar com a Guardia Civil
Fonte: Autor

Nesta questão pretendia-se entender se os idosos têm conhecimento do número da GNR e da *Guardia Civil*, para o qual devem ligar respetivamente, na eventualidade de surgir algum problema, alguma dúvida ou serem vítimas de algum crime. Poder-se-á então analisar que apenas 55,3% dos inquiridos portugueses têm conhecimento do número para qual devem contactar a GNR. Contrastando com os 70% dos inquiridos espanhóis que têm conhecimento do número da *Guardia Civil*.

Quanto às percentagens de pessoas idosas que não sabem qual é o número que devem contactar, não deixam de ser relevantes. Pois, com o avançar da idade surgem novas debilidades tanto físicas, como sociais e financeiras, bem como perdas de autonomia. Estas interligam-se com o facto de o idoso nem sempre comunicar às autoridades o crime do qual é vítima. Em muitos casos, a não comunicação às autoridades é devido à falta de conhecimentos, de informação ou por medo de não saber adotar o procedimento correto para a situação (Valente, 2013). Ora, estas duas percentagens de idosos, 44,7% e 30%, que vivem na área da GNR e da *Guardia Civil* respetivamente, são o espelho de muitos outros que não se encontram informados e com o conhecimento necessário para contactarem com as autoridades a fim de resolverem determinados problemas que lhes surjam.

Fez queixa do crime que sofreu?

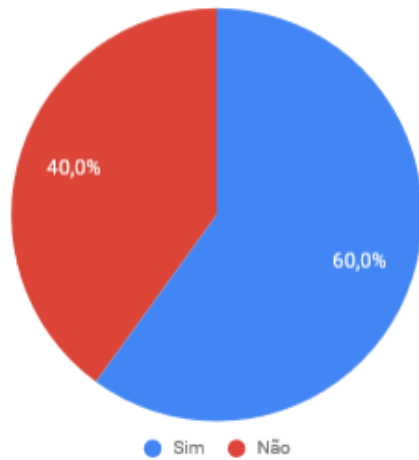


Figura n.º 8 — Percentagem de idosos que fizeram queixa do crime que sofreram na área da GNR
Fonte: Autor

Se "não", qual o motivo para não o ter feito?

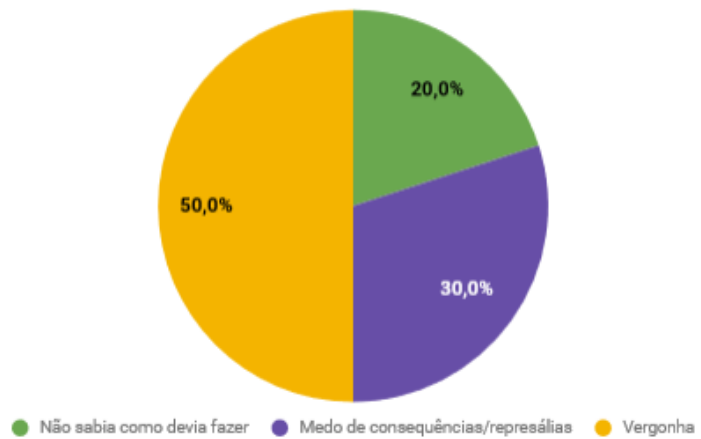


Figura n.º 9 — Percentagem de idosos relativamente ao motivo pelo qual não fizeram queixa, na área da GNR
Fonte: Autor

Fez queixa do crime que sofreu?

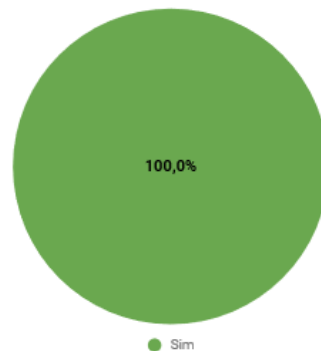


Figura n.º 10 — Percentagem de idosos que fizeram queixa do crime que sofreram na área da *Guardia Civil*
Fonte: Autor

Através das figuras n.º 8 e n.º 10, podemos observar a diferença que existe na comunicação dos crimes sofridos, relativamente à população idosa da zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre e da zona de ação da *Compañia* de Badajoz. Quanto aos idosos portugueses, apenas 60% fizeram queixa do crime que sofreram, sendo que dos 40% que não comunicaram, 50% não o fizeram por vergonha, 30% por medo de consequências/ represálias e 20% não sabia como o fazer (figura n.º 9). Já na área da *Guardia Civil*, dos 70% de idosos que foram vítimas de crimes, todos fizeram queixa às autoridades competentes.

Os resultados descritos anteriormente atestam o que Valente (2013) referiu, pois cabe à GNR e à *Guardia Civil* desenvolver o seu trabalho de modo a colmatar estas falhas. Além

disso, já na análise feita aos inquiridos por entrevista, E4 realçava o facto de que os idosos nem sempre comunicarem às autoridades, por terem medo de o fazer.

No entanto, os 60% de pessoas idosas que comunicaram os crimes dos quais foram vítimas são resultados positivos, demonstrando o trabalho que a GNR tem vindo a desenvolver, fruto da confiança que se ganha através das visitas regulares feitas pelos militares (E2, E4, E5 e E6), do incentivo que é dado aos idosos para denunciarem os crimes (E4 e E5) e da distribuição dos números de telefone da GNR através de imanes e panfletos (E5).

Quanto aos 100% de pessoas idosas na área da *Guardia Civil* que comunicaram os crimes dos quais foram vítimas, representam um resultado bastante positivo e espelham o sucesso de uma das principais medidas do *Plan Mayor Seguridad* - incrementar nos idosos um sentimento de confiança, a fim de promover a denúncia de situações e crimes a que possam ser sujeitos (MI, 2010).

3.2.3. Policiamento de Proximidade e Policiamento Comunitário

Alguma vez teve a visita de militares da GNR?

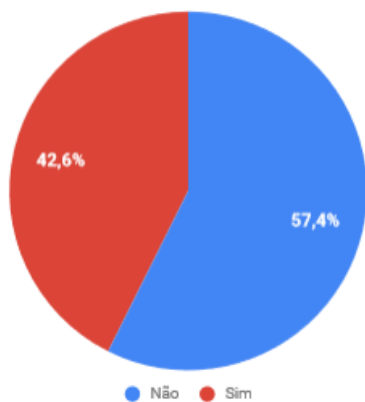


Figura n.º 11 — Percentagem de idosos que receberam visitas por parte dos militares da GNR
Fonte: Autor

Com a visita dos militares da GNR, sente-se?

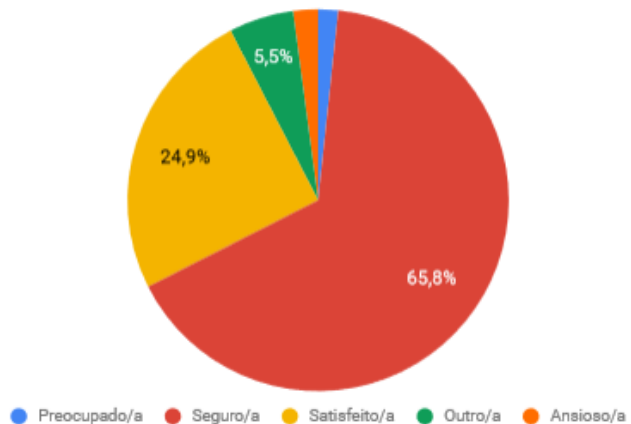


Figura n.º 12 — Sentimento produzido pelas visitas realizadas pelos militares da GNR
Fonte: Autor

Alguma vez teve a visita de militares da Guardia Civil? Com a visita dos militares da Guardia Civil, sente-se?

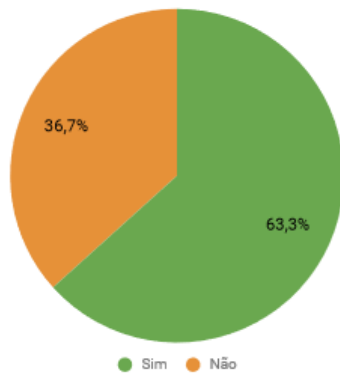


Figura n.º 13 — Percentagem de idosos que receberam visitas por parte dos militares da Guardia Civil
Fonte: Autor

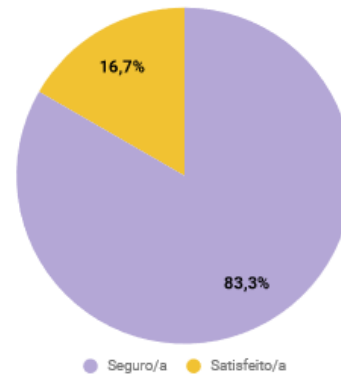


Figura n.º 14 — Sentimento produzido pelas visitas realizadas pelos militares da Guardia Civil
Fonte: Autor

Relativamente a visitas realizadas pelos militares da GNR, realça-se os 57,4% dos idosos inquiridos que nunca receberam a visita dos militares da GNR, este valor pode ser justificado através dos meios que a SPC possui (quatro militares e uma viatura), uma vez que se houvesse um aumento dos mesmos poder-se-ia chegar a um maior número de idosos, tal como referiu E1 no subcapítulo anterior. Outra das possíveis razões remete para o facto de a SPC ter ao seu encargo outros programas especiais, além do Apoio 65 – Idosos em Segurança, segundo E4, E5 e E6 dispõe de apenas dois dias por semana para a execução do programa. Porém, como E2 referiu os meios são os que existem e não é por isso que o trabalho não é desenvolvido, sendo isso demonstrado pelos 65,8% de idosos inquiridos que se sentem mais seguros com as visitas e 24,9% mais satisfeitos. Estes valores, comprovam o que defende Martins (2016) uma vez que contribuem para a prevenção de crimes e proximidade para com o cidadão, bem como para uma maior visibilidade e capacidade de resolução dos problemas.

No que respeita aos resultados da *Guardia Civil*, 63,3% da população idosa já receberam a visita de militares desta FCS; em contrapartida 36,7% não a obtiveram. O sentimento que surge destas visitas manifesta-se através da segurança e da satisfação sentida por parte dos idosos, sendo que 83,3% consideram que se sentem mais seguros e 16,7% mais satisfeitos. A análise destes resultados não poderá ser feita no que concerne ao *Plan Mayor Seguridad*, uma vez que o mesmo não se encarrega destas visitas, mas sim da realização de ações de sensibilização. Porém, não deixa de ser notório os valores recolhidos contribuindo indiretamente para um dos pontos principais, mencionados pelo MI (2010) na *Instrucción 3/2010* que regulamenta o *Plan Mayor Seguridad* – o aumento do sentimento de confiança dos idosos nas Forças e Corpos de Segurança.

Gostava de ver mais vezes os militares da GNR? Gostava de ver mais vezes os militares da Guardia Civil?

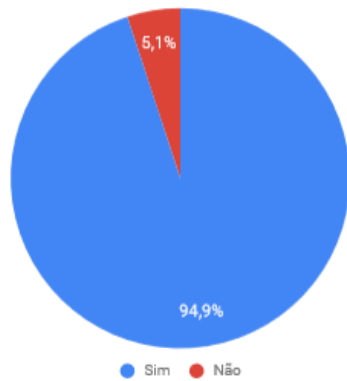


Figura n.º 15 — Percentagem de idosos que gostavam de ver com mais frequência os militares da GNR
Fonte: Autor

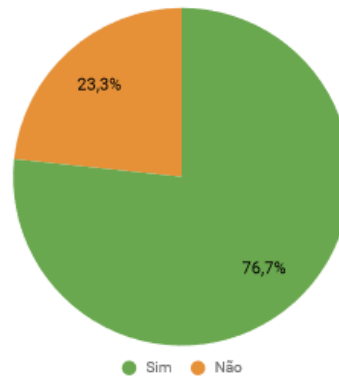


Figura n.º 16 — Percentagem de idosos que gostavam de ver com mais frequência os militares da *Guardia Civil*
Fonte: Autor

Foi também inquirido aos idosos que se voluntariaram para responder, se gostavam de ver mais vezes os militares, pelo que em Portugal 94,9% disseram que sim e em Espanha 76,7% referiram que sim. Estas percentagens elevadas revelam a exigência da sociedade de hoje em dia, bem como a necessidade que existe de um policiamento de proximidade e comunitário, contribuindo assim para uma melhor resposta ao nível policial e um maior sentimento de confiança e de segurança (Sousa, 2006; MI, 2010; GNR, 2017a).

Já assistiu ou esteve presente em alguma ação de sensibilização realizada por parte dos militares da GNR? Se sim, na sua opinião foi importante?

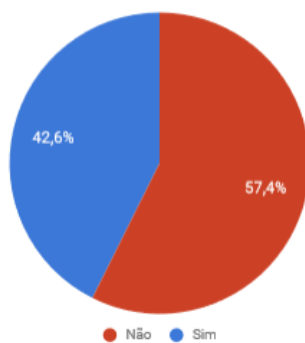


Figura n.º 17 — Percentagem de idosos que já estiveram presentes em ações de sensibilização por parte dos militares da GNR
Fonte: Autor

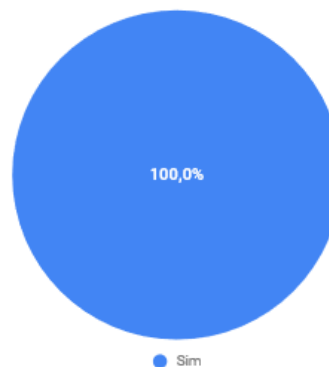


Figura n.º 18 — Importância das ações de sensibilização realizadas pela GNR
Fonte: Autor

Já assistiu ou esteve presente em alguma ação de sensibilização realizada por parte dos militares da Guardia Civil? Se sim, na sua opinião foi importante?

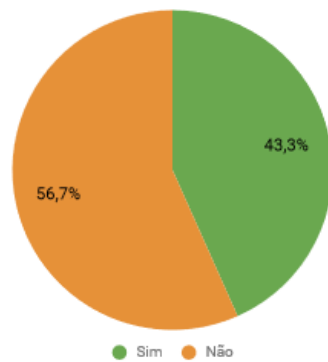


Figura n.º 19 — Percentagem de idosos que já estiveram presentes em ações de sensibilização por parte dos militares da *Guardia Civil*
Fonte: Autor

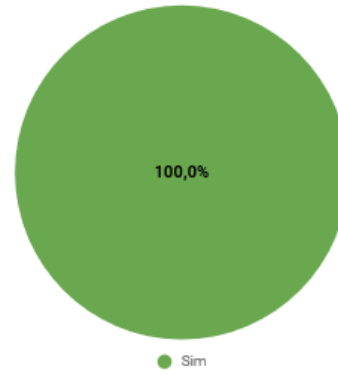


Figura n.º 20 — Importância das ações de sensibilização realizadas pela *Guardia Civil*
Fonte: Autor

Outras formas de realizar este policiamento de proximidade e o policiamento comunitário é através de ações de sensibilização, como palestras, eventos, entre outros.

Neste sentido, a percentagem de idosos que já estiveram presentes em ações de sensibilização por parte dos militares da GNR é reduzida, 42,6%, o que refuta em certa parte o que os entrevistados do Grupo A afirmaram. Porém, os mesmos defendem que as ações de sensibilização não se resumem a palestras em grupo, mas também numa sensibilização porta a porta, o que garante que a mensagem que a GNR pretende difundir, é transmitida efetivamente.

Quanto aos resultados dos idosos espanhóis inquiridos, a percentagem é igualmente reduzida, 43,3%, demonstrando que a *Guardia Civil* não está a ser totalmente eficaz nas ações que desenvolve.

No subcapítulo anterior, foi mencionado por todos os entrevistados a importância da realização de palestras, sendo esses argumentos comprovados pelos idosos inquiridos, uma vez que todos eles, em ambos os casos, realçam essa importância (figura n.º 18 e n.º 20).

Estas ações de sensibilização são ferramentas importantes que as duas forças congéneres dispõem para a prevenção e proximidade com o cidadão. Além do mais, esta transmissão de conhecimentos e de medidas que serão úteis aos idosos, redefine o papel dos mesmos na comunidade, uma vez que passam a ter uma ação importante na identificação dos problemas, como também na sua resolução, indo deste modo ao encontro da ideologia defendida por Ferreira (2014), no subcapítulo 1.4.

3.2.4. Sentimento de Segurança

Avalie o seu grau de satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido pela GNR

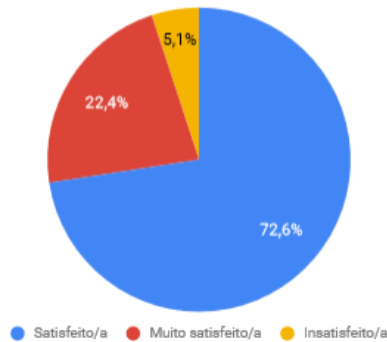


Figura n.º 21 — Avaliação do grau de satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido pela GNR
Fonte: Autor

Avalie o seu grau de satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido pela Guardia Civil

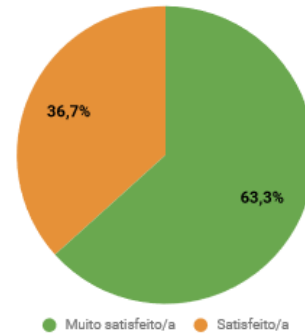


Figura n.º 22 — Avaliação do grau de satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido pela *Guardia Civil*
Fonte: Autor

Relativamente ao sentimento de segurança produzido na população idosa, através da análise das figuras n.º 21 e n.º 22, podemos comprovar que tanto os idosos que vivem na zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre, como os que vivem na zona de ação da *Compañia* de Badajoz, têm um grau de satisfação elevado. Este grau de satisfação é justificado, pelos 72,6% que se sentem satisfeitos e os 22,4% muito satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela GNR e pelos 36,7% que se sentem satisfeitos e os 63,3% muito satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela *Guardia Civil*.

A recolha destes resultados demonstra também a capacidade que estas duas forças têm na prossecução dos seus objetivos - a garantia da segurança da população. Ademais, estes dados complementam o que já tinha sido frisado pelos entrevistados do Grupo A e do Grupo B.

Assim, o sentimento de insegurança, abordado no subcapítulo 1.3., capaz de perturbar a vida dos cidadãos (Lourenço, 2015), é reduzido, derivado da capacidade que as instituições, neste caso GNR e *Guardia Civil*, têm para dar resposta a possíveis questões de insegurança, fomentando assim o sentimento de segurança.

3.3. Verificação das Hipóteses formuladas

Relativamente à **H₁**: “**Os militares possuem a formação adequada para o cumprimento dos respetivos programas**”, foi parcialmente confirmada no caso da GNR e totalmente confirmada no caso da *Guardia Civil*. Analisando as respostas dos entrevistados pertencentes à GNR, relativamente às questões n.º 1 e n.º 2, comprova-se que os militares para desempenharem funções na SPC, não frequentaram qualquer tipo de formação, tendo apenas realizado duas provas para avaliar o seu conhecimento ao nível da legislação e de meios informáticos. Porém, todos consideraram que a formação é algo importante na função que desempenham, pelo que frequentam, por vezes, formações externas a fim de melhorar o seu conhecimento (E3, E4 e E5). Além disso, o Curso de Formação de Guardas, frequentado no início da sua formação é também algo que os habilita a realizar este tipo de policiamento comunitário.

Quanto aos entrevistados pertencentes à *Guardia Civil*, e analisando as mesmas questões, percebemos que a formação é também algo importante, em especial no apoio aos idosos (E7, E8 e E9). Os militares, que implementam o *Plan Mayor Seguridad*, são sujeitos a uma formação inicial, onde lhes é transmitido as diretrizes, documentação e circulares do programa, bem como a estrutura das palestras e como as mesmas devem ser ministradas.

No que concerne à **H₂**: “**Os meios atuais são suficientes para o cumprimento da missão por parte das duas congéneres**”, e para uma melhor análise a verificação da hipótese será bipartida.

Quanto aos meios empregues pela SPC do Destacamento Territorial de Portalegre, estes são suficientes para o cumprimento da missão, tal como referem E1, E2, E3 e E4, porém um aumento dos mesmos permitiria uma maior abrangência dos programas e uma maior facilidade na execução dos mesmos.

Analisando os inquéritos por questionário comprova-se isso através da percentagem de idosos que recebem visitas dos militares, 42,6%, porém o sentimento produzido é o pretendido, sendo isso transposto pelos 65,8% que se sintam mais seguros e os 24,9% mais satisfeitos. Assim, conclui-se que, na situação da SPC do Destacamento Territorial de Portalegre, a hipótese é parcialmente verificada.

Quanto aos meios empregues pela *Guardia Civil*, na área da *Compañia* de Badajoz, na opinião dos entrevistados E7, E8 e E9, os meios humanos são os necessários para o cumprimento da missão. Na resposta aos inquéritos por questionários, os idosos inquiridos certificam isso mesmo, através dos 63,8% que já receberam visitas dos militares, sendo que

83,3% se sentem mais seguros e 16,7% mais satisfeitos. Deste modo, a hipótese é totalmente verificada, no caso da *Compañia* de Badajoz da *Guardia Civil*.

A **H₃: “O policiamento comunitário contribui para o sentimento de segurança dos idosos”**, foi totalmente verificada nesta investigação. Decorrente da análise das entrevistas, foi possível através das questões n.º 12 e n.º 9, compreender a importância deste policiamento na vida dos idosos, contribuindo para um maior sentimento de segurança.

Segundo as respostas dos entrevistados do Grupo A à questão n.º 12, o acompanhamento regular de idosos, é uma das formas que os militares têm de prevenir e reprimir as problemáticas que mais os afetam. Além disso, permite criar um sentimento de confiança entre a GNR e a população, importante tanto na resolução dos problemas, como na identificação dos mesmos.

Quanto aos entrevistados do Grupo B, as palestras são o principal meio de comunicação entre a *Guardia Civil* e os idosos, permitindo também prevenir determinados problemas e aumentar o sentimento de segurança dos idosos.

Na questão n.º 9, os entrevistados do Grupo A, salientam principalmente a importância deste policiamento no que respeita à comunicação com idosos, uma vez que muitos deles vivem isolados. Ora este contacto, que tenta ser regular, é responsável por melhorar a qualidade de vida dos idosos, aumentando o seu sentimento de segurança. Os entrevistados do Grupo A, evidenciam ainda a importância deste policiamento na vida dos idosos, sendo muito positivo e fundamental na comunidade. Já os entrevistados do Grupo B, na resposta à questão n.º 9, destacam de forma positiva as atividades do *Plan Mayor Seguridad*, sendo estas responsáveis pelo aumento do sentimento de segurança na população idosa.

Na análise aos inquéritos por questionário foi também possível confirmar esta hipótese, através das questões que avaliavam o grau de satisfação dos idosos, relativamente ao trabalho desenvolvido pela GNR e pela *Guardia Civil*. Nesta questão, e no caso da GNR, 72,6% dos idosos mostraram-se satisfeitos com o trabalho desenvolvido e 22,4% muito satisfeitos. Já no caso da *Guardia Civil*, 36,7% dos idosos sentem-se satisfeitos e 63,3% muito satisfeitos com o trabalho desenvolvido.

No que respeita à **H₄: “A segurança dos idosos é principalmente afetada pela prática de crimes de burla”**, e tendo por base a análise dos inquéritos por questionário realizados, conclui-se que em ambas as áreas de atuação das duas forças congéneres, o crime que mais afeta a segurança dos idosos é o crime de furto/roubo, 40% na área da GNR e 55,6% na área da *Guardia Civil*. Contudo, analisando as respostas aos inquéritos por

entrevista, nomeadamente a questão n.º 11, percebemos que na Zona de Ação do Destacamento de Portalegre, cinco dos seis entrevistados consideram o isolamento como o problema que mais afeta os idosos.

Já na Zona de Ação da *Compañia* de Badajoz a resposta difere tanto na hipótese formulada, como na resposta dos entrevistados do Grupo A, sendo os incêndios no interior de residência, resultantes do uso indevido de fogões, braseiras e aquecedores como a problemática que mais coloca em causa a segurança dos idosos. Assim, conclui-se que a hipótese formulada não foi verificada.

Por último, a **H₅: “Existem idosos identificados como vulneráveis, contribuindo assim para uma vigilância maior por parte dos militares”**, foi também necessário bipartir a análise desta, devido às diferentes abordagens de ambas as forças.

No caso da GNR, a hipótese foi totalmente verificada através da análise da questão n.º 14, uma vez que segundo todos os entrevistados do Grupo A, quando os militares se deparam com um idoso que viva isolado e com determinadas condições, existe uma sinalização do mesmo e um acompanhamento regular. Através desta sinalização, os militares informam as entidades competentes, podendo o idoso receber alguma ajuda ou ser institucionalizado, face às condições em que vive. Caso seja apenas uma situação de isolamento social, os militares através do seu planeamento, integram as visitas ao idoso em questão com maior regularidade, a fim de colmatar esse isolamento.

Na *Guardia Civil* a hipótese não foi verificada, uma vez que a atuação dos militares do *Plan Mayor Seguridad* não abrange esta sinalização e acompanhamento de idosos que apresentem essas vulnerabilidades. Contudo, na eventualidade de haver um problema maior, os mesmos ajudam na sua resolução, embora não seja essa a missão dos militares.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A presente investigação abordou os programas desenvolvidos pela GNR e *Guardia Civil*, no apoio aos idosos, comparando a diferente atuação por parte das duas forças e procurou compreender quais os benefícios que produz neste grupo da sociedade.

Nesta fase do trabalho pretende-se apresentar as conclusões decorrentes de toda a investigação, através dos dados obtidos na revisão da literatura e no trabalho de campo realizado, respondendo às perguntas derivadas e à pergunta de partida, respetivamente. Por fim, será exposto as limitações da investigação, as recomendações e desafios para futuras investigações.

Os programas de apoio aos idosos surgem devido a diversos fatores: vulnerabilidades da pessoa idosa, sentimento de insegurança/segurança e a resposta dos Estados na tentativa de colmatar os dois fatores anteriores.

Quanto às vulnerabilidades da pessoa idosa, é algo inerente ao processo que a pessoa humana atravessa. No entanto, o envelhecimento atenta diferentes limitações, podendo elas ser divididas em físicas, sociais e financeiras. Físicas devido à diminuição da resistência, da força física, da mobilidade e da agilidade, contribuindo assim para uma perda de autonomia. No aspeto social há quebra das relações sociais inerente à vida ativa, provocando assim um maior isolamento consciente ou fruto dessa mesma perda. E, por último, as limitações financeiras, face aos reduzidos rendimentos que os idosos auferem, implicam uma maior perda no custo de vida originando graves consequências na vida dessas pessoas. Estas vulnerabilidades contribuem para um maior risco do idoso, tornando-se um alvo mais acessível para possíveis agressores, sendo também responsáveis por afetar o seu bem-estar pessoal, fomentando um sentimento de insegurança.

Por sua vez, o sentimento de insegurança é o que decorre da preocupação pela ordem social, acabando por perturbar a vida dos cidadãos, cabendo ao Estado ser o principal ator a desenvolver medidas para o fazer cessar. O Estado, desenvolve assim, o que se denomina de Políticas Públicas de Segurança, ou seja, medidas e/ou ações que pretendem resolver um problema concreto da sociedade, resultante do sentimento de insegurança.

O programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, desenvolvido pela GNR e o programa *Plan Mayor Seguridad*, desenvolvido pela *Guardia Civil*, são formas que os diferentes Estados solucionaram para fazer face às vulnerabilidades apresentadas pelos idosos, contribuindo assim para uma redução do sentimento de insegurança.

A formação é sempre importante no trabalho que os militares desenvolvem, uma vez que permitem uniformizar processos e adquirir novos conhecimentos, contribuindo assim para um melhoramento do serviço prestado. Desse modo, respondendo à **PD₁ “Será adequada a formação dos militares que concretizam os programas especiais da respetiva congénere?”**, no que concerne à formação dos militares da GNR, para além do Curso de Formação de Guardas, a formação que os militares possuem foram frequentadas por iniciativa própria através de formações externas. Contudo, estão a existir esforços para a criação de uma formação única, a fim de complementar o recrutamento de militares para as SPC dos Destacamentos Territoriais. Esta é também defendida pelos militares entrevistados, uma vez que seria de todo importante face às vulnerabilidades específicas que os idosos apresentam, necessitando assim de uma intervenção diferenciada.

Na *Guardia Civil* é dada uma formação inicial a todos os militares, que de forma voluntária pertencem à bolsa de formadores do *Plan Mayor Seguridad*. Esta formação tem como objetivo principal, apresentar as diretrizes do programa e uniformizar as palestras a realizar junto dos idosos.

Deste modo conclui-se que no caso dos militares da GNR, a existência de uma formação mais direcionada e específica para o tipo de função que desempenham seria mais adequada e proveitosa, podendo trazer mais benefícios para o serviço. Quanto aos militares da *Guardia Civil*, a formação inicial que é ministrada é adequada face a ao tipo de missão que desempenham. A existência desta formação, garante qual a mensagem que a *Guardia Civil* pretende transmitir aos idosos e como a quer transmitir.

Relativamente à **PD₂ “O desempenho da função de policiamento comunitário, por parte dos militares das duas congéneres é afetado de algum modo?”**, conclui-se que no desempenho das suas missões existem algumas limitações. Apesar de não ser uma limitação, é importante referir, que os militares da GNR não trabalham só com a população idosa, mas também com crianças, pessoas com deficiência, comerciantes, entre outros. Ora esta panóplia de pessoas pertencentes a determinados grupos da sociedade, contribui para a importância de um planeamento cuidado de forma a dar resposta às dificuldades apresentadas pelos cidadãos supramencionados.

Assim, no que respeita ao apoio aos idosos, os militares da GNR elencam os meios e o tempo como as principais dificuldades no cumprimento da sua missão. O facto de terem poucos meios humanos (quatro militares) e materiais (apenas uma viatura) faz com que não consigam abarcar tantos idosos como gostariam. Além disso, o tempo que demoram a visitar cada idoso isolado não permite a realização de muitas visitas num só dia. Na *Guardia Civil*,

as limitações não se distanciam das da GNR, uma vez que quando existe um elevado número de solicitações para ações de sensibilização, torna-se difícil a resposta às mesmas face ao número de formadores existentes.

No que concerne à **PD3 “O sentimento de segurança produzido nos idosos, das respetivas áreas de atuação das duas congéneres, é o pretendido?”**, realça-se a importância que estes programas desempenham na vida dos idosos, uma vez que através deles existe uma maior aproximação entre polícia-idoso. Além desta aproximação, demonstra nos idosos que a GNR e a *Guardia Civil*, são instituições que se preocupam com o bem-estar deste grupo da sociedade e que desenvolvem esforços no sentido de os apoiar e suprimir as suas dificuldades, podendo ser através de ações de sensibilização ou de um policiamento mais próximo. Este agrado por parte dos idosos é demonstrado pelo sentimento de segurança produzido e pelo aumento da confiança deles nestas forças gendármicas, respetivamente. Ademais, foi possível através dos inquéritos por questionário realizados avaliar o grau de satisfação dos idosos, sendo este bastante positivo, uma vez que 72,6% dos inquiridos se sentem satisfeitos e 22,4% muito satisfeitos com o trabalho desenvolvido pela GNR e quanto ao trabalho desenvolvido pela *Guardia Civil* 36,7% dos inquiridos se sentem satisfeitos e 63,3% muito satisfeitos.

Apesar das vulnerabilidades já apresentadas, existem diversos problemas que afetam os idosos. Como resposta à **PD4 “Quais as problemáticas que mais afetam a segurança dos idosos nas respetivas áreas de atuação das duas congéneres?”**, foi possível identificar o isolamento social como a problemática que mais afeta os idosos na zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre, sendo que o crime que mais afeta esta faixa etária, é o crime de furto/roubo. Na zona de ação da *Compañia* de Badajoz, os incêndios no interior de residência, consequentes do mau uso de fogões, braseiras e aquecedores são aqueles que mais atingem os idosos nesta área. No entanto, é o crime de furto/roubo (55,6%), aquele que é mais frequente.

Abordando comparativamente os dois programas e como resposta à **PD5 “Quais são as principais semelhanças e diferenças entre os dois programas de apoio aos idosos?”**, compreendemos que a necessidade de criar algo para suprimir as diferentes dificuldades do idoso, surgiu primeiro em Portugal, uma vez que a criação do respetivo programa surgiu em 1996 através de uma iniciativa do MAI. Enquanto que em Espanha, o programa apenas se desenvolveu em 2010, através de uma intervenção do MI. Contudo, os motivos para a criação dos dois programas não diferem um do outro, sendo o isolamento social e as vulnerabilidades próprias deste grupo da população, as principais razões.

Porém, existem diferenças nestes dois programas, tais como a formação, os objetivos do mesmo e o modo de atuação.

Quanto à formação, a mesma já foi abordada na resposta à PD₁, enquanto que na *Guardia Civil*, é dado uma formação inicial a todos os militares, na GNR, para além do Curso de Formação de Guardas, a formação que os militares possuem são formações externas.

Os objetivos, apesar de todos contribuírem para um maior apoio aos idosos, no que concerne ao programa desenvolvido pela GNR, este pretende ainda o patrulhamento preventivo, fomentar o contacto com a população, sinalizar idosos que vivam isolados, dar apoio a vítimas vulneráveis e realizar ações de sensibilização. No programa *Plan Mayor Seguridad*, os objetivos propostos pretendem a prevenção de determinadas ameaças que afetam a segurança dos idosos, aumentar o sentimento de confiança nas FCS e melhorar a resposta policial na atuação com os idosos.

Para desenvolver estes objetivos, as duas forças atuam de formas distintas. A GNR até 2017 assentava a sua atuação num policiamento de proximidade, onde existia uma aproximação aos cidadãos, sendo que estes apenas desempenhavam um papel de recetores. Porém, a partir daí esse paradigma alterou, com a GNR a adotar o policiamento comunitário como forma de atuação, colocando o cidadão como membro ativo na comunidade. Criou-se assim uma parceria entre militar-cidadão, onde a identificação e resolução do problema não se limita apenas à GNR, mas também à população. A atuação da *Guardia Civil* é completamente diferente da portuguesa, uma vez que as atividades desenvolvidas pelo programa se limitam a ações de sensibilização. Ou seja, esta força aposta numa reeducação da população idosa a fim de transmitir a informação necessária com o intuito de prevenir determinados problemas e crimes.

Seguidamente, destaca-se a função que os militares desempenham. Na GNR existe uma exclusividade dos militares para a execução dos programas especiais, o que possibilita uma maior disponibilidade dos mesmos e uma maior abrangência. Enquanto que na *Guardia Civil*, os militares executam as missões consoante os cargos que desempenham, pertencendo a uma bolsa de formadores do *Plan Mayor Seguridad*. Quando existem solicitações para ações de sensibilização, eles são nomeados consoante a disponibilidade. Esta diferença de exclusividade nas duas forças contribui para uma divergência nas prioridades dos militares, uma vez que na GNR os militares apenas desenvolvem atividades no âmbito do policiamento comunitário, enquanto que na *Guardia Civil* isso não acontece.

Outra divergência que ocorre no modo de atuação são as atividades desenvolvidas. Na GNR existe um planeamento consoante as necessidades dos programas. Apesar dos militares estarem exclusivos para funções de policiamento comunitário, estes não desenvolvem apenas o programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, daí que seja importante a realização de um planeamento. No que respeita ao programa de apoio aos idosos, os militares são responsáveis por realizar um acompanhamento regular de idosos que vivem isolados, sinalizar novos idosos nessas condições e/ou que necessitam de apoio social, cooperar com outras instituições no apoio dos idosos e realizar ações de sensibilização. Já na *Guardia Civil*, os militares apenas executam as palestras que lhes são solicitadas.

A investigação permitiu então analisar comparativamente³⁹ os dois programas de apoio aos idosos da GNR e da *Guardia Civil*, extraíndo assim as suas vantagens e desvantagens, respondendo assim à nossa **PP “Qual é o impacto dos programas especiais implementados pelas duas congéneres, na área do Destacamento Territorial de Portalegre e na *Compañía de Badajoz*?”**.

Foi então possível constatar que através do programa Apoio 65 - Idosos em Segurança, a GNR possui como principais vantagens a melhoria da confiança dos idosos na GNR; a cooperação com outras entidades; o facto de haver uma exclusividade dos militares para as funções de Policiamento Comunitário, possibilita a realização de um policiamento mais próximo dos idosos e uma sinalização de idosos que vivem isolados e/ou em condições vulneráveis; e ainda, a melhoria da imagem da GNR, contribuindo assim para um aumento do sentimento de segurança na população idosa.

Como principais desvantagens, a falta de uma formação mais direcionada para a função que os militares desempenham na SPC; a escassez de meios humanos e materiais; a distância entre residências dos idosos, o que limita o tempo das visitas que os militares executam; a desconfiança por parte de alguns idosos em aceitar o apoio dos militares devido a fatores culturais e os difíceis acessos a algumas residências de alguns idosos, fruto das características do terreno, o que dificulta a atuação dos militares no cumprimento das suas missões.

Relativamente ao *Plan Mayor Seguridad*, executado pela *Guardia Civil*, como principais vantagens destaca-se a melhoria da confiança dos idosos na *Guardia Civil*; a cooperação com outras entidades/instituições; a melhoria da imagem da *Guardia Civil*; a

³⁹ Ver Apêndice I — Matriz SWOT, através da comparação entre o Quadro n.º 32 — Matriz SWOT (Apoio 65 - Idosos em Segurança) e o Quadro n.º 33 — Matriz SWOT (*Plan Mayor Seguridad*).

realização de ações de sensibilização permite uma maior proximidade com os idosos, contribuindo para um aumento do sentimento de segurança.

Como desvantagens, evidenciam-se a não exclusividade dos militares às atividades de Policiamento Comunitário; a falta de acompanhamento de idosos que vivem em condições vulneráveis; o facto das atividades do *Plan Mayor Seguridad* serem apenas direcionadas para a realização de palestras; o emprego de poucos meios humanos e materiais neste programa, a não sinalização de idosos que vivem isolados e/ou em condições vulneráveis e ainda a resistência de alguns idosos em receber apoio e conselhos da *Guardia Civil*, devido a fatores culturais dos mesmos.

Conclui-se assim, que apesar das duas forças atuarem de formas diferentes, o seu principal foco é a resposta às vulnerabilidades apresentadas pelos idosos. Porém, importa realçar a importância que a GNR dá a este policiamento comunitário, uma vez que tendo um efetivo mais reduzido que a *Guardia Civil*, disponibiliza meios humanos em exclusividade para um tratamento mais próximo deste grupo da população.

Como limitações à investigação, realça-se a dificuldade em recolher o maior número de respostas aos inquéritos por questionário, devido à limitação temporal para a realização do trabalho.

No que respeita às recomendações, pretende-se com este estudo que a GNR possa utilizar as boas práticas que a *Guardia Civil* executa no seu trabalho com os idosos, melhorando desta forma a sua atuação e aumentar a confiança com a população e o seu sentimento de segurança.

Por último, sugere-se como futuras investigações o estudo comparativo do Programa Escola Segura e o *Plan Director* (da *Guardia Civil*); estudar outros programas especiais implementados pela GNR, comparando-os, com outras forças gendármicas, de forma a compreender as diferentes formas de atuação, podendo *à posteriori* retirar ilações a fim de melhorar a atuação da GNR.

BIBLIOGRAFIA

Artigos científicos, obras literárias, relatórios e outros documentos

- Alves, A. (2010). Introdução à segurança. *Revista da Guarda Nacional Republicana*.
- Amaro, A. (2008). Segurança Humana e Proteção Civil na Sociedade do Risco: A Crise do Modelo Estatocêntrico nas(s) Segurança(s). *Territorium, Revista Associação Portuguesa De Riscos, Prevenção e Segurança*, 15, 83-94. Acedido a 27 de março de 2019 em <https://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/3243/2491>.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2017). Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência 2013-2017. In *Portal da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*. Acedido a 1 de abril de 2019 em https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Pessoas_Idosas_2013_2017.pdf.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV] (2018). Relatório Anual 2018. In *Portal da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima*. Acedido a 1 de abril de 2019 em https://apav.pt/apav_v3/images/pdf/Estatisticas_APAV_Relatorio_Anual_2018.pdf.
- Bayle, J.L.L. (1992). Unité et Diversité Dans l'Histoire Des Polices Européennes. *Les Cahirs de la Sécurité Intérieure*, IHESI. 7.
- Bayley, D & Skolnick J. (2002). *Policamento Comunitário*. n. 6. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Bayley, D. & Skolnick, J. (2006). *Community policing issues and practices around the world*. Washington. D.C: United States of America: Criminal Justice.
- Beauvoir, S. (1990). *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bernardo, A. L. P. (2014). *Das políticas aos programas de envelhecimento: o caso do programa IPL 60+*. Dissertação de mestrado em Educação e Formação de Adultos e Intervenção Comunitária, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Cardoso, J. (2016). Os Censos Sénior na Guarda Nacional Republicana. In *Academia.edu*. Acedido a 19 de março de 2019 em https://www.academia.edu/29450400/Os_Censos_Senior_na_Guarda_Nacional_Republicana.

- Chau, F., Soares, C., Fialho, J., & Sacadura, M. (2012). *O Envelhecimento da População: Dependência, Ativação e Qualidade*. Acedido a 1 de abril de 2019 em http://www.qren.pt/np4/np4/?newsId=1334&fileName=envelhecimento_populacao.pdf.
- Comissão Europeia. (2019). Eurostat - Estatísticas europeias. In *Portal da Comissão Europeia*. Acedido a 8 de abril de 2019 em https://ec.europa.eu/info/departments/eurostat-european-statistics_pt.
- Comissão Setorial para a Educação e Formação [CS/11] & Grupo de Trabalho para a Gestão da Qualidade no Ensino Superior [GT2]. (2014). *Análise SWOT do Ensino Superior Português: oportunidades, desafios e estratégias de qualidade*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Acedido a 21 de março de 2019 em <http://repositorio.esepf.pt/bitstream/20.500.11796/2164/1/AF%20-%20Analise%20SWOT.pdf>.
- Copeto, R. (2011). A GNR e o policiamento de proximidade e segurança comunitária. *Segurança e Defesa*, 16, 48–54.
- Copeto, R. (2016). Censos GNR. In *Lidador Notícias*. Acedido a 19 de março de 2019 em <http://www.lidadornoticias.pt/opiniao-rogerio-copeto-oficial-gnr-censos-senior/>.
- Copeto, R. (2018). Mais Censos Sénior. In *Lidador Notícias*. Acedido a 19 de março de 2019 em <http://www.lidadornoticias.pt/opiniao-rogerio-copeto-oficial-gnr-mais-censos-senior/>.
- Dieu, F. (1999). *Politiques Publiques de Sécurité*. Paris, L'Harmattan.
- Direção-Geral da Saúde [DGS] (2017). *Estratégia nacional para o envelhecimento ativo e saudável 2017-2025*. In *Portal do Serviço Nacional de Saúde*. Acedido a 12 de março de 2019 em <https://www.sns.gov.pt/wp-content/uploads/2017/07/ENEAS.pdf>.
- Fernandes, A. & Botelho, M. (2007). Envelhecer ativo, envelhecer saudável: o grande desafio. *Fórum Sociológico*. N.º 17 (II Série, 2007), 11-16. Acedido a 25 de março de 2019 em <http://forumsociologico.fcsh.unl.pt/PDF/FS17-Art.1.pdf>.
- Ferreira- Alves, J., & Novo, R. (2006). Avaliação da discriminação social de pessoas idosas em Portugal. *International Journal of clinical and health psychology*, 1, 65-77. Acedido a 12 de março de 2019 em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4466/1/5.%20Jos%c3%a9%20Ferreira-Alves.pdf>.

- Ferreira, F. (2014). *O Policiamento de Proximidade: O caso especial do programa “Comércio Seguro” da baixa da Cidade do Porto*. Dissertação para a obtenção do grau de mestre em Criminologia, Universidade do Porto, Porto.
- Fonseca, R. (2013). *Os sentimentos de (in)segurança da comunidade face ao carácter proactivo da polícia*. Dissertação para o projeto de graduação do curso de Criminologia, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Fortin, M. (1999). *O processo de Investigação: da conceção à realização* (1ª Ed.). Loures: Lusociência.
- Garcia, F. (2006). As ameaças transnacionais e a segurança dos estados. Subsídios para o seu estudo. *Revista Negócios Estrangeiros*, (9.1), 340.
- Gianezini, K., Barreto, L., Gianezini, M., Lauxen, S., Barbosa, G. & Vieira, R. (2017). Políticas Públicas: definições, processos e constructos no século XXI. *Revista de Políticas Públicas*. 21 (2), 1066-1084.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2016). Resultados da Operação Censos Sénior 2016. In *Portal da GNR*. Acedido a 19 de março de 2019 em <http://www.gnr.pt/documentos/noticias/Resultados%20da%20Opera%C3%A7%C3%A3o%20Censos%20S%C3%A9nior%202016.pdf>.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2017b). Operação Censos Sénior 2017 - Resultados. In *Portal da GNR*. Acedido a 19 de março de 2019 em <http://www.gnr.pt/comunicado.aspx?linha=4206>.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2018). Operação Censos Sénior 2018 - Balanço. In *Portal da GNR*. Acedido a 19 de março de 2019 em <http://www.gnr.pt/noticias.aspx?linha=10519>.
- Guardia Civil. (2016). Información Institucional. In *Portal da Guardia Civil*. Acedido a 11 de março de 2019 em <http://www.guardiacivil.es/es/institucional/index.html>.
- Guardia Civil. (2018). Servicios al Ciudadano. In *Portal da Guardia Civil*. Acedido a 28 de março de 2019 em <http://www.guardiacivil.es/es/servicios/seguridadprivada/colaborasegupriva/plancoopera/index.html>.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e Formas de Uso* (1ª ed). Estoril: Príncipia.
- Hobbes, T. (2005). *The Elements of Law, Natural and Politic*. London: Elibron Classics
- Inácio, C. (2010). *Políticas Públicas de Segurança – novo paradigma*. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciência Política. Universidade de Aveiro.

- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2018a). *Península Ibérica em números 2017*. Instituto Nacional de Estatística, IP: Lisboa e Madrid. Acedido a 2 de abril de 2019 em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=277194881&PUBLICACOESmodo=2.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2018b). Cifras de población. In *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. Acedido a 2 de abril de 2019 em https://www.ine.es/dyngs/INEbase/es/operacion.htm?c=Estadistica_C&cid=1254736176951&menu=ultiDatos&idp=1254735572981.
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2018c). Población por sexo, municipios, nacionalidad (español/extranjero) y edad (grandes grupos). In *Portal do Instituto Nacional de Estatística*. Acedido a 2 de abril de 2019 em <http://www.ine.es/jaxi/Datos.htm?path=/t20/e245/p05/a2018/10/&file=00000002.px>
- Júnior, J. (2016). Políticas públicas de segurança e o poder de polícia nas cidades. *Revista jurídica Filosofia e Sociedade*. 3 (2), 124-144.
- Lourenço, N. (2012). Legitimidade e confiança nos polícias. *Revista do Ministério Público*, 129, 181-198.
- Lourenço, N. (2015). Cibersegurança. In J.B. Gouveia, & S. Santos (Eds.), *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Coimbra: Almedina.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica* (5.ª ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Martins, D. (2016). Os programas de policiamento especiais da GNR na prevenção da criminalidade. *Revista de Direito e Segurança*. Nº7, 7-32.
- Martins, R., & Santos, A. (2008). *Ser Idoso Hoje*.
- Maslow, A. H. (1943). A Theory of Human Motivation. *Psychological Review*. 50(4), 370–396.
- McArdle, A. & Erzen, T. (2001). *Zero tolerance: Quality of life and the new police brutality in New York city*. New York: New York University.
- Ministerio del Interior [MI]. (2014b). Actividad de 2013. Acedido a 14 de março de 2019 em <http://www.interior.gob.es/documents/10180/1207668/Plan+Mayor+Seguridad+2013.pdf/0d4b3626-29fa-4c3e-be59-37eb6896d326>.

- Ministerio del Interior [MI]. (2015). Actividad de 2014. Acedido a 14 de março de 2019 em <http://www.interior.gob.es/documents/10180/1643559/Plan+Mayor+Seguridad+2014.pdf/a48e9d0c-d8e0-481c-ac08-fa5455eafff3>.
- Ministerio del Interior [MI]. (2016). Actividad de 2015. Acedido a 14 de março de 2019 em <http://www.interior.gob.es/documents/10180/3066430/Plan+Mayor+Seguridad+2015.pdf/c63eca4b-5ad9-47b7-8e2d-3eb2cfaa7084>.
- Ministerio del Interior [MI]. (2017). Actividad de 2016. Acedido a 14 de março de 2019 em <http://www.interior.gob.es/documents/10180/5791067/Plan+Mayor+Seguridad+2016.+PUBLICACI%C3%93N.PDF/77018886-07fa-45d8-9e22-e47f1c11e220>.
- Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento. A emergência do policiamento de proximidade*. Edições Almedina.
- Oliveira, M. (2005). *Como fazer Projetos, Relatórios, Monografias, Dissertações e Teses* (3.^a Ed.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Omand, S. D., Bartlett, J. & Miller, C. (2012). *A balance between security and privacy online must be struck*. London: Demos.
- Organização das Nações Unidas [ONU] (2019). A ONU e as pessoas idosas. In *Portal da Organização das Nações Unidas*. Acedido a 1 de abril de 2019 em <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>.
- Pérez, O. (2017). Vulnerabilidad y vejez: implicaciones y orientaciones epistémicas del concepto de vulnerabilidad. *Intersticios sociales*, (13) Acedido a 01 de abril de 2019 em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-49642017000100003&lng=es&tlng=es.
- Priberam Dicionário. (2018). Acedido a 29 de março de 2019 em <https://www.priberam.pt/dlpo/>.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico* (2.^a Ed.). Novo Hamburgo: Universidade Feevale.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2013). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (6.^a Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Roché, S. (1993). *Le sentiment d'insécurité*. Paris: PUF.
- Rosas, I. (2015). *Idoso, Vulnerabilidade, Risco e Violência: Que medidas de proteção?*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em Gerontologia, Instituto Superior de Serviço Social, Porto.

- Rosenbaum, D. (2002). A mudança no papel da polícia: Avaliando a Transição para Policiamento Comunitário. In: J. P. Brodeur (Orgs). (A. L. A. Os sentimentos de (in)segurança da comunidade face ao carácter proactivo da polícia 36 Pinheiro, Trad). Como reconhecer um bom Policiamento: problemas e temas. *Série Polícia e Sociedade*, n. 4. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Secchi, L. (2010). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Serra, P. (2015). Caixa de ferramentas de produção e análise de informação - Análise SWOT. In *Academia.edu*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Acedido a 21 de março de 2019 em https://www.academia.edu/12192045/An%C3%A1lise_SWOT.
- Silva, M. (2006). *Se fosse tudo bem, a velhice era boa de enfrentar! Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice: um estudo no norte de Portugal*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade Aberta, Lisboa.
- Silva, N. (2010). *Cidadania e segurança: Uma análise prospectiva*. Acedido a 28 de março de 2019 em http://icnsd.afceaportugal.pt/conteudo/congresso/ICNSD_4H_texto_pdf_nuno_parr_eira_silva.pdf.
- Simão, J. (2009). *Policiamento de Proximidade. Papel renovado da polícia na prevenção criminal — Estudo de caso do projeto «Apoio 65 “Idosos em Segurança”» na zona intramuros de Elvas*.
- Valente, A. (2002). Policiamento de Proximidade: O exemplo da GNR de Coimbra, Força de Segurança e Investigação Científica. *Um Espaço de Reflexão*, 141-211.
- Valente, A. (2013). *Vitimização criminal dos idosos em Portugal: Análise sócio criminal dos crimes participados às Forças de Segurança em 2011*. Lisboa: Direção-Geral da Administração Interna.
- Weger, M. de. (2009). *The Potencial of the European Gendarmerie Force*. Hague: Netherlands Institute of International Relations Clingendael.
- World Health Organization [WHO]. (2002a). *Envejecimiento activo: un marco político*. *Revista Española de Geriatria y Gerontología*, 37, 1-122. Acedido a 12 de março de 2019, de <http://www.elsevier.es/es-revista-revista-espanola-geriatria-gerontologia-124-articulo-envejecimiento-activo-un-marco-politico-13035694>.

- World Health Organization [WHO]. (2002b). Proposed working definition of an older person in Africa for the MDS Project. In *Portal World Health Organization*. Acedido a 1 de abril de 2019 em <http://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/>.
- World Health Organization [WHO]. (2017). *Global Strategy and Action Plan on Ageing and Health*. Geneva. Acedido a 12 de março de 2019 em <https://www.who.int/ageing/WHO-GSAP-2017.pdf?ua=1>.

Legislação, Jurisprudência e outros documentos

- Academia Militar [AM] (2016) — Direção de Ensino. Normas de Execução Permanente (NEP) n. o 522/1a — Normas para Redação de Trabalhos de Investigação.
- Assembleia da República [AR] (1976). Decreto de 10 de abril de 1976: Constituição da República Portuguesa. Diário da República, 1ª série, n.º 86.
- Assembleia da República [AR] (2007). Lei 63/2007 de 06 de novembro: Lei Orgânica da GNR. Diário da República: I série, Nº 213.
- Cortes Generales [CG] (1978). Constitución Española. Boletín Oficial del Estado: No 311
- Despacho Ministerial n.º 56/96, de 21 de outubro, iniciou o programa Apoio 65 – Idosos em Segurança na GNR.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2011). NEP — 3.58 — Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR (2011). Portugal.
- Guarda Nacional Republicana [GNR] (2017a). NEP — 3.58 — Regulamentação dos Programas Especiais de Policiamento de Proximidade da GNR (2011). Portugal.
- Ministerio del Interior [MI]. (2010). Instrucción 3/2010 de la Secretaria de Estado de Seguridad para la aprobación y ejecución del “Plan Mayor Seguridad”.
- Ministerio del Interior [MI]. (2014a). Instrucción 1/2014 de la Secretaria de Estado de Seguridad para dar continuidad al del “Plan Mayor Seguridad”.
- Jefatura del Estado (1986). Ley Orgánica 2/1986, de 13 de marzo, de Fuerzas y Cuerpos de Seguridad. Boletín Oficial del Estado: No 63.
- Ministerio de Política Territorial y Función Pública [MPTFP] (2018). Real Decreto 952/2018, de 27 de julio, por el que se desarrolla la estructura orgánica básica del Ministerio del Interior. Boletín Oficial del Estado: No 183.

APÊNDICES

APÊNDICE A — MODELO DE ANÁLISE

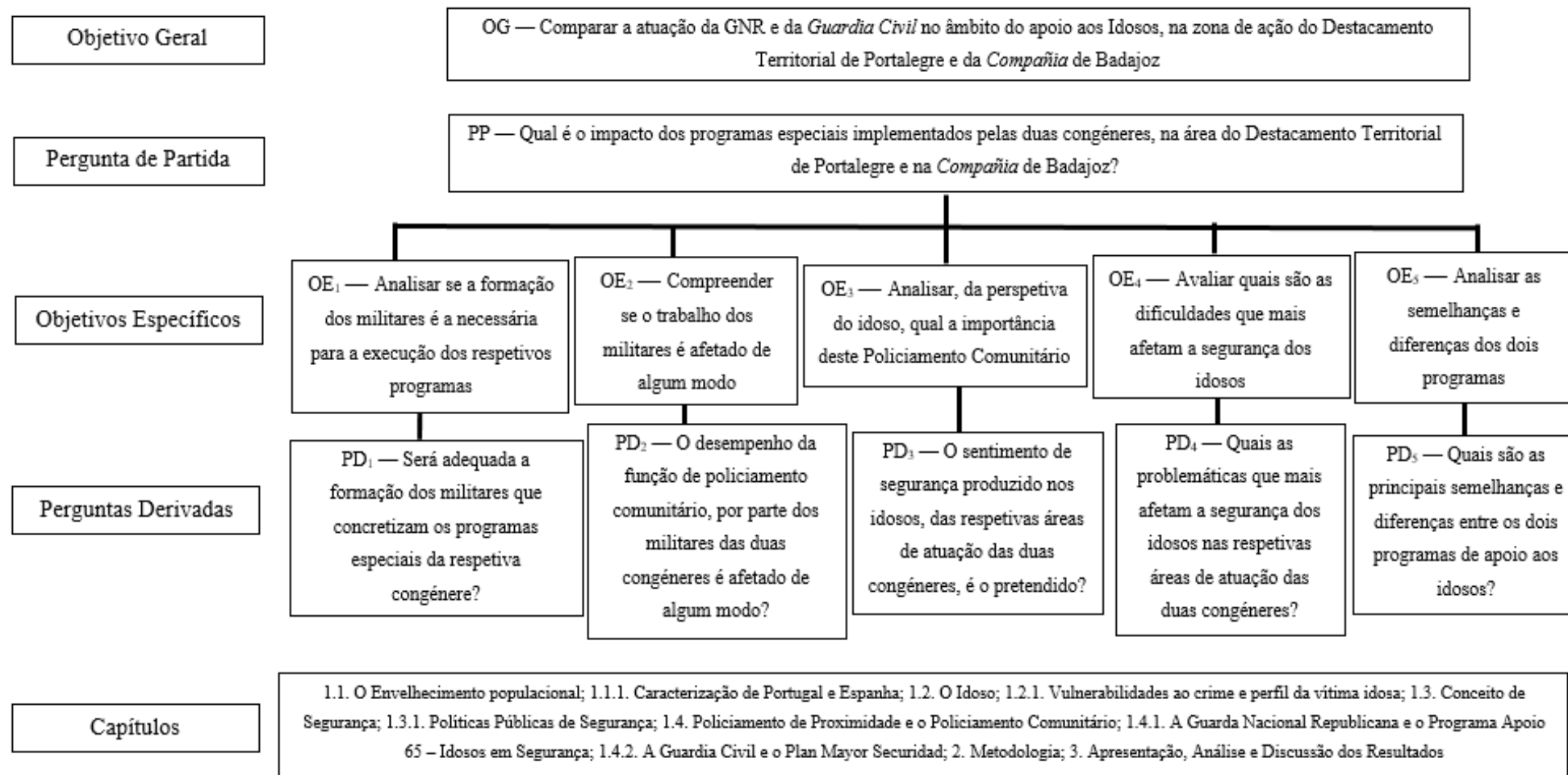


Figura n.º 23 — Modelo de Análise

Fonte: Autor

APÊNDICE B — RELAÇÃO DE ENTREVISTADOS

Quadro n.º 1 — Relação de Entrevistados

Grupo	Código	Entrevistados	Questões	Função	Data da Entrevista	Local
A	E1	Major Marco Pina	Guião n.º 1	Comandante da Subsecção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário	21/03/2019	Comando Territorial de Portalegre
	E2	Capitão Gonçalo Brito		Comandante do Destacamento Territorial de Portalegre (em suplência)	22/03/2019	Destacamento de Trânsito de Portalegre
	E3	Sargento-Chefe Octávio Tavares		Chefe da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário	21/03/2019	Destacamento Territorial de Portalegre
	E4	Cabo Vítor Tavares		Militar da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário	21/03/2019	Destacamento Territorial de Portalegre
	E5	Guarda Principal Paulo Lopes		Militar da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário	21/03/2019	Destacamento Territorial de Portalegre
	E6	Guarda Principal Rui Monteiro		Militar da Secção de Prevenção Criminal e Policiamento Comunitário	21/03/2019	Destacamento Territorial de Portalegre
B	E7	Tenente Carlos Melado	Guião n.º 2	Adjunto de la <i>Compañia</i> de Badajoz	03/04/2019	<i>Comandancia</i> de Badajoz
	E8	Guardia Civil Manuel Leal		Coordenador <i>Plan Mayor Seguridad</i>	07/03/2019	<i>Comandancia</i> de Badajoz
	E9	Guardia Civil Concepción Bauranco		Coordenador <i>Plan Mayor Seguridad</i>	03/04/2019	<i>Comandancia</i> de Badajoz

Fonte: Autor

APÊNDICE C — QUADRO DE RELAÇÃO PARA A ELABORAÇÃO DAS ENTREVISTAS

Quadro n.º 2 — Quadro de Relação para a elaboração das Entrevistas (Guião n.º 1)

PERGUNTA PARTIDA	PERGUNTA DERIVADA	QUESTÕES PARA ENTREVISTA GUIÃO N.º 1
PP - Qual é o impacto dos programas especiais implementados pelas duas congéneres, na área do Destacamento Territorial de Portalegre e na <i>Companhia</i> de Badajoz?	PD ₁ — Será adequada a formação dos militares que concretizam os programas especiais da respetiva congénere?	<ol style="list-style-type: none"> 1. De que modo é feito o recrutamento dos militares para a SPC? 2. Considera necessária a existência de formação no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança? 3. Considera necessária a existência de formação para militares que não estejam integrados na SPC?
	PD ₂ — O desempenho da função de policiamento comunitário, por parte dos militares das duas congéneres é afetado de algum modo?	<ol style="list-style-type: none"> 4. Os militares da SPC estão unicamente adstritos às atividades de Policiamento Comunitário? 5. Como é realizado o planeamento para o Policiamento Comunitário no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança? 6. Quais as principais dificuldades que a SPC enfrenta na execução do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança? 7. A SPC possui os meios humanos e matérias necessários para o cumprimento da sua missão? Quais são?
	PD ₃ — O sentimento de segurança produzido nos idosos, das respetivas áreas de atuação das duas congéneres, é o pretendido?	<ol style="list-style-type: none"> 8. Na sua opinião, os idosos comunicam/denunciam à GNR sempre que sejam sujeitos a um crime? Se não, porquê? 9. Qual o impacto do Policiamento Comunitário no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, na vida dos idosos? 10. A SPC desenvolve ações de sensibilização junto dos idosos? Quais os temas abordados?
	PD ₄ — Quais as problemáticas que mais afetam a segurança dos idosos nas respetivas áreas de atuação das duas congéneres?	<ol style="list-style-type: none"> 11. Quais as problemáticas que considera ser as que mais afetam os idosos na Zona de Ação do Destacamento de Portalegre? 12. De que modo a GNR atua com o intuito de prevenir e reprimir essas problemáticas?
	PD ₅ — Quais são as principais semelhanças e diferenças entre os dois programas de apoio aos idosos?	<ol style="list-style-type: none"> 13. Existe cooperação da SPC no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança com entidades externas? 14. Existe uma sinalização e acompanhamento dos idosos que vivem isolados?

Fonte: Autor

Apêndices

Quadro n.º 3 — Quadro de Relação para a elaboração das Entrevistas (Guião n.º 2)

PERGUNTA PARTIDA	PERGUNTA DERIVADA	QUESTÕES PARA ENTREVISTA GUIÃO N.º 2
PP - Qual é o impacto dos programas especiais implementados pelas duas congéneres, na área do Destacamento Territorial de Portalegre e na <i>Compañia</i> de Badajoz?	PD ₁ — Será adequada a formação dos militares que concretizam os programas especiais da respetiva congénere?	1. De que modo é feito o recrutamento dos militares para o <i>Plan Mayor Seguridad</i> ? 2. Considera necessária a existência de formação no âmbito do programa <i>Plan Mayor Seguridad</i> ? 3. Considera necessária a existência de formação para militares que não estejam integrados na execução do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ?
	PD ₂ — O desempenho da função de policiamento comunitário, por parte dos militares das duas congéneres é afetado de algum modo?	4. Os militares que executam o <i>Plan Mayor Seguridad</i> estão unicamente adstritos às atividades deste? 5. Como é realizado o planeamento para as atividades do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ? 6. Quais as principais dificuldades que os militares da <i>Guardia Civil</i> enfrentam na execução do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ? 7. A <i>Guardia Civil</i> possui os meios humanos e materiais necessários para o cumprimento da sua missão, no âmbito do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ? Quais são?
	PD ₃ — O sentimento de segurança produzido nos idosos, das respetivas áreas de atuação das duas congéneres, é o pretendido?	8. Na sua opinião, os idosos comunicam/denunciam à <i>Guardia Civil</i> sempre que sejam sujeitos a um crime? Se não, porquê? 9. Qual o impacto das atividades dirigidas pelo <i>Plan Mayor Seguridad</i> , na vida dos idosos? 10. A <i>Guardia Civil</i> desenvolve ações de sensibilização junto dos idosos? Quais os temas abordados?
	PD ₄ — Quais as problemáticas que mais afetam a segurança dos idosos nas respetivas áreas de atuação das duas congéneres?	11. Quais as problemáticas que considera ser as que mais afetam os idosos na Zona de Ação da <i>Compañia</i> de Badajoz? 12. De que modo a <i>Guardia Civil</i> atua com o intuito de prevenir e reprimir essas problemáticas?
	PD ₅ — Quais são as principais semelhanças e diferenças entre os dois programas de apoio aos idosos?	13. Existe cooperação da <i>Guardia Civil</i> no âmbito do <i>Plan Mayor Seguridad</i> com entidades externas? 14. Existe uma sinalização e acompanhamento dos idosos que vivem isolados?

Fonte: Autor

APÊNDICE D — GUIÃO DE ENTREVISTA N.º 1



ACADEMIA MILITAR

**O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E DA
GUARDIA CIVIL NO APOIO AOS IDOSOS: ESTUDO
COMPARATIVO**

Autor: Aspirante aluno de Infantaria da GNR Eduardo Miguel Pereira Magrinho

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A presente investigação subordinada ao tema “O papel da Guarda Nacional Republicana e da *Guardia Civil* no apoio aos idosos: Estudo comparativo”, insere-se no âmbito Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada da Academia Militar de forma a obter o grau académico de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

Posto isto, a investigação em causa destina-se à análise comparativa dos resultados obtidos pelos programas Apoio 65 - Idosos em Segurança e *Plan Mayor Seguridad*, da Guarda Nacional Republicana e da *Guardia Civil*, respetivamente, nas áreas do Destacamento de Portalegre e da *Compañia* de Badajoz. Pretende-se também compreender as diferenças e semelhanças dos dois programas, bem como avaliar o sentimento de segurança das populações em causa através de questionários que irão ser realizados às mesmas.

Assim, surge a necessidade de realizar entrevistas distintas de forma a conseguir coligir informação de interesse e diferentes perspetivas, que permitam responder aos objetivos desta investigação. As entrevistas serão dirigidas aos militares que efetivam os respetivos programas, bem como aos comandantes de Posto e *Puestos*, Destacamento e *Compania* das duas congéneres.

Perante o que foi exposto anteriormente, venho por este meio solicitar a Vossa Excelência que me conceda uma entrevista sobre o tema em questão, pois a sua cooperação será certamente importante na medida em que contribuirá para atingir os objetivos propostos na investigação em decurso.

Grato pela sua colaboração e disponibilidade.

Atenciosamente,

Eduardo Miguel Pereira Magrinho

Aspirante de Infantaria da GNR

1. ENQUADRAMENTO

O envelhecimento da população é algo que não conseguimos controlar e que representa uma etapa do ciclo da vida. A criação de melhores condições de vida, resultaram num aumento da longevidade humana, contribuindo assim para um aumento da população idosa. Ora este envelhecimento, produz na pessoa idosa determinadas vulnerabilidades, levando a que o Estado desenvolva programas a fim de apoiar este grupo da população.

No âmbito das políticas públicas de segurança, a GNR através do programa Apoio 65 – Idosos em Segurança é uma das instituições que emprega os seus meios no auxílio dos idosos. Este programa utiliza o policiamento de proximidade e comunitário, a fim de promover o contacto com a população, manter atualizado e sinalizar idosos e pessoas que vivem isolados, realizar ações de sensibilização e esclarecimento à população e dar apoio a vítimas vulneráveis.

2. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome	
Idade	
Habilitações Literárias	
Cargo/Posto	
Função	
Local	
Data/Hora	

3. ENTREVISTA

As respostas que dará às questões subseqüentes serão fundamentais para alcançar os objetivos pretendidos nesta investigação, o que para tal, solicito que as mesmas sejam o mais completas possíveis. As respostas serão apenas utilizadas como objeto de estudo para esta investigação, pelo que solicito a sua autorização para gravar esta entrevista, com o intuito de as transcrever e apensar posteriormente.

Em caso de necessidade, as respostas serão classificadas. Se desejar, as respostas serão concedidas antes do seu tratamento, de modo a salvaguardar os interesses de V. Ex.^a. Se, por fim, desejar a presente investigação, esta também lhe poderá ser proporcionada, logo que seja aprovada.

1. De que modo é feito o recrutamento dos militares para a SPC?
2. Considera necessária a existência de formação no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança?
3. Considera necessária a existência de formação para militares que não estejam integrados na SPC?
4. Os militares da SPC estão unicamente adstritos às atividades de Policiamento Comunitário?
5. Como é realizado o planeamento para o Policiamento Comunitário no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança?
6. Quais as principais dificuldades que a SPC enfrenta na execução do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança?
7. A SPC possui os meios humanos e matérias necessários para o cumprimento da sua missão? Quais são?
8. Na sua opinião, os idosos comunicam/denunciam à GNR sempre que sejam sujeitos a um crime? Se não, porquê?
9. Qual o impacto do Policiamento Comunitário no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, na vida dos idosos?
10. A SPC desenvolve ações de sensibilização junto dos idosos? Quais os temas abordados?
11. Quais as problemáticas que considera ser as que mais afetam os idosos na Zona de Ação do Destacamento de Portalegre?
12. De que modo a GNR atua com o intuito de prevenir e reprimir essas problemáticas?
13. Existe cooperação da SPC no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança com entidades externas?
14. Existe uma sinalização e acompanhamento dos idosos que vivem isolados?

APÊNDICE E — GUIÃO DE ENTREVISTA N.º 2



ACADEMIA MILITAR

**EL PAPEL DE LA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA Y DE LA
GUARDIA CIVIL EN EL APOYO A LOS ANCIANOS: ESTUDIO
COMPARATIVO**

Autor: Aspirante alumno de Infantería de la GNR Eduardo Miguel Pereira Magrinho

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Teniente Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Máster Integrado en Ciencias Militares, en la especialidad de Seguridad

Informe Científico Final del Trabajo de Investigación Aplicada

Lisboa, mayo de 2019

CARTA DE PRESENTACIÓN

La presente investigación subordinada al tema “El papel de la *Guarda Nacional Republicana* y de la Guardia Civil en el apoyo a los ancianos: Estudio comparativo”, se insiere en el ámbito del Informe Científico Final del Trabajo de Investigación Aplicada de la Academia Militar de forma a obtener el grado académico de Máster en Ciencias Militares, en la especialidad de Seguridad.

Así que dicha investigación se destina al análisis comparativo de los resultados obtenidos por los programas *Apoio 65 - Idosos em Segurança* y Plan Mayor Seguridad, de la *Guarda Nacional Republicana* y de la Guardia Civil, respectivamente, en las áreas del *Destacamento de Portalegre* y de la Compañía de Badajoz. Se pretende también comprender las diferencias y semejanzas de los dos programas, bien como evaluar el sentimiento de seguridad de las poblaciones a través de encuestas que les serán realizadas.

De este modo, surge la necesidad de realizar distintas entrevistas de forma a conseguir colegir información de interés y diferentes perspectivas, que permitan responder a los objetivos de esta investigación. Las entrevistas estarán dirigidas a los militares que pertenecen a los respectivos programas, así como a los comandantes del *Posto* y Puestos, *Destacamento* y Compañía de las dos congéneres.

Por todo ello, solicito a Vuestra Merced que me conceda una entrevista sobre el tema mencionado, pues su cooperación será muy importante en la medida en que contribuirá para atinjar los objetivos propuestos en dicha investigación.

En la confianza de recibir su pronta respuesta, le envío un cordial saludo

Atentamente,

Eduardo Miguel Pereira Magrinho
Aspirante de Infantería de la *GNR*

1. ENCUADRAMIENTO

El envejecimiento de la población es algo que no conseguimos controlar y que representa una etapa del ciclo de la vida. La creación de mejores condiciones de vida, resultan en un aumento de la longevidad humana, contribuyendo así para un incremento de la población mayor. Este envejecimiento produce en la persona mayor determinadas vulnerabilidades, llevando a que el Estado/Gobierno desarrolle programas con la finalidad de apoyar este grupo poblacional.

En el ámbito de las políticas públicas de seguridad, la *Guarda Nacional Republicana* (GNR) a través del programa *Apoio 65 – Idosos em Segurança*, es una de las instituciones que utiliza sus medios en el auxilio de las personas mayores. Este programa utiliza la patrulla de proximidad y comunitaria, con la finalidad de promocionar el contacto con la población, mantener actualizado y señalar mayores y personas que vivan alejadas o aisladas, realizar acciones de sensibilización y clarificación a la población y apoyar víctimas indefensas.

2. IDENTIFICACIÓN DEL ENTREVISTADO

Nombre	
Edad	
Nivel Académico	
Cargo/Puesto	
Función	
Local	
Fecha/Hora	

3. ENTREVISTA

Las respuestas que dará a las cuestiones subsecuentes serán fundamentales para alcanzar los objetivos pretendidos en esta investigación, así, solicito que las mismas sean lo más completas posible. Las respuestas serán únicamente utilizadas como objeto de estudio para esta investigación, por todo ello solicito su autorización para grabar esta entrevista, con el objetivo de transcribirlas y agregarlas posteriormente.

En caso de necesidad, las respuestas serán clasificadas. Si desea, se las podré conceder antes de tratarlas, de manera a salvaguardar los intereses de Vuestra Merced. Si, por fin, desea la presente investigación, también se la podré otorgar, luego que sea aprobada.

1. ¿De qué modo es hecho el reclutamiento de los militares para el Plan Mayor Seguridad?
2. ¿Considera necesaria la existencia de formación en el ámbito del programa Plan Mayor Seguridad?
3. ¿Considera necesaria la existencia de formación para militares que no estén integrados en la ejecución del Plan Mayor Seguridad?
4. ¿Los militares que ejecutan el Plan Mayor Seguridad están únicamente agregados a las actividades de dicho Plan?
5. ¿Cómo es realizado el planeamiento para las actividades del Plan Mayor Seguridad?
6. ¿Cuáles son las principales dificultades que los militares de la Guardia Civil enfrentan ante la ejecución del Plan Mayor Seguridad?
7. ¿La Guardia Civil posee los medios humanos y materiales necesarios para el cumplimiento de su misión, en el ámbito del Plan Mayor Seguridad? ¿Cuáles son?
8. En su opinión, ¿las personas mayores comunican/denuncian a la Guardia Civil siempre que están sujetos a un crimen? En caso negativo, ¿por qué?
9. ¿Cuál es el impacto de las actividades dirigidas por el Plan Mayor Seguridad en la vida de las personas mayores?
10. ¿La Guardia Civil desarrolla acciones de sensibilización junto a las personas mayores? ¿Cuáles son los temas planteados?
11. ¿Cuáles son los problemas que considera que son los que más afectan a las personas mayores en la Zona de Acción de la Compañía de Badajoz?
12. ¿De qué modo la Guardia Civil actúa con el objetivo de prevenir y reprimir esos problemas?
13. ¿Existe cooperación entre la Guardia Civil, en el ámbito del Plan Mayor Seguridad, y otras entidades externas?
14. ¿Existe una señalización y acompañamiento de las personas mayores que viven aisladas?

APÊNDICE F — INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO N.º 1



ACADEMIA MILITAR

**O PAPEL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E DA
GUARDIA CIVIL NO APOIO AOS IDOSOS: ESTUDO
COMPARATIVO**

Autor: Aspirante aluno de Infantaria da GNR Eduardo Miguel Pereira Magrinho

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente-Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, maio de 2019

QUESTIONÁRIO AOS IDOSOS

O presente questionário é anónimo e tem por objetivo a recolha de dados para a realização do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares, na especialidade de Segurança. As suas respostas serão apenas utilizadas em dados estatísticos para a realização da investigação.

Obrigado pela sua disponibilidade e colaboração.

1. Sexo:

- a. Feminino
- b. Masculino

2. Idade: _____

3. Estado Civil

- a. Solteiro/a
- b. Casado/a
- c. Divorciado/a
- d. Viúvo/a

4. Vive sozinho/a?

- a. Sim
- b. Não

5. Se a resposta foi não, identifique com que pessoas vive:

- a. Pessoas idosas
- b. Pessoas não idosas
- c. Ambos

6. Tem filhos?

- a. Sim
- b. Não

7. Costuma receber visitas da sua família?

- a. Sim
- b. Não

8. Se sim, com que frequência?

- a. Raramente
- b. Todos os meses
- c. Todas as semanas
- d. Todos os dias

9. Sabe o que é a GNR?

- a. Sim
- b. Não

10. Costuma ver os militares da GNR?

- a. Sim
- b. Não

11. Se sim, com que frequência?

- a. Raramente
- b. Todos os meses
- c. Todas as semanas
- d. Todos os dias

12. Alguma vez teve a visita de militares da GNR?

- a. Sim
- b. Não

13. Com a visita dos militares da GNR, sente-se?

- a. Seguro/a
- b. Satisfeito/a
- c. Ansioso/a
- d. Preocupado/a
- e. Outro

14. Gostava de ver mais vezes os militares da GNR?

- a. Sim
- b. Não

15. Já foi vítima de algum crime?

- a. Sim
- b. Não

16. Se sim, podia-nos indicar qual?

- a. Furto/Roubo
- b. Injúrias
- c. Ofensa à integridade física
- d. Violência Doméstica
- e. Burla
- f. Outro

17. Fez queixa do crime que sofreu?

- a. Sim
- b. Não

18. Se “não”, qual o motivo para não o ter feito?

- a. Não sabia como devia fazer
- b. O posto da GNR é muito longe
- c. Vergonha
- d. Medo de consequências/represálias
- e. Outro motivo

19. Já assistiu ou esteve presente em alguma ação de sensibilização realizada por parte dos militares da GNR?

- a. Sim
- b. Não

20. Se sim, na sua opinião a mesma foi importante?

- a. Sim
- b. Não

21. Quando receia pela sua segurança, quem contacta primeiro?

- a. Familiares
- b. Vizinhos/Amigos
- c. GNR
- d. Outro:

22. Sabe qual o número que deve ligar para contactar com a GNR?

- a. Sim
- b. Não

23. Avalie o seu grau de satisfação relativamente ao trabalho desenvolvido pela GNR:

- a. Insatisfeito/a
- b. Satisfeito/a
- c. Muito satisfeito/a

24. Se pudesse mudar algo na GNR, o que seria?

APÊNDICE G — INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO N.º 2



ACADEMIA MILITAR

**EL PAPEL DE LA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA Y DE LA
GUARDIA CIVIL EN EL APOYO A LOS ANCIANOS: ESTUDIO
COMPARATIVO**

Autor: Aspirante alumno de Infantería de la GNR Eduardo Miguel Pereira Magrinho

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Teniente Coronel de Infantaria da GNR Rogério Paulo Magro Copeto

Máster Integrado en Ciencias Militares, en la especialidad de Seguridad

Informe Científico Final del Trabajo de Investigación Aplicada

Lisboa, mayo de 2019

ENCUESTA A ANCIANOS

La presente encuesta es anónima y tiene como objetivo la recoja de datos para la realización del Informe Científico Final del Trabajo de Investigación Aplicada, en el ámbito del Máster Integrado en Ciencias Militares, en la especialidad de Seguridad. Sus respuestas solamente serán utilizadas para fines estadísticos para la realización de dicha investigación.

Gracias por su disponibilidad y colaboración.

1. Sexo:

- a. Femenino
- b. Masculino

2. Edad: _____

3. Estado Civil

- a. Soltero/a
- b. Casado/a
- c. Divorciado/a
- d. Viudo/a

4. ¿Vive solo/a?

- a. Sí
- b. No

5. Si la respuesta ha sido no, identifique con quién vive:

- a. Personas mayores
- b. Personas no mayores
- c. Ambos

6. ¿Tiene hijos?

- a. Sí
- b. No

7. ¿Suele recibir visitas de su familia?

- a. Sí
- b. No

8. Si ha contestado sí, ¿con qué frecuencia?

- a. Muy pocas veces
- b. Todos los meses
- c. Todas las semanas
- d. Todos los días

9. ¿Sabe qué es la Guardia Civil?

- a. Sí
- b. No

10. ¿Suele ver los militares de la Guardia Civil?

- a. Sí
- b. No

11. Si ha contestado sí, ¿con qué frecuencia?

- a. Muy pocas veces
- b. Todos los meses
- c. Todas las semanas
- d. Todos los días

12. ¿Alguna vez tuvo la visita de militares de la Guardia Civil?

- a. Sí
- b. No

13. Con la visita de la Guardia Civil, ¿se siente...?

- a. Protegido/a
- b. Satisfecho/a
- c. Ansioso/a
- d. Preocupado/a
- e. Otro

14. ¿Le gustaría ver a los militares de la Guardia Civil más veces?

- a. Sí
- b. No

15. ¿Ya ha sido víctima de algún crimen?

- a. Sí
- b. No

16. Si ha contestado sí, ¿nos podría indicar cuál?

- a. Hurto/Robo
- b. Injurias
- c. Ofensa a la integridad física
- d. Violencia en casa
- e. Burla
- f. Otro

17. ¿Presentó una queja del crimen que sufrió?

- a. Sí
- b. No

18. Si ha contestado no, ¿cuál ha sido el motivo por no haberlo hecho?

- a. No sabía cómo hacerlo
- b. El puesto de la Guardia Civil está muy lejos
- c. Vergüenza
- d. Miedo de las consecuencias/represalias
- e. Otro motivo

19. ¿Ya ha asistido o ha estado presente en alguna acción de sensibilización realizada por parte de los militares de la Guardia Civil?

- a. Sí
- b. No

20. Si ha contestado sí, en su opinión, ¿esa acción fue importante?

- a. Sí
- b. No

21. Cuando teme por su seguridad, ¿quién contacta en primer lugar?

- a. Familiares
- b. Vecinos/Amigos
- c. Guardia Civil
- d. Otro

22. ¿Sabe cuál es el número que debe llamar para ponerse en contacto con la Guardia Civil?

- a. Sí
- b. No

23. Evalúe su grado de satisfacción relativamente al trabajo desarrollado por la Guardia Civil:

- a. Insatisfecho/a
- b. Satisfecho/a
- c. Muy satisfecho/a

24. Si pudiera cambiar alguna cosa en la Guardia Civil, ¿qué cambiaría?

APÊNDICE H — ANÁLISE AOS INQUÉRITOS POR ENTREVISTA

1. Apresentação e análise da questão n.º 1

Quadro n.º 4 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 1

Questão n.º 1: De que modo é feito o recrutamento dos militares para a SPC?		
N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(…) feito através da abertura de um convite ao efetivo (…), inicialmente existem determinados critérios de seleção (…), existem ainda os critérios de aptidão socioprofissionais (…) e uma entrevista”	— “O recrutamento dos militares para a SPC, inicia-se através da abertura de um convite ao efetivo, (…) em que os militares que se sintam com vontade de seguir para esta especialização, concorrem (…); — “(…) inicialmente existem determinados critérios de seleção, como a idade dos militares, o posto, o seu tempo de serviço. Ainda existem os critérios de aptidão socioprofissionais (como o domínio da legislação, conhecimentos informáticos, capacidades físicas) (…); — “(…) após esses critérios de seleção e de ser feita essa triagem dos militares, há uma entrevista. Nessa entrevista, tenta-se selecionar quais os militares com melhor perfil para este tipo de função (…)
E2	“É feito um convite aos militares, e depois dentro do grupo dos militares que preenchem determinados requisitos e que respondem ao convite são feitas provas de seleção (…) direcionadas em termos informáticos e (…) legislação (…) e uma entrevista (…)	— “É feito um convite aos militares, depois dentro do grupo dos militares que preenchem determinados requisitos e que respondem ao convite são feitas provas de seleção, direcionadas para o trabalho que eles sabem desenvolver em termos informáticos (no <i>PowerPoint</i> , <i>Word</i> e <i>Excel</i>) e ainda uma prova relativamente a legislação (…); — “(…) posteriormente, há então a parte fundamental onde é feita uma entrevista, normalmente realizada pelo comandante de destacamento onde são selecionados os militares que têm mais perfil para este tipo de missão específica”.
E3	“(…) numa 1ª fase é aberto um convite geral, (…) quem concorre, tem de preencher esses requisitos, (…) prova, relativamente, a legislação e outra de conhecimentos informáticos. Por fim passamos para uma 3ª fase que é a entrevista (…) Há pessoas que devido às suas características intrínsecas e extrínsecas estão mais	— “Há sempre uma atenção especial no recrutamento destes militares, porque eles trabalham com um público-alvo especial (…); — “(…) numa 1ª fase é aberto um convite geral (tanto pode ser ao efetivo da GNR como do Comando Territorial), nestes últimos anos tem sido feito ao efetivo do Comando Territorial de Portalegre de forma a que ninguém se sinta discriminado. Por vezes, o convite tem algumas especificidades, como por exemplo, apenas para elementos femininos ou para elementos masculinos, com idade, com o tempo de serviço, estes critérios são definidos pelo Comandante-Geral (…); — “(…) depois é feita uma prova relativamente à legislação e outra de conhecimentos informáticos. Por fim, passamos para uma 3ª fase que é a entrevista, onde pretendemos verificar as aptidões pessoais. No fundo perceber se o militar tem perfil para o tipo de missão que poderá vir a desempenhar, ou seja, trata-se de avaliar a sensibilidade da pessoa e o seu carácter (…);

	propensas para esse tipo de trabalho.”	— “(...) porém, não quer dizer que um militar que não tenha “jeito” para trabalhar com idosos ou nos outros programas seja um mau militar; ou por não ter essa sensibilidade não seja um bom militar. Há pessoas que devido às suas características intrínsecas e extrínsecas estão mais propensas para esse tipo de trabalho (...)”.
E4	“(...) convite, (...) provas de seleção (...)”	— “O recrutamento para a SPC surge a partir de um convite que é feito ao dispositivo territorial do comando (...)”; — “(...) cumpram os requisitos estabelecidos e que sintam que têm capacidades para desenvolver estas atividades e concorrem (...)”; — “(...) são sujeitos a uma prova de seleção relacionado com legislação e outra sobre conhecimentos informáticos, (...) por fim é realizada uma entrevista”.
E5	“surge um convite, (...) provas de seleção (...)”	— “Concorremos consoante determinados requisitos, como a idade, o tempo de serviço, entre outros (...)”; — “(...) fazemos provas de seleção, (...) no fim uma entrevista”.
E6	“(...) provas de seleção (...) entrevista de seleção”	— “Baseia-se em provas de seleção relacionadas com o uso de sistemas informáticos, nomeadamente <i>Word, Excel e PowerPoint</i> ”; — “(...) no fim uma entrevista de seleção”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 5 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 1

Questão n.º 1: De que modo é feito o recrutamento dos militares para o <i>Plan Mayor Seguridad</i> ?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“Os militares, que se sintam capazes de desempenhar esta função, voluntariam-se”	— “(...) temos uma formação inicial, onde lhes apresentamos o plano e algumas diretrizes que devem seguir”; — “(...) fazemos uma entrevista individual para apurar se o militar tem perfil para dar estas palestras”.
E8	“Os militares responsáveis pela execução do Plano pertencem a várias unidades, (...) são sujeitos a uma formação inicial”	— “(...) neste caso são militares das diferentes <i>Compañias</i> da <i>Comandancia</i> de Badajoz (...)”; — “(...) estes militares são sujeitos a uma formação inicial onde é apresentado a documentação e circulares referentes ao plano (...) pretende também definir e uniformizar a estrutura das palestras (...) é realizada uma entrevista individual”; — “(...) sempre que for solicitado por instituições ou outro tipo de entidades, palestras à <i>Guardia Civil</i> no âmbito do <i>Plan Mayor Seguridad</i> , os militares são depois informados e selecionados para ir realizar essa mesma ação”.
E9	“(...) de forma voluntária (...)”	— “(...) são feitas entrevistas aos militares que pretendem ser formadores destas palestras, de forma a perceber se têm as capacidades necessárias para dar essas palestras, (...) para transmitir a mensagem pretendida”; — “(...) consoante a necessidade são selecionados para ir dar as palestras”.

Fonte: Autor

2. Apresentação e análise da questão n.º 2

Quadro n.º 6 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 2

Questão n.º 2: Considera necessária a existência de formação no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	<p>“Sim, a formação seja a que nível for é sempre importante, até porque estes militares, se é para terem uma atuação diferenciada no âmbito de um programa, devem ter instruções da forma como o devem fazer (...)”</p>	<p>— “(...) e isso é conseguido através de normas, da criação do próprio programa que tem normas específicas de atuação e da instrução que deve ser dada aos militares para o desenvolver. É claro que estes militares, logo à partida, devem ter uma sensibilidade diferente para este tipo de assuntos logo quando são escolhidos. Tenta-se escolher militares que tenham um determinado perfil e que demonstrem uma sensibilidade maior para este tipo de relacionamento com pessoas que necessitam de carências especiais, neste caso os idosos (...)”;</p> <p>— “(...) existem algumas instruções no âmbito das SPC, muitas delas têm sido dadas via VTC, o que demonstra uma nova realidade na Guarda. Neste caso, a instrução é dada em Lisboa e os militares das diferentes SPC a nível nacional, reúnem nos seus locais de trabalho e através deste meio assistem à instrução. Estas instruções são sobre o programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, mas também no âmbito de outros programas (...)”;</p> <p>— “(...) existem épocas do ano em que é dada uma maior importância a um determinado programa, (...) ou seja, existem alturas do ano em que os SPC estão mais direcionados para um determinado programa (...)”.</p>
E2	<p>“era fundamental haver uma formação deste tipo”</p>	<p>— “(...) era fundamental haver uma formação deste tipo, teria de ser criada, mas é muito importante dar aos militares, ferramentas para que consigam desenvolver técnicas ao nível da comunicação com os idosos, de forma a ganharem a sua confiança, a passarem a informação pretendida que culminaria num trabalho melhor desenvolvido (...)”;</p> <p>— “(...) é verdade que os militares são selecionados e recrutados numa perspetiva de serem os mais adequados nesse tipo de missão, no entanto a formação é sempre uma mais valia (...)”;</p> <p>— “(...) no fundo os idosos não deixam de ser um grupo da população com vulnerabilidades específicas, daí que seja importante dar aos militares conhecimentos que permitam combater essas vulnerabilidades”.</p>
E3	<p>“A formação é essencial para todos, uma formação continua é muito importante (...)”</p>	<p>— “(...) por ordem de razão, os militares da SPC ainda têm mais necessidade dessa formação específica. Porque a realidade dos nossos idosos também vai mudando, dependendo das características socioculturais, (...), então também é preciso estar sempre atualizado e em constante formação (...)”;</p> <p>— “(...) procura-se muitas vezes formações externas que estejam direcionada para o tipo de missão que desenvolvem (...)”;</p> <p>— “(...)a formação é essencial para dar ferramentas que possibilitem esta constante adaptação dos militares”.</p>
E4	<p>“considero que sim (...)”</p>	<p>— “(...) a formação é sempre importante, especialmente quando trabalhamos com um grupo vulnerável, como os idosos (...)”;</p> <p>— “(...) a nova NEP já salvaguarda a existência de uma formação específica (...)”;</p>

		— “(...) neste momento a formação que temos é baseada na autoformação (...)”.
E5	“sim, considero que seja importante (...)”	— “(...) é importante, porque não pode integrar uma SPC qualquer militar, tem de ter uma formação específica”; — “(...) lidamos com a parte das relações humanas e é preciso saber o que se está a fazer (...)”; — “(...) a formação que temos é tirada ao nível externo, (...) com o trabalho vamos ganhando experiência que nos facilita em certa parte a nossa atuação”.
E6	“(...) no âmbito dos idosos era importante”	— “A formação é sempre algo importante e o facto de trabalharmos com pessoas mais vulneráveis, era importante haver algo relacionado com isso”; — “(...) iria permitir aprofundar certos temas e desenvolver capacidades ao nível da comunicação e da mensagem que pretendemos transmitir aos idosos”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 7 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 2

Questão n.º 2: Considera necessária a existência de formação no âmbito do <i>Plan Mayor de Seguridad</i> ?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“Sim, tem de ser (...)”	— “Com o avanço das novas tecnologias, novos crimes surgem e os idosos também podem ser vítimas deles (...)”; — “(...) a formação é imprescindível para a sensibilização destes novos temas, (...) é uma ferramenta importante para prevenir estes delitos”.
E8	“A formação tem de ser constantemente”	— “(...) há sempre algo novo, uma nova pedagogia, novas diretrizes por parte da Direção Geral de Tráfico, ou até uma nova problemática que seja importante informar os idosos”.
E9	“Sim, penso que sim (...)”	— “(...) se vamos dar uma palestra sobre o <i>Plan Mayor Seguridad</i> , devemos estar cientes de quais as matérias que devemos abordar e como devemos fazer para chegar aos idosos”; — “(...) a formação é importante, porque diferentes públicos, requerem técnicas diferentes de abordagem, (...) a forma de transmitir os conhecimentos a um idoso é diferente do que a uma criança ou jovem”.

Fonte: Autor

3. Apresentação e análise da questão n.º 3

Quadro n.º 8 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 3

Questão n.º 3: Considera necessária a existência de formação para militares que não estejam integrados na SPC?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	“Todos os militares da Guarda devem ter uma sensibilidade para a parte do policiamento comunitário e do policiamento de proximidade”	<p>— “(...) a GNR pode ter muitas especialidades e valências, mas o seu verdadeiro <i>know-how</i>, o <i>core business</i> é a segurança das populações. E a segurança das populações faz-se com proximidade (...);</p> <p>— “(...) qualquer militar quando tira o Curso de Formação de Guardas, é um curso de formação base para trabalhar num Posto Territorial, não é um curso numa determinada especialidade (...);</p> <p>— “(...) ora, esta sensibilização para estas questões, na minha opinião deve vir logo deste curso basilar na formação dos militares (...);</p> <p>— “(...) porque no fundo o nosso <i>core business</i> é este, estar presente e próximo da população, sendo que devemos ter uma maior sensibilidade para estas pessoas mais vulneráveis (falamos dos idosos, crianças, pessoas com alguma deficiência, etc)”.</p>
E2	“Também deveria haver efetivamente (...)”	<p>— “(...) mas a realidade da GNR e mais propriamente aqui do Destacamento Territorial de Portalegre, os militares dos postos que sobram para o “patrulhamento preventivo” são muito poucos (...);</p> <p>— “(...) seria uma mais valia todos terem esta formação, mas a realidade diz-me que os efetivos não permitem que depois os postos consigam fazer o acompanhamento devido a essas pessoas, daí esse trabalho ficar mais para a SPC (...);</p> <p>— “(...) além disso os militares da SPC estão unicamente direcionados para este tipo de missões de Policiamento Comunitário (...) daí que seria de todo importante dar formação aos militares da SPC, de forma a colmatar as lacunas que possam existir na formação dos militares dos Postos (no âmbito deste programa)”.</p>
E3	“(...) mais do que uma formação específica, eu penso que deve haver um despertar, uma sensibilização para o problema (...)”	<p>— “(...) a GNR nas suas valências, tem muita legislação específica, muitos interesses e objetivos específicos, muito saber-fazer específico e estar a sobrecarregar os militares que não fazem parte da SPC com mais uma formação que não seja a área deles, na minha opinião não seria o mais correto (...);</p> <p>— “(...) o que se deve fazer é um despertar para a problemática (...);</p> <p>— “(...) a formação é essencial para todos (...), formação mais específica para quem trabalha com essa problemática, mas todos os outros militares devem estar despertos para o problema e que sintam que, independentemente, da sua formação podem também ajudar”.</p>
E4	“(...) não creio que deva existir uma formação específica para os militares que não estão na SPC”	<p>— “(...) os militares que não estão na SPC devem sim estar consciencializados para os problemas que este grupo vulnerável – os idosos – enfrenta”;</p> <p>— “(...) saberem que os militares da SPC desempenham funções, com o intuito de suprimir e resolver esses mesmos problemas”.</p>

E5	“(…) não penso que devam ter uma formação específica”	— “(…) nós SPC é que somos responsáveis por essa valência, (...) para nós devia de existir uma formação específica”; — “Os militares que não estão diretamente em contacto com os idosos, ou que não desempenham funções nesse âmbito, devem ter apenas uma abordagem de quais são as problemáticas que mais afetam os idosos”.
E6	“Neste momento, não”	— “(…) seria uma mais valia se houvesse muitos militares com formação, mesmo que não estivessem a desempenhar funções nesse âmbito, até porque nós somos poucos para a área que temos de abranger”; — “(…) acima de tudo, estarem despertos para a temática”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 9 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 3

Questão n.º 3: Considera necessária a existência de formação para militares que não estejam integrados na execução do Plan Mayor Seguridad?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“(…) todos na <i>Guardia Civil</i> devem estar ciente das problemáticas que enfrentamos e os idosos não são exceção”	— “(…) é importante todos estarem informados sobre todas as problemáticas (...)”; — “(…) o <i>Plan Mayor Seguridad</i> é um dos planos de atuação da <i>Guardia Civil</i> , por isso todos os militares devem saber como prevenir os delitos relacionados com essa problemática”.
E8	“(…) não quero dizer que todos os militares devem de ter a formação do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ”	— “(…) no que diz respeito ao <i>Plan Mayor Seguridad</i> , deve ser militares que estão qualificados e com capacidades para dar as palestras”; — “(…) os militares que não executam o plano, devem saber quais os problemas que afetam os idosos, mas não necessitam de uma formação específica no âmbito do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ”;
E9	“Não digo uma formação, mas um despertar”	— “(…) não só para nós que damos as palestras, mas também os militares que estão nas ruas podem entrar em contacto com idosos e devem saber como comunicar com eles, que conselhos lhes devem dar e como os podem ajudar”; — “(…) devem estar despertos para as problemáticas que afetam os idosos”.

Fonte: Autor

4. Apresentação e análise da questão n.º 4

Quadro n.º 10 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 4

Questão n.º 4: Os militares da SPC estão unicamente adstritos às atividades de Policiamento Comunitário?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	“Sim, (...) e na minha opinião corretamente”	— “(…) os militares estão exclusivamente empenhados nas atividades de Policiamento Comunitário (...)”; — “(…) porém, excepcionalmente os militares podem desempenhar outro tipo de funções, mas sempre num carácter excepcional

		(exemplo disso são algumas operações de grande envergadura (...)); — “(...) mas a missão deles é o Policiamento Comunitário”.
E2	“Sim, (...) salvo raras exceções (...)”	— “Excetuando os serviços de escala que são obrigatórios, os militares da SPC só fazem esse tipo de missões (...) salvo raras exceções em que há um reforço de grandes eventos (...); — “(...) os militares da SPC fazem apenas serviço no âmbito do Policiamento Comunitário, abrangendo os diferentes programas implementados na GNR”.
E3	“Sim, em 99% dos casos (...)”	— “(...) fazem também atendimento ao Comando Territorial e são utilizados em policiamento em grandes eventos (...); — “(...) no atendimento falamos de dois por mês e em termos de grandes eventos, falamos de quatro por ano, aproximadamente (...); — “(...) não quer dizer que se houver outra situação eles não possam ser chamados a atuar, (...) mas a maior parte do tempo é dedicado ao policiamento comunitário (...); — “(...) além disso, o trabalho que eles têm para fazer ocupa-os o horário de expediente e mais algum que eles dão, fruto das necessidades do serviço”.
E4	“Sim, praticamente (...)”	— “(...) a SPC abrange vários programas, como a Escola Segura, Idoso em Segurança, Comércio Seguro entre outros (...); — “(...) realizamos só o atendimento e quando é preciso algum reforço a operações”.
E5	“Sim, mas não só aos idosos (...)”	— “(...) trabalhamos com os vários programas, comércio, pessoas com deficiências, crianças, para além dos idosos”; — “(...) também fazemos atendimento e algum reforço ao dispositivo, quando é preciso, (...) a nossa função é o policiamento comunitário”.
E6	“Sim, mas temos outros programas para além do apoio aos idosos”	— “(...) desempenho funções no âmbito de outros programas, como a Escola Segura, Comércio Seguro, Residência Segura, entre outros”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 11 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 4

Questão n.º 4: Os militares que executam o <i>Plan Mayor Seguridad</i> estão unicamente adstritos às atividades deste?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“não têm só essas funções”	— “Os militares têm um amplo campo de atuação, levam a cabo atividades relacionadas com a prevenção da delinquência, vigilância das ruas, crimes fiscais, entre outros”; — “(...) atividades do <i>Plan Mayor Seguridad</i> , são apenas mais uma missão que estes militares têm”
E8	“(…) não existe uma exclusividade por parte dos militares”	— “(...) ao contrário do que acontece noutras forças policiais de Espanha, na <i>Guardia Civil</i> os militares não estão unicamente encarregues do plano”; — “(...) no meu caso sou coordenador do plano na <i>Comandancia</i> de Badajoz, mas também desempenho funções no Gabinete de Periférico de Comunicação”.

E9	“não estão adstritos a essas atividades”	<p>— “(...) existem militares que fazem parte dos formadores que dão as palestras relativamente ao <i>Plan Mayor Seguridad</i>, mas esses militares têm funções específicas, têm o seu serviço diário”;</p> <p>— “(...) quando existe uma solicitação de uma palestra, eles são nomeados e vão dar a palestra”.</p>
----	--	---

Fonte: Autor

5. Apresentação e análise da questão n.º 5

Quadro n.º 12 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 5

<p>Questão n.º 5: Como é realizado o planeamento para o Policiamento Comunitário no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança?</p>		
N.º	Resposta	Argumentação
E1	“(...) os militares da SPC têm um conhecimento muito grande da realidade, sabem onde estão os principais problemas, no âmbito do Apoio 65 – Idosos em Segurança (...)”	<p>— “Este Policiamento é sempre feito com base nas diretrizes do próprio programa (...)”;</p> <p>— “(...) o planeamento operacional é da responsabilidade do comando do destacamento territorial, sobre orientação da SSPC e com aconselhamento da SPC (...)”;</p> <p>— “(...) na prática, os militares da SPC têm um conhecimento muito grande da realidade, (...) eles fazem as suas propostas de patrulhamento e as escalas, que depois são aprovadas pelo Chefe da SPC, Chefe da Secretaria ou Comandante de Destacamento.</p>
E2	“Quem tem o maior conhecimento da área e das suas problemáticas são os militares da SPC (...)”	<p>— “(...) eles fazem um planeamento onde se tenta abranger todos os programas implementados na GNR, não só no âmbito do apoio aos idosos, mas das escolas e comércio, etc., que depois vem a despacho do Comandante de Destacamento (...)”;</p> <p>— “(...) porém, depende sempre das alturas do ano. Há certas alturas em que se direciona mais o trabalho no âmbito do apoio aos idosos, noutras alturas a parte das escolas (...), no entanto existe sempre um planeamento que acaba por ser aprovado por mim (...)”;</p> <p>— “(...) a nova NEP, acabou com os núcleos específicos de cada programa e fez com que todos os militares trabalhassem em todos os programas (...), o que já acabava por acontecer mesmo sem a nova NEP (...) contudo, esta alteração demonstra ainda mais a importância de se fazer um planeamento prévio (...)”.</p>
E3	“Essencialmente é proposto pelos militares da SPC (...)”	<p>— “(...) é proposto pelos militares da SPC a mim Chefe da SPC semanalmente. Depois em articulação com Comandante de Destacamento avaliamos esse mesmo planeamento (...)”;</p> <p>— “(...) tenta-se também manter um equilíbrio com os restantes planos, uma vez que a SPC detém mais do que o programa Apoio 65 – Idosos em Segurança (...)”;</p> <p>— “(...) a decisão última é do Comandante de Destacamento e depois se necessário junto do Chefe da SSPC, ajusta-se e são dadas mais diretrizes (...)”;</p> <p>— “(...) esta centralização dos programas especiais faz com que haja este planeamento cuidado, é claro que, ao longo do ano, temos operações específicas para cada programa”:</p>

E4	“(…) na secção temos militares que estão mais direcionados para um determinado programa, mas todos fazemos todo o serviço”	—“(…) realizamos o nosso planeamento e depois remetemos para o Comandante de Destacamento, que depois aprova”; —“(…) para o trabalho específico com idosos, dos cinco dias da semana dispomos de dois dias, (…) porque, como disse, temos outros programas”.
E5	“semanalmente, dois dias (…) é pouco para o número de idosos existentes”	—“O nosso planeamento tem de ter em conta os vários programas, (…) dispomos de dois dias, semanalmente, para o apoio aos idosos (…)”; —“(…) por vezes, também, surgem visitas através da câmara e das juntas”.
E6	“depende sempre da necessidade”	—“(…) tentamos abarcar sempre todos os programas”; —“(…) existe uma espécie de divisão, onde durante a semana vamos às escolas, vamos a zonas de comércio e também a casa dos idosos”; —“(…) normalmente dois dias por semana no que diz respeito aos idosos”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 13 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 5

Questão n.º 5: Como é realizado o planeamento para as atividades do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“Consoante os pedidos e a disponibilidade dos militares, são realizadas as palestras”	—“(…) as solicitações feitas à <i>Guardia Civil</i> , para dar palestras no âmbito deste programa são analisadas e posteriormente atribuídas aos militares”; —“(…) o militar é nomeado para realizar a palestra, consoante a localização da instituição que faz o pedido”.
E8	“depende sempre do número de pedidos que a <i>Guardia Civil</i> recebe”	—“(…) depende sempre da procura (…)”; —“(…) a partir do momento que é feito um pedido, seja na <i>Comandancia</i> ou num <i>Puesto</i> , por parte de um centro docente, lar de idosos, ou centros de dia, (…) estipula-se a data, o local e o tema, para depois posteriormente se escolher o formador adequado que se encontra na zona específica da instituição que fez o pedido”.
E9	“O planeamento varia, consoante a procura”	—“As palestras são solicitadas à <i>Guardia Civil</i> , maioritariamente por correio eletrónico, pelos <i>Ayuntamientos</i> , residências de idosos, lares, etc.”; —“(…) dependente da localização dessas instituições são distribuídas aos formadores para se definir o dia e o tema a abordar”.

Fonte: Autor

6. Apresentação e análise da questão n.º 6

Quadro n.º 14 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 6

Questão n.º 6: Quais as principais dificuldades que a SPC enfrenta na execução do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança?		
N.º	Resposta	Argumentação
E1	“o isolamento dos idosos (...) o tempo (...)”	— “(...) é o problema que mais tentamos combater, mas também é o maior problema que temos (...)”; — “(...) o tempo que os militares dispõem para visitar os idosos é reduzido, e face à distância a que os mesmos vivem das localidades e, por vezes, em sítios remotos, limita a atuação dos militares e o tempo dessas visitas”.
E2	“(...) o efetivo”	— “(...) é impossível estar em tanto o lado ao mesmo tempo (...)”; — “(...) quatro militares para a área do Destacamento Territorial de Portalegre são reduzidos, apesar do aumento que houve, seria importante haver um outro aumento de forma a abranger os programas com maior profundidade”.
E3	“(...) o efetivo e os meios/equipamentos”	— “(...) as dificuldades são transversais a toda a GNR, (...) mas tenta fazer-se o melhor que se consegue com os meios que se tem”.
E4	“(...) fazer ver os idosos que estamos lá para os ajudar”	— “(...) por vezes encaminhamos um idoso para o centro de dia ou lar e eles não aceitam (...)”.
E5	“recursos materiais”	— “(...) não só na GNR, mas também nas instituições, (...) o idoso precisa de ir para um lar, mas não existem vagas ou precisa de determinada ajuda e não é possível”; — “(...) por vezes nós sinalizamos e depois o trabalho que vem a seguir não é tão bem conseguido”.
E6	“Os idosos que vivem isolados têm uma mentalidade mais fechada”	— “(...) não aceitam tanto a ajuda”; — “(...) demoram mais tempo a confiar em nós e a aceitar a nossa ajuda”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 15 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 6

Questão n.º 6: Quais as principais dificuldades que os militares da <i>Guardia Civil</i> enfrentam na execução do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ?		
N.º	Resposta	Argumentação
E7	“pouco efetivo com formação”	— “Existem poucos militares com a formação para levar a cabo as atividades relacionadas com o <i>Plan Mayor Seguridad</i> , isto leva a que o número de atividades de divulgação seja menor”.
E8	“quando existe muitos pedidos de palestras”	— “(...) por vezes surgem alturas do ano em que recebemos muitos pedidos de palestras, o que dificulta”; — “(...) os militares, para além de serem formadores do <i>Plan Mayor Seguridad</i> , também têm outras funções, (...) é importante o planeamento, para conseguirmos dar resposta a todos os pedidos”.
E9	“quando temos mais pedidos de palestras torna-se mais difícil de responder a todos”	— “(...) quando temos mais pedidos de palestras torna-se mais difícil de responder a todos, mas acabamos sempre por dar uma resposta positiva”;

	— “(...) temos outras responsabilidades para além do plano, não se pode dizer que seja uma dificuldade, mas é algo que influencia”.
--	---

Fonte: Autor

7. Apresentação e análise da questão n.º 7

Quadro n.º 16 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 7

Questão n.º 7: A SPC possui os meios humanos e materiais necessários para o cumprimento da sua missão? Quais são?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	“(…) possui os meios necessários (…)”	— “(...) o cumprimento da missão não está posto em causa”; — “(...) os meios são sempre escassos, se houvesse mais meios poderíamos chegar a mais gente (...)”; — “(...) temos quatro militares e uma viatura”.
E2	“(…) um aumento significativo o que daria um maior aprofundamento no que concerne aos programas”	— “(...) são quatro militares (...), só existe uma viatura (...)”; — “(...) por vezes tenta-se colmatar essas falhas com pedidos de meios a outros postos (...)”; — “(...) os meios são os que existem, são os que temos ao nosso dispor e temos de trabalhar com o que temos (...)”; — “(...) os meios têm de se tornar os necessários e adequar os nossos horários aos meios que temos, sem afetar o cumprimento da missão”.
E3	“Somos quatro militares (…) temos uma viatura (…)”	— “(...) o cumprimento da missão não pode nem é afetado pelos meios”; — “(...) é importante também referir, que quando é preciso haver um maior empenho pedimos apoio aos Postos ou ao Comando”.
E4	“(…) em termos de meios humanos somos poucos para a área que a SPC abrange (…)”	— “(...) a missão da SPC é executada na mesma, consoante os meios que temos”; — “(...) somos apenas quatro elementos e abrangemos quatro concelhos (...)”; — “(...) em termos materiais, temos apenas uma viatura o que não facilita se quisermos ir a mais do que um sítio ao mesmo tempo (...), por vezes para chegarmos a alguns idosos não conseguimos face às características do carro”; — “(...) alguns computadores já não estão em condições, (...), temos um projetor que está avariado”.
E5	“(…) fazia falta mais”	— “Somos quatro militares, é melhor do que os dois militares de antigamente (...)”; — “(...) abarcamos uma área ainda consideravelmente grande e ainda abordamos outros programas”.
E6	“Possui, mas não chega”	— “(...) é difícil fazer visitas semanais, a área é demasiado grande, (...) são quatro concelhos (...) somos só quatro”; — “Temos apenas uma viatura (...) para irmos às vezes ao campo não é o ideal tendo em conta, que os idosos muita das vezes vivem em zonas em que o caminho é de terra batida”; — “(...) é difícil o acesso até eles (...)”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 17 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 7

Questão n.º 7: A <i>Guardia Civil</i> possui os meios humanos e materiais necessários para o cumprimento da sua missão, no âmbito do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ? Quais são?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“Sim, dispõe”	— “(...) a <i>Guardia Civil</i> dispõe de pessoal qualificado para executar essas atividades, no total são seis na <i>Compañia</i> de Badajoz, 34 militares em toda a <i>Comandancia</i> ”; — “(...) o material que se utilizamos são meios eletrônicos”.
E8	“Atualmente, sim”	— “(...) apesar de termos outras responsabilidades, os 34 militares que estão responsáveis pela execução do plano, são militares motivados, dedicados e preparados para dar estas palestras informativas aos idosos”; — “(...) somos 34 militares com a formação na <i>Comandancia</i> de Badajoz, (...) da <i>Compañia</i> de Badajoz somos seis”; — “(...) em termos materiais, utilizamos o computador para auxiliar nas palestras”.
E9	“Sim, temos”	— “(...) somos 34 militares em toda a <i>Comandancia</i> , todos temos esta capacidade de dar as palestras e de passar a mensagem e os conselhos pretendidos por parte do <i>Plan Mayor Seguridad</i> ”.

Fonte: Autor

8. Apresentação e análise da questão n.º 8

Quadro n.º 18 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 8

Questão n.º 8: Na sua opinião, os idosos comunicam/denunciam à GNR sempre que sejam sujeitos a um crime? Se não, porquê?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	“(...) a grande parte dos crimes a que os idosos estejam sujeitos, são comunicados à GNR (...), poderá eventualmente haver aqui uma exceção (...)”	— “(...) falando de crimes que não estejam relacionados com o seio familiar, eu acredito que esses crimes sejam comunicados à GNR, seja com a denúncia feita aos militares ou por dizerem a um vizinho ou familiar que acaba por dizer à GNR (...)”; — “(...) poderá, eventualmente, haver aqui uma exceção, no que diz respeito a crimes dentro do seio familiar (nomeadamente, violência contra idosos, maltratos), porque existe uma vontade do idoso de querer proteger a família (...)”; — “(...) as SPC são importantes para estabelecer confiança com os idosos, para depois haver a denúncia dos crimes (...)”.
E2	“(...) a comunicação de um crime ou algo de errado que aconteça ao nível dos idosos está a aumentar (...)”	— “(...) porém, existe uma maior facilidade dessa comunicação através dos militares da SPC do que ao do posto (...), porque à medida que se vão fazendo as visitas aos idosos, que se vai estando presente, os idosos acabam por criar uma relação de confiança com os militares da SPC (...)”; — “(...) ganha-se uma maior confiança o que facilita a comunicação dos crimes ou outros problemas não só ao nível criminal, como também pessoal”.
E3	“(...) quase sempre existe essa denúncia ou	— “(...) esta relação que os idosos constroem com os nossos militares é importante na comunicação de crimes (...), e mesmo que não seja uma queixa no âmbito criminal-penal, são os primeiros a avisar a GNR do que aconteceu (...)”;

	comunicação dos crimes (...)	— “(...) acho que não acontece quando são vítimas de crimes cometidos por familiares mais diretos, aí há alguma dificuldade na comunicação (...)”.
E4	“Não comunicam sempre (...)”	— “(...) nós, por vezes, ao falar com um idoso notamos que foi vítima de um crime e que não nos quer dizer (...)”; — “(...) pode ser medo, pode ser por achar que ninguém faz nada, que não dão importância (...)”; — “(...) mas quando somos alertados para as situações, acabamos por falar com o idoso, dizer que estamos lá para o apoiar e ajudar”.
E5	“Quando estão perante nós comunicam”	— “(...) estão cada vez mais alertados para o fazer (...)”; — “(...) distribuímos os nossos números, nos calendários, nos imanes, nos folhetos, o que facilita a comunicação”.
E6	“Sim, dão conhecimento à GNR”	“(...) porém, participar a juiz já não, (...) muita das vezes, por vergonha ou por medo”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 19 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 8

Questão n.º 8: Na sua opinião, os idosos comunicam/denunciam à <i>Guardia Civil</i> sempre que sejam sujeitos a um crime? Se não, porquê?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“na maioria dos casos, sim”	— “(...) quando são sujeitos a crimes de burla ou outro tipo de fraude, por vezes não o denunciam por medo ou vergonha (...)”.
E8	“sempre não (...)”	— “(...) essa situação é algo que tentamos também passar aos idosos, tentamos dar confiança para que façam a denúncia do crime que sofreram”; — “Porém, às vezes os idosos sentem vergonha em denunciar o crime que sofreram, em especial nos crimes de burla”.
E9	“penso que sim, mas nem sempre”	— “(...) muitas vezes preferem falar com os familiares, (...) porque são pessoas que estão menos informadas e que não sabem como devem fazer para comunicar um crime”.

Fonte: Autor

9. Apresentação e análise da questão n.º 9

Quadro n.º 20 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 9

Questão n.º 9: Qual o impacto do Policiamento Comunitário no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança, na vida dos idosos?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	“(…) muito positivo (…), bastante importante na vida dos idosos (…)”	<ul style="list-style-type: none"> — “(…) permite conhecer as necessidades dos idosos, não só em termos de segurança, mas também ao nível da saúde, em termos económicos, carências sociais, o modo e condições em que vivem (…), permite sinalizar esses idosos (…); — “(…) esta relação de proximidade e de confiança que o programa permite criar entre militar e idoso é bastante importante gerando um sentimento de segurança na vida dos idosos”; — “(…) este policiamento permite demonstrar que a GNR está presente na vida deles e que os pode ajudar (…)”.
E2	“(…) fundamental e bastante importante (…)”	<ul style="list-style-type: none"> — “(…) falando da zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre, há idosos na serra que as únicas pessoas com quem têm um contacto verbal regular e que sabem que de quando em quando vai lá alguém visitá-los são estes militares (…); — “(…) muitas vezes, estes idosos não têm família ou não recebem visitas da mesma, estando assim completamente isolados (…), há militares que vão lá regularmente e que podem simplesmente desabar é realmente muito importante para a vida destes idosos (…), como se se tornassem a família deles (…)”.
E3	“(…) fundamental na nossa comunidade (…)”	<ul style="list-style-type: none"> — “(…) existe uma faixa etária – os idosos – que tem mais vulnerabilidades e que necessitava deste tratamento diferenciado, deste acompanhamento (…); — “(…) a execução deste programa permite uma maior dedicação e empenho no acompanhamento e policiamento desta população digamos, mais frágil”.
E4	“(…) muito importante (…)”	<ul style="list-style-type: none"> — “(…) é essencial este tipo de policiamento mais próximo e mais centrado nas pessoas com vulnerabilidades específicas (…); — “(…) isso é demonstrado através da confiança que nos é transmitida”.
E5	“muito positivo (…) recebemos louvores verbais (…)”	<ul style="list-style-type: none"> — “(…) os louvores verbais que nos dão são prova disso”; — “(…) a GNR pode dizer que tem muitos amigos e amigas idosos, que apreciam e valorizam o trabalho da GNR”.
E6	“fundamental na vida dos idosos”	<ul style="list-style-type: none"> — “Os idosos ficam contentes de nos ver (…) ficam alegres (…) sentem-se bem com a nossa presença”

Fonte: Autor

Quadro n.º 21 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 9

Questão n.º 9: Qual o impacto das atividades dirigidas pelo <i>Plan Mayor Seguridad</i> , na vida dos idosos?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“Existe uma maior confiança entre o idoso e a <i>Guardia Civil</i> ”	— “(...) as palestras são instrumentos importantes que conseguem ajudar na prevenção de vários crimes, (...) são criadoras de confiança entre o idoso e a <i>Guardia Civil</i> ”.
E8	“impacto positivo”	— “(...) podemos comprovar que cria uma maior confiança entre os idosos e a <i>Guardia Civil</i> (...)”; — “(...) através destas palestras que ministramos aos idosos, podemos ter uma maior proximidade ao cidadão e garantimos que a informação que queremos dar é transmitida, ganhando assim a confiança dos idosos”; — “(...) a confiança é importante, porque se a população idosa tiver algum problema sabe que a <i>Guardia Civil</i> tem capacidade para solucionar ou resolver”; — “(...) conseguimos ver um maior sentimento de segurança por parte do cidadão”.
E9	“(...) impacto bom, positivo”	— “(...) as palestras são criadores de confiança entre os idosos e a <i>Guardia Civil</i> , (...) demonstram também uma maior proximidade entre o cidadão e a <i>Guardia Civil</i> ”; — “(...) o programa ajuda muito a vida dos idosos, não só através conselhos que damos, mas também através da confiança e proximidade que falei”.

Fonte: Autor

10. Apresentação e análise da questão n.º 10

Quadro n.º 22 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 10

Questão n.º 10: A SPC desenvolve ações de sensibilização junto dos idosos? Quais os temas abordados?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	“sim, desenvolve (...) burlas, furtos em interior de residência, entre outros”	— “(...) desenvolve ações de sensibilização essencialmente de duas formas: tentar junto das povoações que os idosos se reúnam nas Juntas de Freguesias e através de meios audiovisuais transmitir aquilo que se pretende (...), e depois através da sensibilização porta a porta, onde durante esse policiamento aborda os idosos e transmite os temas pretendidos”.
E2	“(...) faz muitas vezes ações de sensibilização (...), prevenção de crimes de burla”	— “A SPC convoca os idosos através das juntas, dos lares dos centros de dia e faz esse tipo de ações (...)”; — “(...) em ações só da SPC ou em conjunto com o SEPNA abordar a prevenção de incêndios e a queima de sobrantes, (...) conseguindo-se assim mais resultados e uma maior prevenção com esta “parceria”:
E3	“sim, realizamos (...) essencialmente são os	— “Procuramos aqui duas vertentes, (...) para idosos que estejam institucionalizados e para os idosos que não tenham nenhum apoio institucional (...)”;

Apêndices

	incêndios, furtos em interior de residência e burlas”	<p>— “(...) para aqueles que estão institucionalizados, procuramos ao longo do ano fazer palestras de forma a abordar temas que previnam determinados crimes que entendemos que sejam mais prováveis de ocorrer. Por exemplo, antes de chegar o Verão abordamos mais a vertente dos incêndios, (...) realizamos ações deste tipo com o SEPNA, no âmbito da proteção da natureza e da queima de sobrantes florestais”;</p> <p>— “(...) para os idosos que não tenham nenhum apoio institucional, é uma sensibilização mais porta a porta, com foco nesses mesmos assuntos”.</p>
E4	“Várias todos os anos”	<p>— “(...) temas como as burlas, prevenção de furtos e os incêndios”;</p> <p>— “(...) palestras conjuntas com o SEPNA”.</p>
E5	“(...) nestes anos todos muitas”	<p>— “(...) tentamos abordar temas, como segurança em casa, segurança na rua, burlas, os incêndios e outros temas que estejam mais em voga”;</p> <p>— “(...) surgem diretivas superiores, que nos pedem para abordar determinados temas”.</p>
E6	“Várias ao longo do ano”	<p>— “(...) costumamos fazer nas Juntas de Freguesia (...) pedimos uma sala nas localidades grandes e os idosos vão assistir”;</p> <p>— “(...) as temáticas abordadas são burlas, maus tratos (...) estes temas são escolhidos através de um plano anual que fazemos, em sintonia com as diretivas do Comando da GNR e do Comando Territorial de Portalegre”.</p>

Fonte: Autor

Quadro n.º 23 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 10

Questão n.º 10: A <i>Guardia Civil</i> desenvolve ações de sensibilização junto dos idosos? Quais os temas abordados?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“palestras e campanhas publicitárias”	<p>— “(...) na assistência aos idosos fazemos Jornadas de Consciencialização, campanhas publicitárias por diversos meios de comunicação e todos os folhetos informativos que temos disponíveis nos nossos quartéis”;</p> <p>— “(...) as palestras são parte essencial do <i>Plan Mayor Seguridad</i>”.</p>
E8	“Variadas palestras”	<p>— “A principal função do plano é a prevenção através de palestras”;</p> <p>— “(...) abordamos temas como os crimes que podem ocorrer no domicílio, na via pública, crimes de maltrato e como identificar e prevenir possíveis burlas”.</p>
E9	“sim, inúmeras palestras todos os anos”	<p>— “As palestras são aquilo que mais desenvolvemos, (...) é o que nos aproxima dos idosos”;</p> <p>— “(...) os temas são sempre abordados numa perspetiva da prevenção, falamos de crimes na via pública, no domicílio, crimes de maltrato e crimes de burla”.</p>

Fonte: Autor

11. Apresentação e análise da questão n.º 11

Quadro n.º 24 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 11

Questão n.º 11: Quais as problemáticas que considera ser as que mais afetam os idosos na Zona de Ação do Destacamento de Portalegre?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	“(…) no destacamento de Portalegre destaca-se o isolamento dos idosos (…)”	— “(…) a própria caracterização geográfica do distrito de Portalegre, são zonas com muito pouca densidade populacional, muitos locais isolados, muitos idosos a viverem sozinhos em casas isoladas longe da cidade ou vilas (…)”.
E2	“(…) creio que seja o isolamento (…)”	— “(…) há várias localidades muito dispersas, principalmente aqui na área do Posto de Portalegre. O facto de termos a Serra de São Mamede, faz com que existam muitas casas dispersas o que dificulta o acompanhamento desses idosos mais isolados”.
E3	“(…) o que temos mais Zona de Ação do Destacamento de Portalegre, são as pequenas burlas e pequenos furtos (…)”	— “Há aqui problemáticas sociais que não são da nossa competência, como o isolamento e solidão, o que faz com a SPC seja obrigada a ajudar (…); — “(…) depois a parte social, a marcação de consultas, ir ao médico com idosos, visitas a idosos isolados (…); — “(…) acaba por não ser uma missão específica, mas que os militares acabam por executar (…)”.
E4	“O isolamento, não só geográfico como também familiar (…)”	— “(…) muito dos idosos além de viverem longe e sem vizinhos digamos assim, alguns não têm familiares e outros têm, mas os mesmos não querem saber deles”.
E5	“(…) o isolamento principalmente”	— “(…) temos também muita carência de equipas que vão a casa dos idosos”; — “(…) cada vez mais a família abandona os idosos”.
E6	“o isolamento”	— “(…) a mentalidade das pessoas que vivem mais isoladas é mais fechada o que, por vezes, se torna difícil de “chegar” a elas”; — “Também assistimos a problemas como a falta de higiene e falta de condições para viver”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 25 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 11

Questão n.º 11: Quais as problemáticas que considera ser as que mais afetam os idosos na Zona de Ação da <i>Compañia</i> de Badajoz?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“furtos e roubos, (…) burlas”	— “Os idosos são alvos de vários crimes, infelizmente, mas destaco os furtos e roubos no interior de residência”; — “(…) a falta de formação dos idosos, leva a que sejam alvo de burlas e outro tipo de fraudes (…)”.
E8	“existem vários tipos de problemáticas que afetam os idosos, (…) os incêndios, (…) as burlas”	— “No que diz respeito a problemas no domicílio, podemos destacar os incêndios, quedas por parte dos idosos, burlas, furtos e roubos”; — “(…) na via pública, destacamos os furtos e roubos (nomeadamente o furto por esticção), furtos em entidades bancárias, burlas, (…) por fim, o abandono e maltrato a idosos”;

		— “(...) aqueles que mais se destacam na área de Badajoz são os incêndios no interior da residência, incêndios estes criados a partir de braseiras, aquecedores e fogões; (...) e as burlas”.
E9	“incêndios no interior da residência e as burlas”	— “Os problemas são variados, mas aqueles que mais se destacam na zona da <i>Compañia</i> de Badajoz são os incêndios no interior da residência e as burlas”; — “(...) existem outros como a queda por parte dos idosos e o abandono e maltrato a idosos”.

Fonte: Autor

12. Apresentação e análise da questão n.º 12

Quadro n.º 26 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 12

Questão n.º 12: De que modo a GNR atua com o intuito de prevenir e reprimir essas problemáticas?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	“(...) a nossa melhor forma de combater este isolamento é visitá-los, falar com eles, explicar-lhes alguns problemas que existam e como preveni-los ou resolvê-los (...)”	— “(...) neste âmbito a missão da SPC, é visitar os idosos (...), criando assim um sentimento de confiança entre militar-idoso (...); — “(...) mas acima de tudo é fazer-lhes “uma visita”, de forma a que eles nos vejam como um amigo que os esteja a visitar e que conversa com eles; transmitindo-lhes alguns conselhos (...), de forma a criar uma proximidade; contribuindo para que os idosos vejam os militares como alguém que os querem ajudar, não só em termos de segurança física, mas também em termos de saúde, dificuldades económicas (...); — “(...) quando os nossos militares detetam estes problemas, possam encaminhar os idosos em questão para entidades competentes”.
E2	“(...) o aumento do efetivo foi muito importante (...)”	— “(...) permitiu um maior acompanhamento e uma maior abrangência dos programas (...); — “(...) significa que conseguimos estar mais vezes com a população alvo dos programas, neste caso dos idosos, transmitindo-lhes confiança, um sentimento de segurança. E, vamos permitir que esse isolamento, que na minha opinião é o que mais afeta a zona de ação do Destacamento Territorial de Portalegre, diminua”.
E3	“(...) policiamento de proximidade (...)”	— “(...) criar esta confiança com a população idosa para que eles se sintam seguros, e que vejam nos militares da GNR alguém em quem podem confiar (...)”;
E4	“A GNR tenta fazer um acompanhamento destes idosos, (...) acabando por ser um pouco a família deles”	— “(...) fazemos visitas regulares, falamos com eles, tentamos perceber se têm algum tipo de carência médica, económica ou de outro tipo (...); — “(...) tentamos porque muitas das vezes eles não nos dizem, e temos de ser nós a tentar perceber isso mesmo, (...) no caso de existir, estabelecemos o contacto com outras instituições para solucionar os problemas deles”.

E5	“(…) visitas o mais regular possível, (…) ações de sensibilização”	— “(…) nós, muita das vezes, somos o único apoio que eles têm”; — “(…) as ações de sensibilização ou as conversas que temos com os idosos também são importantes (…)”.
E6	“acompanhamento regular (…) relatórios e informações às entidades competentes”	— “(…) informamos a Segurança Social e a Redes Locais de Intervenção Social, de forma a saberem o que se passa e a poderem resolver o problema”; — “(…) o contacto direto que existe com as pessoas é importante, na medida em que soluciona alguma dessas problemáticas”; — “(…) tentamos fazer um acompanhamento regular, na medida do possível”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 27 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 12

Questão n.º 12: De que modo a <i>Guardia Civil</i> atua com o intuito de prevenir e reprimir essas problemáticas?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“prevenção através das palestras”	— “(…) através das palestras e outras campanhas em centros de idosos, lares, entre outros, chegamos aos idosos e transmitimos os conselhos necessários para a prevenção de crimes, (…) e como atuar no caso de serem vítimas de algum”.
E8	“(…) principal objetivo é a prevenção”	— “(…) prevenção esta que é garantida através da passagem de informação nas palestras que damos”; — “A maior parte dos idosos têm conhecimento dos conselhos que lhes vamos dar, mas o facto de fazermos estas palestras, de dizermos o que devem fazer em determinadas situações, de haver este contacto com a população mais idosa, faz com eles consigam utilizar a informação que damos no momento que mais precisam dela”.
E9	“(…) prevenção”	— “(…) através de conselhos que são transmitidos nas nossas palestras, relativamente, aos crimes que mais podem ocorrer aos idosos”; — “(…) dizer-lhes que somos nós, <i>Guardia Civil</i> , que somos responsáveis por ajudar e resolver os crimes a que eles são sujeitos e que podem confiar no trabalho e profissionalismo desta instituição”.

Fonte: Autor

13. Apresentação e análise da questão n.º 13

Quadro n.º 28 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 13

Questão n.º 13: Existe cooperação da SPC no âmbito do Programa Apoio 65 – Idosos em Segurança com entidades externas?		
N.º	Resposta	Argumentação
E1	“Sim, (...) uma boa cooperação”	— “(...) com variadas intuições públicas e privadas. Falamos de Tribunais, Instituições, Segurança Social, Centros de Saúde, Hospital, Juntas de Freguesia, Câmaras Municipais, as Misericórdias”; — “(...) quando existe uma sinalização de um idoso é através desta cooperação que o conseguimos encaminhar para resolver o seu problema”.
E2	“Sim, existe muita cooperação”	— “(...) com os Municípios, Juntas de Freguesia (exemplo disso são as ações de sensibilização, informações sobre os idosos), Centros de Saúde, Centros de Dia, Segurança Social, Lares”; — “(...) quando se deteta uma situação, existe facilidade de coordenação e a GNR e as entidades competentes encaminham o idoso”.
E3	“Existe com as mais diversas instituições”	— “(...) instituições tanto públicas como privadas, com todas as instituições públicas”; — “(...) em termos de cooperação temos com a Segurança Social, o Tribunal, os Centros de Saúde, o Hospital, Centros de Dia, Lares, Misericórdias (...)”; — “(...) a maior parte delas são parcerias informais, mas que resultam do dever de apoio e cooperação que a GNR tem (...)”; — “(...) sobretudo são parcerias de apoio e que favorece os idosos”.
E4	“Sim, e uma boa cooperação”	— “(...) com Centros de Saúde, Segurança Social, Santa Casa, Juntas (...)”; — “(...) facilidade na troca de informações e em realizar visitas conjuntas”.
E5	“sim, muita (...)”	— “(...) com as Juntas, Câmaras Municipais, Segurança Social, com Empresas (EDP)”.
E6	“existe troca de informações, (...) apoio na atuação”	— “(...) com as Juntas, nomeadamente quando precisamos de alguma informação sobre algum idoso ou se alguém precisa de acompanhamento (...) fornecem-nos os dados”; — “(...) com a Segurança Social nas visitas conjuntas”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 29 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 13

Questão n.º 13: Existe cooperação da <i>Guardia Civil</i> no âmbito do <i>Plan Mayor de Seguridad</i> com entidades externas?		
N.º	Resposta	Argumentação
E7	“Colaboramos com diversas entidades”	— “(...) com várias entidades dos <i>Ministerios de Interior y el de Sanidad, Consumo y Bienestar Social</i> , entre as quais a <i>Policia Nacional</i> , principalmente”.
E8	“existe cooperação, sim”	— “(...) com os <i>Ayuntamientos</i> , lares de idosos e centros de dia para darmos estas palestras a fim de informarmos os idosos”;

		— “(...) existe também cooperação com outras forças como as Polícias Locais e ainda com a Cruz Vermelha que pede a comparência da <i>Guardia Civil</i> em alguns eventos e que são muitos bem-recebidos pelas pessoas idosas”.
E9	“uma boa cooperação”	— “(...) existe coordenação com as outras forças de segurança (<i>Polícia Local e Polícia Nacional</i>), com os <i>Ayuntamientos</i> , Lares, Centros de Saúde e Hospitais”.

Fonte: Autor

14. Apresentação e análise da questão n.º 14

Quadro n.º 30 — Análise das respostas do Grupo A à questão n.º 14

Questão n.º 14: Existe uma sinalização e acompanhamento dos idosos que vivem isolados?		
Nº	Resposta	Argumentação
E1	“(…) temos uma base de dados onde registamos os idosos que vivem isolados”	— “(...) registamos quais são as suas principais carências e necessidades, por exemplo problemas de saúde, problemas económicos, que depois são enviados às entidades competentes nessas áreas para serem então acompanhados”.
E2	“(…) além da base de dados do próprio programa, criámos uma listagem nossa que foi entregue em todos os postos territoriais onde estavam indicados os idosos que viviam nessa situação (...)”	— “(...) esta listagem tornou-se quase como uma <i>check list</i> , (...) cada vez que os militares faziam uma visita, preenchiam essa listagem de forma a saber quantas vezes lá tínhamos ido e há quanto tempo”; — “(...) a própria SPC tem as suas listas, os seus documentos (onde sabem há quanto tempo é que não vão a determinado local) e gerem essas situações de forma a acompanharem esses idosos que vivem isolados”; — “(...) depois, no planeamento tentamos colmatar essas falhas, de forma a que o isolamento desses idosos seja o menor possível”.
E3	“Sim, existe uma ficha inclusivamente com esse propósito”	— “(...) é atualizada cada vez que se faz uma visita aos idosos que vivem nesta situação de isolamento (...)”; — “(...) existe claro um acompanhamento próximo do idoso, o que torna a Guarda quase como um amigo (...) ou, até mesmo, a sua família”; — “(...) cria-se laços familiares com esses idosos, que facilitam depois a comunicação entre todos (GNR-idosos) (...) por vezes, são os próprios idosos a avisar a GNR de que não veem certas pessoas há determinado tempo, e acabamos por ir lá e verificar se existe algum problema”.
E4	“Sim acompanhamento existe uma vez que as patrulhas são, depois, direcionadas para esses idosos, de forma a colmatar esse isolamento”	— “(...) aqueles que estejam mais isolados tanto fisicamente, como ao nível familiar, tentamos ir mais vezes”; — “(...) ao nível de sinalização, se virmos que existe algum idoso que tenha algum problema que nós ou família não consigamos resolver, aí encaminhamos para as instituições competentes, (...) mas continuamos a fazer o acompanhamento”.
E5	“(…) temos vários idosos referenciados”	— “(...) tentamos acompanhar semanalmente o máximo de idosos que temos referenciados”;

		— “(...) fazemos visitas conjuntas, através da cooperação com as Juntas e Câmaras Municipais (Gabinetes de Ação Social) e Segurança Social”.
E6	“Acompanhamento mais regular”	— “Tentamos identificar os idosos que vivem nessas condições e depois encaminhá-los a quem melhor os pode ajudar”; — “(...) por vezes, também porque não conhecemos a área toda, falamos com as Juntas a pedir informação sobre idosos que vivam em condições mais vulneráveis e tentamos ir de forma mais regular, de forma a acompanhá-los”.

Fonte: Autor

Quadro n.º 31 — Análise das respostas do Grupo B à questão n.º 14

Questão n.º 14: Existe uma sinalização e acompanhamento dos idosos que vivem isolados?		
Nº	Resposta	Argumentação
E7	“no âmbito do <i>Plan Mayor Seguridad</i> não”	— “(...) no âmbito do <i>Plan Mayor Seguridad</i> não se faz este acompanhamento e é difícil estes idosos estarem presentes nas palestras”; — “(...) os militares dos <i>Puestos</i> , no caso de idosos isolados, têm uma maior atenção e uma preocupação constante, para assistir estes idosos mais vulneráveis”.
E8	“o <i>Plan Mayor Seguridad</i> , foca-se em ações de prevenção”	— “(...) esse acompanhamento dos idosos não somos nós que o fazemos, (...) nós somos formadores do <i>Plan Mayor Seguridad</i> que temos a formação para dar palestras no âmbito da prevenção de crimes e outros problemas que afetem os idosos”; — “(...) os militares que estão nos <i>Puestos</i> , têm uma maior atenção a esses idosos, para depois os encaminharem para as entidades competentes”;
E9	“não fazemos esse acompanhamento”	— “(...) essa é uma função das assistentes sociais, (...) claro que se houver um problema maior, podemos ajudar na resolução, mas essa missão não nos está atribuída”.

Fonte: Autor

APÊNDICE I — MATRIZ SWOT

Quadro n.º 32 — Matriz SWOT (Apoio 65 - Idosos em Segurança)

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
	Vantagens	Desvantagens
Fatores Internos	<ul style="list-style-type: none"> — Melhoria da confiança dos idosos na GNR; — Policiamento mais próximo dos idosos; — Melhoria da imagem da GNR; — Exclusividade dos militares para as funções de Policiamento Comunitário; — Sinalização de idosos que vivam isolados e/ou em condições vulneráveis; 	<ul style="list-style-type: none"> — Poucos meios humanos e materiais; — Falta de formação mais direcionada para a função que virão a desempenhar;
	Oportunidades	Ameaças
Fatores Externos	<ul style="list-style-type: none"> — Aumento do sentimento de segurança; — Cooperação com outras entidades/instituições; 	<ul style="list-style-type: none"> — Isolamento social; — Afastamento entre residências de idosos (limita o tempo das visitas); — Fatores culturais; — Desconfiança por parte dos idosos; — Dífceis acessos às residências de alguns idosos;

Fonte: Autor

Quadro n.º 33 — Matriz SWOT (*Plan Mayor Seguridad*)

	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
Fatores Internos	Vantagens	Desvantagens
	<ul style="list-style-type: none"> — Melhoria da confiança dos idosos na <i>Guardia Civil</i>; — Melhoria da imagem da <i>Guardia Civil</i>; — Maior proximidade com os idosos; 	<ul style="list-style-type: none"> — Não exclusividade dos militares às atividades de Policiamento Comunitário; — Atividades do <i>Plan Mayor Seguridad</i>, apenas direcionadas para a realização de palestras; — Falta de acompanhamento de idosos que vivam em condições vulneráveis; — Poucos meios humanos e materiais; — Não sinalização de idosos que vivam isolados e/ou em condições vulneráveis;
Fatores Externos	Oportunidades	Ameaças
	<ul style="list-style-type: none"> — Aumento do sentimento de segurança; — Cooperação com outras entidades/instituições; 	<ul style="list-style-type: none"> — Isolamento social; — Fatores culturais; — Desconfiança por parte dos idosos;

Fonte: Autor

ANEXOS

ANEXO A — INSTRUCCIÓN 3/2010



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

INSTRUCCIÓN 3 / 2010 DE LA SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURIDAD PARA LA APROBACIÓN Y EJECUCIÓN DEL “PLAN MAYOR SEGURIDAD”, DIRIGIDO A LA PREVENCIÓN Y MEJORA DE LA SEGURIDAD DE NUESTROS MAYORES.

El progresivo incremento de la esperanza de vida, unido a otros factores demográficos como la evolución de las tasas de natalidad, da lugar, en los países de nuestro entorno, al paulatino envejecimiento de la población.

En el caso de España, los ciudadanos mayores de 65 años ya representan un 16´6% de la población total, porcentaje que, de acuerdo con los modelos predictivos, superará el 30% en el año 2050.

Aunque la probabilidad de ser víctima de un delito no es, en términos generales, mayor en este colectivo que entre el resto de los ciudadanos, los informes policiales nos señalan su especial vulnerabilidad ante determinadas modalidades delictivas, como los robos con violencia o intimidación, los robos en sus domicilios, las estafas de todo tipo y la utilización ilegal o no autorizada de sus recursos económicos (propiedades, fondos, cuentas, cartillas de ahorro, etc.) por parte de terceras personas.

A todo ello hay que sumar el mayor riesgo de los integrantes de este colectivo a sufrir episodios de maltrato en sus diferentes vertientes (físico, psicológico, por negligencia, etc.), fenómeno de muy difícil detección y cuantificación por producirse, muchas veces, en su entorno más próximo, constituido por la propia familia, las personas que tienen encomendado su cuidado o los centros de residencia.

Todas estas cuestiones han sido puestas de manifiesto en el seno del **Consejo Nacional de Seguridad Ciudadana** que, en su última reunión plenaria, acordó la constitución de un grupo de trabajo para la adopción de medidas específicas



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

para combatir los problemas de seguridad que afectan a nuestros mayores, con especial incidencia en el tema del maltrato a mayores.

El Consejo Nacional consideró que la especial vulnerabilidad, el mayor aislamiento social y dependencia de este colectivo, junto con una acentuada percepción de las situaciones de riesgo que contribuye a incrementar su sensación subjetiva de inseguridad, aconsejaban el desarrollo de programas específicos, de carácter preventivo, dirigidos a mejorar su información sobre los riesgos de seguridad que les afectan, así como de los medios que la sociedad pone a su disposición para protegerles, fomentando su confianza en las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad y el desarrollo de conductas proactivas en la denuncia de las situaciones y delitos de que puedan ser víctimas.

En consecuencia, conforme a las atribuciones que me confiere el Real Decreto 1181/2008, de 11 de julio, he acordado dictar las siguientes

INSTRUCCIONES:

PRIMERA. Definición general de los objetivos del Plan.

El "**Plan Mayor Seguridad**" tiene por objeto la consecución de los siguientes **objetivos** de carácter general:

- a) Prevenir las principales amenazas detectadas para la seguridad de las personas mayores:
 - Maltrato en sus distintas vertientes.
 - Robos (en sus domicilios, con violencia, especialmente en el entorno de las entidades financieras, etc...).
 - Hurtos.



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

- * Estafas y uso fraudulento de sus propiedades, fondos, cuentas y cartillas de ahorro por parte de terceras personas.

- b) Fomentar la confianza de las personas mayores en las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad y en el desarrollo de conductas proactivas para la denuncia de las situaciones y delitos de los que puedan ser víctimas.

- c) Perfeccionar la respuesta policial en su actuación con las personas mayores.

SEGUNDA. Medidas de información dirigidas a las personas mayores.

La Dirección General de la Policía y la Guardia Civil impulsará la celebración de **charlas informativas en los centros de día, residencias y otros lugares habilitados por la administración o entidades colaboradoras** dirigidas a trasladar a las personas mayores información sobre los riesgos que constituyen una mayor amenaza para su seguridad con una especial incidencia en los aspectos siguientes:

- Maltrato de personas mayores en el ámbito familiar, residencias, etc.
- Medidas para la prevención de robos en sus domicilios.
- Medidas para la prevención de tirones, hurtos y robos en el entorno de las entidades financieras.
- Medidas de prevención de estafas.
- Medidas para la prevención del uso fraudulento de sus propiedades, fondos, cuentas y cartillas de ahorro por parte de terceras personas.

El contenido de las charlas y conferencias deberá orientarse a la mejor consecución del objetivo establecido en el punto b) de la Instrucción Primera.



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

TERCERA. Medidas de comunicación y colaboración con el entorno de las personas mayores.

1.- Las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad establecerán **mecanismos de comunicación y colaboración con el entorno de las personas mayores**, (profesionales al servicio de los centros visitados, familiares, asociaciones de personas mayores, etc....) concertando con ellos **reuniones** en las que los **expertos policiales** puedan ofrecerles asistencia técnica y apoyo en las siguientes materias:

- a) Información general sobre los problemas de seguridad que implican mayor riesgo para las personas mayores y pautas de detección de los comportamientos y actitudes que suelen manifestar quienes los padecen.
- b) Mecanismos de prevención que puedan contribuir a adoptar para evitar estos problemas.
- c) Consulta de problemas concretos que puedan plantearse en relación con la seguridad de las personas mayores, así como ayuda en la solución de los mismos.

2.- Asimismo, los funcionarios policiales establecerán cauces estables de comunicación y colaboración con aquellos organismos y entidades implicados en la seguridad de nuestros mayores o con capacidad para la detección precoz de situaciones de riesgo o de posibles delitos:

- Entidades financieras.
- Centros de difusión de alarmas.
- Centros sanitarios, etc.

Se trata, por un lado, de facilitarles información y orientación sobre los problemas de seguridad de los mayores que afecten a estas entidades en su



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

labor profesional y, por otro, de recabar su colaboración en la rápida denuncia de posibles delitos y en la identificación de pautas y tendencias delictivas.

Asimismo, se establecerán cauces de comunicación y acuerdos con organizaciones o asociaciones de entidades financieras a nivel central al objeto de hacer partícipe de estas medidas a todo su personal y a las empresas de seguridad que les presten servicio.

CUARTA.- Medidas de formación y orientación policial.

Las unidades competentes del CNP y de la GC desarrollarán programas de formación y perfeccionamiento para dotar de la cualificación necesaria a los funcionarios policiales encargados de la ejecución del presente Plan.

QUINTA.- Elaboración y difusión de material pedagógico e informativo.

1.- Los servicios correspondientes de la Dirección General de la Policía y de la Guardia Civil elaborarán material informativo y pedagógico (de tipo audiovisual, presentaciones, etc.) que sirvan de soporte para su utilización por los funcionarios policiales en los servicios previstos en la Instrucción Segunda.

2.- Asimismo, editarán carteles y trípticos o folletos informativos dirigidos específicamente a este colectivo con los consejos oportunos para prevenir los principales problemas de seguridad que les afectan, así como sobre el modo de actuar en caso de ser víctimas de cualquier tipo de delito.

Los folletos se repartirán en las visitas que las FCS realicen a los centros de día y residencias de mayores y también se distribuirá en las Comisarias y Cuarteles de la Guardia Civil.

3.- La Dirección General de la Policía y la Guardia Civil coordinará la elaboración del material citado en los dos puntos anteriores que, en sus



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

aspectos esenciales, deberá ser común a ambos Cuerpos. En todo el material que se elabore se hará constar la indicación ***“Ministerio del Interior. Plan Mayor-Seguridad”***.

SEXTA. Estructura específica para la implantación y ejecución de las medidas.

1.-La Dirección General de la Policía y de la Guardia Civil nombrará a dos responsables, uno de CNP y otro de GC, para la ejecución del Plan a nivel nacional.

Asimismo, designará, en cada provincia, a dos expertos policiales, uno por cada Cuerpo, que serán los responsables de la ejecución del Plan en este ámbito. Estos expertos serán, además, el punto de contacto permanente que facilitará a las autoridades de la Comunidad Autónoma, Ayuntamientos y Juntas Locales de Seguridad que lo demanden, asesoría técnica y apoyo policial especializado para la seguridad de nuestros mayores.

2.- Los Delegados del Gobierno nombrarán un responsable de coordinación del Plan en cada Comunidad Autónoma que se ocupará, entre otras cuestiones, de facilitar la coordinación con las autoridades de la Comunidad Autónoma y municipales y de mantener reuniones periódicas conjuntas con los responsables de ejecución de CNP y GC de las distintas provincias a fin de unificar criterios de actuación.

SÉPTIMA.- Medidas de coordinación con otras Administraciones.

1.- Los Delegados del Gobierno en las Comunidades Autónomas y en las Ciudades Autónomas de Ceuta y Melilla y los Subdelegados del Gobierno en sus respectivas provincias coordinarán las reuniones y tomarán las decisiones



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

que estimen convenientes para el mejor cumplimiento de los objetivos de esta Instrucción.

2.- Los Delegados y Subdelegados del Gobierno establecerán contacto con las Autoridades competentes en materia de Servicios Sociales de la Comunidad Autónoma (Consejería u organismo con competencias en materia de atención social a las personas mayores, Delegados Provinciales de la Comunidad Autónoma competentes en la materia, etc.), al objeto de:

- Trasladarles oficialmente el contenido del Plan Director, instando su colaboración para la aplicación del mismo en el ámbito de la Comunidad Autónoma y recibiendo, a su vez, las orientaciones y aportaciones de estos responsables.
- Facilitarles el contacto con el responsable de coordinación del Plan nombrado en cada Delegación del Gobierno y con los responsables policiales de ejecución del Plan nombrados en cada provincia, a los que podrán recurrir en el caso de necesitar asesoría técnica y apoyo policial especializado en materia de seguridad de las personas mayores.

3.- Igualmente activarán la convocatoria de Juntas Locales de Seguridad (a las que se invitará a las Asociaciones de Mayores y demás agentes sociales interesados) para:

- Articular la colaboración que resulte necesaria con las autoridades municipales.
- Determinar los procedimientos de intercambio de información y la participación de las policías locales en el desarrollo del Plan, incluyendo las charlas y actividades que se realicen en los centros de día, residencias de



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

ancianos, etc. y la vigilancia para la prevención de las modalidades delictivas que afectan muy especialmente a este colectivo.

- Facilitar a los Ayuntamientos y Policías Locales el contacto con el responsable de coordinación del Plan nombrado en cada Delegación del Gobierno y con los responsables policiales de ejecución del Plan nombrados en cada provincia, a los que podrán recurrir en el caso de necesitar asesoría técnica y apoyo policial especializado en materia de seguridad de las personas mayores.

OCTAVA. Seguimiento y control de resultados.

1.- El seguimiento, control y evaluación de la ejecución del **“Plan Mayor Seguridad”** corresponderá a esta Secretaría de Estado de Seguridad.

2.- **Antes del 20 de enero posterior a cada ejercicio vencido**, los dos responsables policiales de la ejecución del Plan a escala nacional remitirán al Gabinete de Estudios de la Seguridad Interior (GESI) de esta Secretaría de Estado sendos informes conteniendo, al menos:

- a).- Información estadística de las actuaciones desarrolladas, durante el año vencido, en cada uno de los ámbitos territoriales de Policía y Guardia Civil.
- b).- Valoración general del grado de implementación del Plan, circunstancias y problemas relevantes detectados en su ejecución y sugerencias y propuestas de mejora.

3.- Por su parte, y **con la misma fecha límite**, los responsables de coordinación del Plan en cada Delegación del Gobierno remitirán al GESI su propio informe anual de **carácter cualitativo** conteniendo, al menos, la valoración de la ejecución del plan en su Comunidad Autónoma, las actividades de coordinación más relevantes, las incidencias de interés, así como los



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

problemas detectados en la coordinación y ejecución del Plan en su ámbito territorial y las propuestas de mejora que consideren necesarias.

4.- Los distintos informes –tanto los de CNP y GC como los de Delegaciones del Gobierno- se ajustarán a un modelo normalizado que, en el plazo máximo de un mes desde la publicación de esta Instrucción, facilitará el GESI a los distintos responsables para garantizar la aplicación de los mismos criterios en su elaboración.

Asimismo, y en el mismo plazo, el GESI facilitará a los responsables nacionales de ejecución del CNP y de la GC las hojas de cálculo y/o aplicaciones informáticas necesarias, junto con las instrucciones precisas, para garantizar la correcta y homogénea contabilización de las actuaciones realizadas, así como el tratamiento estadístico de, al menos, las variables recogidas en los cuadros que se incluyen en el Anexo de la presente Instrucción.

5.- Con toda la información recibida, el GESI elaborará una **Memoria Anual de Seguimiento de la Ejecución del Plan Mayor Seguridad** que será remitida al Secretario de Estado de Seguridad, **antes del 15 de febrero posterior a cada ejercicio vencido.**

NOVENA. Desarrollo de futuros acuerdos y convenios con otras Administraciones.

El Gabinete del Secretario de Estado de Seguridad impulsará el desarrollo de acuerdos con otros interlocutores, como el Ministerio de Sanidad y Asuntos Sociales, la Federación Española de Municipios y Provincias o el Consejo Estatal de Personas Mayores, para facilitar la necesaria coordinación para una adecuada ejecución del Plan y ofrecerles su participación en el mismo.



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARIA DE
ESTADO
DE SEGURIDAD

Asimismo, impulsará acuerdos con RTVE y otros medios de comunicación para la posible difusión de mensajes y consejos sobre la seguridad de nuestros mayores a través de los mismos.

DÉCIMA. Vigencia.

El presente Plan tendrá plena vigencia hasta el 31 de diciembre de 2012.

UNDÉCIMA.- Publicación y entrada en vigor.

La presente Instrucción será publicada en la Orden General del Cuerpo Nacional de Policía y en el Boletín Oficial de la Guardia Civil, surtiendo efectos al día siguiente de su completa publicación.

Madrid, 9 de julio de 2010.

EL SECRETARIO DE ESTADO DE SEGURIDAD.

ANEXO B — INSTRUCCIÓN 1/2014



MINISTERIO
DEL INTERIOR

SECRETARÍA DE ESTADO
DE SEGURIDAD

SECRETARIO DE ESTADO

INSTRUCCIÓN Nº 1/2014 DE LA SECRETARÍA DE ESTADO DE SEGURIDAD, PARA DAR CONTINUIDAD AL “PLAN MAYOR SEGURIDAD”, DIRIGIDO A LA PREVENCIÓN Y MEJORA DE LA SEGURIDAD DE NUESTROS MAYORES.

El progresivo incremento de la esperanza de vida de la sociedad española, unido a otros factores demográficos como la reducción de las tasas de natalidad, ha dado lugar en las últimas décadas a un fenómeno de gradual envejecimiento de la población que, según las actuales proyecciones estadísticas, tenderá a acentuarse en el futuro inmediato.

Aunque se estima que el porcentaje de personas mayores víctimas de delitos no difiere sustancialmente del que se puede encontrar en otros sectores poblacionales, lo cierto es que su especial vulnerabilidad, así como las situaciones de dependencia y aislamiento social que, en ocasiones, padecen, contribuyen a incrementar su percepción subjetiva de inseguridad. Al mismo tiempo, existen ciertas tipologías delictivas así como otras posibles situaciones de riesgo, de difícil detección, frente a las que las personas mayores pueden resultar especialmente vulnerables.

Esta realidad ha motivado, en los últimos años, la necesidad de dar respuesta a los riesgos de seguridad específicos que pueden afectar al creciente colectivo representado por las personas mayores, haciendo necesaria la adopción de programas concretos de carácter preventivo, que se enmarcan dentro de las iniciativas promovidas desde los Poderes Públicos para la mejora de los niveles de protección de los colectivos considerados más vulnerables.

Por todo ello, en el año 2010, por parte de esta Secretaría de Estado de Seguridad, tuvo lugar la aprobación de la Instrucción 3/2010, por la que se ponía en marcha el “Plan Mayor Seguridad”, dirigido a la prevención y mejora de la seguridad de nuestros mayores, con el fin de activar una amplia serie de medidas tendentes a mejorar la información que reciben, tanto las personas mayores como su entorno, en relación con los riesgos de seguridad que les afectan, así como de los medios que la sociedad pone a su disposición para su protección. La vigencia de este Plan, de carácter bianual, fue renovada por otro periodo de igual duración mediante la Instrucción 3/2013.

La experiencia adquirida durante los años de aplicación del Plan, unida a la satisfactoria valoración de sus resultados y su excelente recepción por parte del colectivo al que se dirige, han servido para demostrar su utilidad y la conveniencia de mantenerlo en el futuro. Bajo esta premisa, y con el bagaje acumulado en estos años, en el momento presente parece apropiado no solo renovar la vigencia del “plan Mayor Seguridad”, sino consolidarlo plenamente confiriéndole carácter indefinido. Todo ello, sin perjuicio de establecer los mecanismos que permitan acometer las actualizaciones que resulten necesarias para garantizar su eficacia.



Por todo lo anterior, conforme a las atribuciones que me confiere el Real Decreto 400/2012, de 17 de febrero, he acordado dictar las siguientes:

INSTRUCCIONES:

PRIMERA. Vigencia y ámbito de aplicación.

La vigencia de las medidas contempladas en el presente Plan tendrá carácter permanente, y serán implementadas por el Cuerpo Nacional de Policía y por la Guardia Civil en sus respectivos ámbitos de competencia territorial.

SEGUNDA. Definición general de los objetivos del Plan.

El "Plan Mayor Seguridad" tiene por objeto la consecución de los siguientes objetivos de carácter general:

- a) Prevenir las principales amenazas detectadas para la seguridad de las personas mayores:
 - Maltrato en sus distintas vertientes.
 - Robos (en sus domicilios, con violencia, especialmente en el entorno de las entidades financieras, etc...).
 - Hurtos.
 - Estafas y uso fraudulento de sus propiedades, fondos, cuentas y cartillas de ahorro por parte de terceras personas.
- b) Fomentar la confianza de las personas mayores en las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad y el desarrollo de conductas proactivas para la denuncia de las situaciones y delitos de los que puedan ser víctimas.
- c) Perfeccionar la respuesta policial en su actuación con las personas mayores.

TERCERA. Medidas de información dirigidas a las personas mayores.

Las Direcciones Generales de la Policía y de la Guardia Civil impulsarán la celebración de charlas informativas en los centros de día, residencias y otros lugares habilitados tanto por organismos e instituciones públicas como privadas, dirigidas a trasladar a las



personas mayores información sobre los riesgos que constituyen una mayor amenaza para su seguridad con una especial incidencia en los aspectos siguientes:

- a) Maltrato de personas mayores en el ámbito familiar, residencias, etc.
- b) Medidas para la prevención de robos en sus domicilios.
- c) Medidas para la prevención de tirones, hurtos y robos en el entorno de las entidades financieras.
- d) Medidas de prevención de estafas.
- e) Medidas para la prevención del uso fraudulento de sus propiedades, fondos, cuentas y cartillas de ahorro por parte de terceras personas.
- f) Medidas preventivas en relación con los riesgos derivados del uso de Internet y las nuevas tecnologías.

El contenido de las charlas y conferencias deberá orientarse a la mejor consecución del objetivo establecido en el punto b) de la Instrucción SEGUNDA.

CUARTA. Medidas de comunicación y colaboración con el entorno de las personas mayores.

1. Las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad establecerán mecanismos de comunicación y colaboración con el entorno de las personas mayores (profesionales al servicio de los centros visitados, familiares, asociaciones de personas mayores, etc....), concertando con ellos reuniones en las que los expertos policiales puedan ofrecerles asistencia técnica y apoyo en las siguientes materias:

- a) Información general sobre los problemas de seguridad que implican mayor riesgo para las personas mayores y pautas de detección de los comportamientos y actitudes que suelen manifestar quienes los padecen.
- b) Mecanismos de prevención a cuya adopción puedan contribuir para evitar estos problemas.
- c) Consulta de problemas concretos que puedan plantearse en relación con la seguridad de las personas mayores, así como ayuda en la solución de los mismos.

2. Asimismo, los funcionarios policiales establecerán cauces estables de comunicación y colaboración con aquellos organismos y entidades implicados en la seguridad de nuestros mayores o con capacidad para la detección precoz de situaciones de riesgo o



de posibles delitos:

- a) Entidades financieras.
- b) Centros de difusión de alarmas.
- c) Centros sanitarios, etc.

Se trata, por un lado, de facilitarles información y orientación sobre los problemas de seguridad de los mayores que afecten a estas entidades en su labor profesional y, por otro, de recabar su colaboración en la rápida denuncia de posibles delitos y en la identificación de pautas y tendencias delictivas.

Asimismo, se establecerán cauces de comunicación y acuerdos con organizaciones o asociaciones de entidades financieras a nivel central al objeto de hacer partícipe de estas medidas a todo su personal y a las empresas de seguridad que les presten servicio.

QUINTA. Medidas de formación y orientación policial.

Las unidades competentes del Cuerpo Nacional de Policía y de la Guardia Civil desarrollarán programas de formación y perfeccionamiento para dotar de la cualificación necesaria a los funcionarios policiales encargados de la ejecución del presente Plan.

SEXTA. Elaboración y difusión de material pedagógico e informativo.

1. Los servicios correspondientes de las Direcciones Generales de la Policía y de la Guardia Civil elaborarán material informativo y pedagógico que sirva de soporte para su utilización por los funcionarios policiales en los servicios previstos en la Instrucción TERCERA.

2. Asimismo, se editarán carteles, trípticos o folletos informativos, y otro material pedagógico que se estime necesario, dirigido específicamente a este colectivo con información general sobre los principales problemas de seguridad que les afectan, los consejos oportunos para prevenirlos, y el modo de actuar en caso de ser víctimas de cualquier tipo de delito.

Los folletos se repartirán en las visitas que las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad realicen a los centros de día y residencias de mayores y también se distribuirá en las Comisarias y Cuarteles de la Guardia Civil.

3. El Gabinete de Coordinación y Estudios, de esta Secretaría de Estado de Seguridad,



coordinará la elaboración del material citado en los dos puntos anteriores que, en sus aspectos esenciales, deberá ser común a ambos Cuerpos. En todo el material que se elabore se hará constar la indicación "Ministerio del Interior. Plan Mayor Seguridad".

SÉPTIMA. Estructura específica para la implantación y ejecución de las medidas.

1. Tanto la Dirección General de la Policía como la Dirección General de la Guardia Civil nombrarán, cada una, a un responsable por cada Cuerpo para la coordinación del seguimiento y evaluación del Plan a nivel nacional. Asimismo, ambas Direcciones Generales designarán en cada provincia a un experto policial de su respectivo Cuerpo, quienes serán los responsables de la coordinación y seguimiento del Plan, a nivel policial, en este ámbito territorial.

Sin perjuicio de lo anterior, cuando a juicio de las Direcciones Generales de la Policía o de la Guardia Civil así lo aconsejen las necesidades de coordinación del Plan, cualquiera de ellas podrá designar a un responsable para la coordinación del seguimiento y evaluación del Plan a nivel autonómico en el ámbito competencial de su respectivo Cuerpo.

Estos expertos serán, además, el punto de contacto permanente que facilitará a las autoridades de las Comunidades Autónomas, Ayuntamientos y Juntas Locales de Seguridad que lo demanden, asesoría técnica y apoyo policial especializado para la seguridad de nuestros mayores.

2. Los Delegados del Gobierno nombrarán un responsable de coordinación del Plan en cada Comunidad Autónoma que se ocupará, entre otras cuestiones, de facilitar la coordinación con las autoridades de la Comunidad Autónoma y municipales, y de mantener reuniones periódicas conjuntas con los responsables de coordinación y seguimiento del Plan del Cuerpo Nacional de Policía y de la Guardia Civil de su respectivo ámbito geográfico, a fin de unificar criterios de actuación.

OCTAVA. Medidas de coordinación con otras Administraciones.

1. Los Delegados del Gobierno en las Comunidades Autónomas y en las Ciudades Autónomas de Ceuta y Melilla, y los Subdelegados del Gobierno en sus respectivas provincias, coordinarán las reuniones y tomarán las decisiones que estimen convenientes para el mejor cumplimiento de los objetivos de esta Instrucción.

2. Los Delegados y Subdelegados del Gobierno establecerán contacto con las Autoridades competentes en materia de Servicios Sociales de la Comunidad Autónoma (Consejería u organismo con competencias en materia de atención social a las personas mayores, Delegados Provinciales de la Comunidad Autónoma competentes en la materia, etc.), al objeto de:



- a) Trasladarles oficialmente el contenido del presente Plan, instando su colaboración para la aplicación del mismo en el ámbito de la Comunidad Autónoma y recibiendo, a su vez las orientaciones y aportaciones de estos responsables.
 - b) Facilitarles el contacto con el responsable de coordinación del Plan nombrado en cada Delegación del Gobierno y con los responsables policiales de ejecución del Plan nombrados en cada provincia, a los que podrán recurrir en el caso de necesitar asesoría técnica y apoyo policial especializado en materia de seguridad de las personas mayores.
3. Igualmente activarán la convocatoria de Juntas Locales de Seguridad (a las que se invitará a las Asociaciones de Mayores y demás agentes sociales interesados) para:
- a) Articular la colaboración que resulte necesaria con las autoridades Municipales.
 - b) Determinar los procedimientos de intercambio de información y la participación de las policías locales en el desarrollo del Plan, incluyendo las charlas y actividades que se realicen en los centros de día, residencias de ancianos, etc. y la vigilancia para la prevención de las modalidades delictivas que afectan muy especialmente a este colectivo.
 - c) Facilitar a los Ayuntamientos y Policías Locales el contacto con el responsable de coordinación del Plan nombrado en cada Delegación del Gobierno y con los responsables policiales de ejecución del Plan nombrados en cada provincia, a los que podrán recurrir en el caso de necesitar asesoría técnica y apoyo policial especializado en materia de seguridad de las personas mayores.

NOVENA. Seguimiento y control de resultados.

1. El seguimiento, control y evaluación de la ejecución del "Plan Mayor Seguridad" corresponderá a esta Secretaría de Estado de Seguridad, a través del Gabinete de Coordinación y Estudios.
2. Antes del 20 de enero posterior a cada ejercicio vencido, los dos responsables policiales de coordinación y seguimiento del Plan a escala nacional remitirán al Gabinete de Coordinación y Estudios, de esta Secretaría de Estado, sendos informes conteniendo, al menos:
 - a) Información estadística de las actuaciones desarrolladas, durante el año vencido, en cada uno de los ámbitos territoriales del Cuerpo Nacional de Policía y de la Guardia Civil.



- b) Valoración general del grado de implementación del Plan, circunstancias y problemas relevantes detectados en su ejecución y sugerencias y propuestas de mejora.

Para la contabilización y seguimiento de los datos cuantitativos derivados de la aplicación del Plan, el Cuerpo Nacional de Policía y la Guardia Civil utilizarán el cuadro de resumen estadístico anual que se adjunta como *anexo* de la presente Instrucción.

3. Por su parte, y con la misma fecha límite, los responsables de coordinación del Plan en cada Delegación del Gobierno remitirán al Gabinete de Coordinación y Estudios su propio informe anual de carácter cualitativo conteniendo, al menos, la valoración de la ejecución del plan en su Comunidad Autónoma, las actividades de coordinación más relevantes en relación con las competencias enumeradas en la instrucción OCTAVA, las incidencias de interés, así como los problemas detectados en la coordinación y ejecución del Plan en su ámbito territorial y las propuestas de mejora que consideren necesarias.

4. Con toda la información recibida, el Gabinete de Coordinación y Estudios elaborará una Memoria Anual de Seguimiento de la Ejecución del Plan Mayor Seguridad que será remitida al Secretario de Estado de Seguridad, antes del 15 de febrero posterior a cada ejercicio vencido.

5. Anualmente, finalizado cada ejercicio y con posterioridad a la recepción de los informes anuales mencionados en los puntos segundo y tercero, y en todo caso antes del 15 de febrero, se constituirá en la Secretaría de Estado de Seguridad un grupo de trabajo con participación de los responsables de coordinación y seguimiento del Plan a nivel nacional del Cuerpo Nacional de Policía y de la Guardia Civil, para la evaluación de de la eficacia del Plan, así como para la revisión y, en su caso, renovación de sus contenidos.

DÉCIMA. Desarrollo de futuros acuerdos y convenios con otras Administraciones.

Se impulsará el desarrollo de acuerdos con otros interlocutores, como el Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad, la Federación Española de Municipios y Provincias o el Consejo Estatal de Personas Mayores, para facilitar la necesaria coordinación para una adecuada ejecución del Plan y ofrecerles su participación en el mismo.

Asimismo, se podrán promover acuerdos con medios de comunicación social para la posible difusión de mensajes y consejos sobre la seguridad de nuestros mayores a través de los mismos.



UNDÉCIMA. Publicación y entrada en vigor.

La presente Instrucción será publicada en la Orden General del Cuerpo Nacional de Policía y en el Boletín Oficial de la Guardia Civil, surtiendo efectos al día siguiente de su publicación.

Madrid, 2 de enero de 2014

EL SECRETARIO DE ESTADO DE SEGURIDAD



Francisco Martínez Vázquez.

SRES. DELEGADOS DEL GOBIERNO
SR. DIRECTOR GENERAL DE LA POLICIA
SR. DIRECTOR GENERAL DE LA GUARDIA CIVIL
SR. DIRECTOR DEL GABINETE DE COORDINACIÓN Y ESTUDIOS

ANEXO

Plan Mayor-Seguridad
Resumen Estadístico de Actividades desarrolladas

Año 20__	CNP	GC	Policía Local		Total MIR
			Ambito CNP	Ambito GC	
Información a mayores	Charlas (1)				
	Número de asistentes (2)				
	Número de centros (3)				
Medidas de comunicación y colaboración con el entorno de los mayores	Profesionales (4)				
	Otras instituciones (5)				
Intervenc. Asistenc. a personas mayores (6)					
Actividades complementarias (7)					

(1) Número de charlas impartidas por las FFCCSS dirigidas a personas mayores en centros de día, residencias de ancianos y otras entidades o centros con competencia en atención y asistencia a mayores.

(2) Número de personas que han asistido a las charlas indicadas en la casilla superior (sino puede ser exacta lo más aproximada posible).

(3) Número de centros (de día, residencias, asociaciones de vecinos, juntas de comunidad, hoteles y otros) donde se han realizado charlas informativas dirigidas a personas mayores independientemente de la cantidad.

(4) Número de reuniones mantenidas por miembros de las FFCCSS con profesionales al servicio de centros de mayores, visitantes, cuidadores y otros, pertenecientes al ámbito público y privado.

(5) Número de reuniones mantenidas por miembros de las FFCCSS con Instituciones públicas y privadas y con organismos implicados en la seguridad de personas mayores (entidades financieras, centros de difusión alarmas, centros sanitarios y farmacéuticos, agencias de viaje y otros).

(6) Número de intervenciones asistenciales a mayores en situación de desamparo, que no revistan carácter de infracción penal.

(7) Número de actividades y medidas complementarias (jornadas de puertas abiertas, exhibición unidades policiales, visitas a dependencias policiales, exposición de efectos policiales, participación en foros, jornadas y encuentros centrados en Tercera Edad para dar a conocer el plan Mayor-Seguridad y otras).

O papel da Guarda Nacional Republicana e da Guardia Civil no apoio aos idosos:

Estudo comparativo